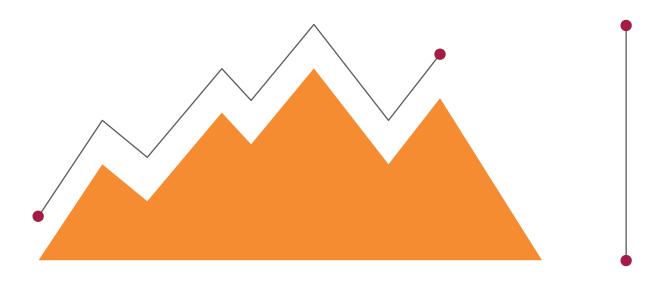
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2024 BANCO e FNE





ÍNDICE	1
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO	70
BALANÇOS PATRIMONIAIS	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	72
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	73
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	75
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	76
NOTAS EXPLICATIVAS DO BANCO	
NOTA 1 - O BANCO E SUAS CARACTERÍSTICAS	
NOTA 2 - BASE PARA A PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FIN	
INDIVIDUAIS	/ /
NOTA 3 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	
NOTA 4 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	
NOTA 5 - DISPONIBILIDADES E CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	07
NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM) E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE (IFD)	
NOTA 8 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS — CRÉDITOS VINCULADOS	07
NOTA 9 - CARTEIRA DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO	
CRÉDITO	
NOTA 10 - Outros Créditos	
NOTA 11 - Outros Ativos	
NOTA 12 - Outros Valores e Bens	
NOTA 13 - Investimentos, Imobilizado e Intangível	98
NOTA 14 - DEPÓSITOS E OUTRAS CAPTAÇÕES	99
NOTA 15 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	100
NOTA 16 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
NOTA 17 - OUTRAS OBRIGAÇÕES	
NOTA 18 - RENDAS ANTECIPADAS	
NOTA 19 - Impostos e Contribuições	
NOTA 20 - ATIVOS CONTINGENTES, PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES	
NOTA 21 - Patrimônio Líquido	
NOTA 22 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	
NOTA 23 - REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES	
NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	
NOTA 25 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E ÍNDICE DE BASILEIA	
NOTA 26 - PARTES RELACIONADAS	
NOTA 27 - RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	
NOTA 28 - IMPACTOS CONTÁBEIS ESTIMADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES CMI	
E BCB 352	
NOTA 29 - OUTRAS INFORMAÇÕES	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINAI	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FNE	148
BALANÇOS PATRIMONIAIS	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	149
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXÓS DE CAIXA	150
NOTAS EXPLICATIVAS DO FNE	151
NOTA 1 – Histórico	151
NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	3 151
NOTA 3 – ADMINISTRAÇÃO	
NOTA 4 – POLÍTICAS CONTÁBEIS	
NOTA 5 – Repasses ao Banco e a Outras Instituições	
NOTA 6 – OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO E DE REPASSES E PROVISÃO PARA PERDAS	
NOTA 7 – Patrimônio Líquido	
NOTA 8- REGISTRO NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GO'FEDERAL (SIAFI)	
NOTA 9 – FISCÁLIZAÇÃO	159
NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras	
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCE	
DO FNE	159
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	164
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDE	
SIGNATÁRIOS	166
31311A I AIXIO3	100





BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Silas Munguba, 5.700 Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2024

PALAVRA DO PRESIDENTE

Caros leitores,

É com imenso orgulho que apresentamos o Relatório Anual 2024 do Banco do Nordeste, uma jornada repleta de desafios superados, indicadores expressivos e avanços concretos para o desenvolvimento sustentável de nossa Região. Este documento reflete não apenas nossos resultados financeiros, mas o impacto social positivo que buscamos consolidar como o Banco de Desenvolvimento do Nordeste, do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

As contratações do Banco do Nordeste, no exercício de 2024, totalizaram 4,7 milhões de operações de crédito, que somaram R\$ 61,28 bilhões (acréscimos de 9,6% na quantidade de operações e de 4,8% no valor contratado, ambos em relação ao ano de 2023). Destacam-se as aplicações de R\$ 27,91 bilhões (62,28%) do FNE em portes prioritários em todos os setores econômicos.

Por meio dos programas de microcrédito Crediamigo e Agroamigo, foram destinados R\$ 20,66 bilhões para impulsionar pequenos empreendedores e agricultores familiares, promovendo oportunidades e gerando impacto direto em comunidades mais vulneráveis - com destaque para o protagonismo feminino, que representou 68% dos beneficiários do Crediamigo e 51% dos beneficiários do Agroamigo.

O papel do BNB como indutor de transformação está em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) da Agenda 2030. A sustentabilidade está no centro da nossa atuação. Em 2024, passos significativos foram dados na expansão das energias renováveis, financiando projetos com potencial de geração de 1.626 MW de energia limpa. Avançamos na gestão sustentável de resíduos e saneamento, financiando 216 estações de tratamento de esgoto que impactaram cerca de 4,6 milhões de vidas. Também lançamos o Fundo Sustentabilidade Banco do Nordeste para projetos climáticos e sociais, reforçando nosso compromisso com a agenda ASG.

Em infraestrutura, o Banco do Nordeste teve grande participação na formação bruta de capital na Região, investindo R\$ 7,64 bilhões, nos diversos estados, considerando os segmentos de energia, saneamento, rodovias, portos e aeroportos. Essa ação torna a região Nordeste mais competitiva, fortalecendo a logística regional, além de gerar um importante impacto social na melhoria do déficit histórico de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Nosso desempenho financeiro também merece destaque. Encerramos o ano de 2024 com um lucro líquido de R\$ 2,34 bilhões - um crescimento de 11,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, alcançamos a marca histórica de R\$ 13,95 bilhões de patrimônio líquido sob gestão, consolidando nossa robustez financeira e nossa capacidade de expandir negócios com segurança e eficiência, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador.

Na administração de recursos de terceiros, o BNB atingiu o marco de R\$ 16,56 bilhões em patrimônio líquido de fundos de investimento sob gestão, com crescimento de 38,32% em captações com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), alcançando R\$ 1,25 bilhão em 2024. Esse resultado demonstra a credibilidade do BNB diante dos agentes econômicos regionais, fortalecidos também com a valorização da sua marca, que em 2024 tornou-se a 2ª marca de maior valor no Nordeste e a 55ª em todo o Brasil.

Destaque-se que as pessoas estão no centro de nossa história. Foi realizado um dos maiores concursos públicos de trajetória do BNB, com 418 mil inscritos, 410 aprovados e 403 empossados. Investimos também no bem-estar de nosso time com iniciativas voltadas à saúde, diversidade e desenvolvimento profissional, pautadas pela ética e pela inclusão.

Olhamos para 2024 com a certeza de que resultados expressivos foram atingidos, sempre atentos às necessidades do povo nordestino e alinhados às melhores práticas de governança, transparência e inovação.

Esta edição do Relatório reflete nosso espírito: a união de propósitos com ação, sempre voltada para transformar vidas, gerar oportunidades e construir um futuro mais inclusivo, sustentável e próspero para todos.

Agradeço aos nossos colaboradores, clientes, parceiros e à sociedade que confia no Banco do Nordeste como um marco essencial no desenvolvimento regional. Estamos juntos, transformando o Nordeste e construindo um horizonte mais brilhante.

Paulo Câmara

Presidente do Banco do Nordeste

Destaques

- 1. Nordeste liderou crescimento econômico em 2024, superando a média nacional e global, com destaque para Ceará, Pernambuco e Bahia.
- 2. Contratação de 4,7 milhões de operações de crédito, que somaram R\$ 61,28 bilhões (acréscimos de 9,6% na quantidade de operações e de 4,8% no valor contratado, ambos em relação ao ano de 2023).
- 3. Contratação de R\$ 44,80 bilhões em financiamentos do FNE. Destacam-se os financiamentos em Infraestrutura que alcançaram R\$ 7,64 bilhões, correspondendo a 89,5% da meta anual para este setor, com foco nos investimentos em energia solar, que totalizaram R\$ 3,53 bilhões e saneamento básico, com R\$ 1,64 bilhão.
- 4. O Banco do Nordeste superou metas e fortaleceu a agricultura familiar incentivando práticas agroecológicas, gerando energia limpa, equidade de gênero, convivência com o semiárido e aumentando a produtividade, com mais de R\$ 987,1 milhões aplicados em créditos, em 2024.
- 5. O Programa Crediamigo expandiu presença com 67 novas estruturas de relacionamento, atingindo a marca de 537 unidades, consolidando-se como o maior programa de microcrédito do Brasil.
- 6. Crediamigo impulsionou microcrédito com R\$ 12,05 bilhões desembolsados em 2024, um aumento de 13,27% em relação a 2023, destacando a inclusão financeira e o protagonismo feminino.
- 7. Agroamigo bate recordes em 2024, com R\$ 8,61 bilhões, um aumento de 51,85% em relação a 2023, em microcréditos e destaque para inclusão financeira e empoderamento feminino.
- 8. Liderança no crédito rural da região Nordeste, representando 47,8% desse mercado. Em 2024, a Instituição contratou R\$ 11,12 bilhões com produtores rurais, distribuídos em 14.804 operações.
- 9. Disponibilização de R\$ 1,4 bilhão em recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para investimentos em inovação.
- 10. Programa Pronaf Mais Alimentos injetou R\$ 407,2 milhões em 2024 para impulsionar produção rural e aumentar renda de agricultores familiares.
- 11. Crescimento das micro e pequenas empresas, alcançando R\$ 6,08 bilhões em 2024 com recursos do FNE e outras fontes, com destaque para os setores de comércio e serviços.
- 12. Clientes micro e pequenas empresas do Nordeste cresceram 8,4% em crédito, com recorde de contratações, sendo 57,4% aplicados no Semiárido.
- 13. Segmento Empresarial cresceu 19,1% em clientes e registra R\$ 7,69 bilhões em operações, fonte FNE, em 2024.
- 14. Crescimento expressivo em 2024, registrando incremento de 5,50% nos Depósitos a Prazo, correspondentes a R\$ 350 milhões adicionados ao volume captado, e expansão de 27,97% nos depósitos interfinanceiros, totalizando R\$ 1,57 bilhão.
- 15. Maior edital da história do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) foi lançado com R\$ 25 milhões ofertados para fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras.
- 16. Banco do Nordeste inovou e lançou *Podcasts* e Plataforma de Educação a Distância, para vários *stakeholders*.
- 17. Instalação de um centro cultural em Mossoró (RN) que promove apresentações em espaços públicos no município.
- 18. Realização de concurso público, em 2024, e convocação de todos os 410 aprovados entre as vagas anunciadas.
- 19. Destinação de recursos para 52 (cinquenta e dois) projetos sociais, no total de R\$ 25,2 milhões, acréscimo de 49,8% em relação a 2023.
- 20. Agência de classificação de riscos Moody's Brasil manteve notas do Banco do Nordeste em AA e elevou de "estável" para "positiva" a perspectiva da Instituição.

- 21. Parceria com o BNDES para financiamento de R\$ 8,8 milhões para projetos de conservação da Caatinga.
- 22. Banco do Nordeste sediou reunião anual da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide), recebendo cerca de 250 participantes, representando 60 instituições financeiras de 23 países.
- 23. Crescimento de 38,32% em captações com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), alcançando R\$ 1,25 bilhão em 2024.

Prêmios

- 1. Analisa.Al, ferramenta criada pelo Banco do Nordeste, ganhou o troféu de primeiro lugar na categoria Eficiência Operacional do 20º Prêmio *Banking Transformation*.
- 2. Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (Alide) concedeu ao Banco do Nordeste prêmio em reconhecimento às boas práticas de informação, assistência técnica e responsabilidade social.
- 3. Banco do Nordeste reafirma participação no ranking das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ocupando a posição de número 55.
- 4. A carteira de Ativos de Terceiros recebeu Avaliação de Qualidade de Gestor de Investimentos da agência de classificação de riscos *Moody's* Local Brasil.

1.1 Estratégia Empresarial

O Banco do Nordeste elabora sua estratégia empresarial, denominada de Planejamento Empresarial, com base na metodologia Gestão para Resultados (GpR). De acordo com essa metodologia, o valor público da Instituição consiste no reconhecimento da organização por determinado público (clientes) ou por determinada população. Assim, a empresa pública presta serviço ao cidadão que reconhece essa atuação como adequada quanto à quantidade e à qualidade do serviço prestado. O Planejamento Empresarial vem sendo aperfeiçoado para melhorar sua capacidade de compreensão, bem como aprimorar o desempenho das unidades do Banco com o objetivo de se adaptar, da melhor forma, aos diferentes contextos, assim como para produzir maiores impactos, em sua área de atuação.

A estratégia do Banco do Nordeste possui o horizonte de cinco anos e é elaborada com base na observância de documentos legais que contêm políticas públicas e direcionamentos estratégicos para as instituições financeiras de economia mista, tais como a Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 30/06/2016), o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), os Objetivos Sustentáveis de Desenvolvimento (ODSs) da Agenda 2030, os fatores Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa (ASG) e o Plano de Transformação Ecológica.

O Plano Empresarial do Banco do Nordeste direciona os insumos existentes e as atividades internas a serem realizadas para a geração de impactos estratégicos aos cidadãos de sua área de atuação: Geração de emprego e renda, Redução das desigualdades, Competitividade das empresas do Nordeste Brasileiro e Promoção da sustentabilidade social, ambiental e climática.

Dessa forma, compreende-se que o principal objetivo da estratégia corporativa do Banco do Nordeste é direcionar as atividades internas para o alcance dos Impactos Estratégicos voltados à sua área de atuação, transformando a vida das pessoas.

Para o quinquênio 2024-2028, a estratégia corporativa permaneceu com 10 (dez) Diretrizes Estratégicas, objetivando maximizar a atuação do Banco do Nordeste frente aos desafios existentes. A seguir, apresentaremos as Diretrizes Estratégicas presentes no Planejamento Empresarial:



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Além disso, a Diversidade foi incluída na relação dos valores organizacionais, tendo em vista a importância da promoção da diversidade para a organização, que tanto está alinhada à

estratégia, como também é autêntica, imprimindo maior credibilidade à imagem da organização, tornando-se uma vantagem competitiva e um diferencial de sustentabilidade.

Outra importante alteração ocorrida para o período 2024-2028 é a nova abrangência do mercado-alvo no que concerne a Pessoas Físicas, que vislumbra o alcance de pessoas naturais, vinculadas ou não, às ações do Banco.

Um dos principais destaques do Planejamento Empresarial 2024-2028 refere-se à mudança dos indicadores da Estratégia ASG, que passaram a representar a atuação do Banco do Nordeste, apresentando reflexos concretos para a sociedade e clientes quanto ao cumprimento da missão institucional de apoio ao desenvolvimento sustentável no Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Dentre os Indicadores Corporativos foi incluído o indicador Crédito de Longo Prazo com Outras Fontes visando a diversificação de *funding* para atender as demandas por crédito de longo prazo já não suportadas pelo orçamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principalmente de infraestrutura de logística, de saneamento, de energia e de outros setores com demanda intensiva de capital.

É importante ressaltar que o Planejamento Empresarial é composto pelo Plano Estratégico quinquenal, pelos Planos anuais Tático e Operacional, denominados 'Programas de Ação', e pelo Portfólio de Projetos e Portifólio de Ações Estratégicas.

Essa estrutura é construída a partir da análise da realidade em seus ambientes externos e internos, que incluem a observância às orientações governamentais e ao Plano Estratégico do Banco do Nordeste, para o Desenvolvimento Regional 2023-2032, contendo definições estratégicas e de resultados para cumprir a missão do Banco de realizar mudanças regionais significativas, para o desenvolvimento da sua área de atuação.

Destaca-se o conjunto de papéis desempenhados pelo Banco do Nordeste como banco de desenvolvimento regional múltiplo:

- Agente financiador do setor produtivo e da infraestrutura socioeconômica regional;
- **Promotor da captação de recursos** nacionais e internacionais e de investimentos produtivos para a região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- **Executor de políticas governamentais**, buscando maior interação com o Governo Federal, os estados e municípios;
- Agente integrador e parceiro das entidades estatais e do setor produtivo, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil, na implementação de políticas públicas na região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo;
- Promotor e participante de programas de desenvolvimento regional e territorial que visem o aumento da competitividade nos setores da agropecuária, indústria e comércio e serviços;
- **Produtor e fomentador de estudos e pesquisas** relacionadas ao desenvolvimento sustentável da região Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A estratégia corporativa é composta por um conjunto de elementos estratégicos, apresentados a seguir, que buscam direcionar a atuação do Banco do Nordeste para o período de cinco anos.

Definições Estratégicas



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Para a comunicação do Planejamento Empresarial, o Banco do Nordeste adota o Mapa Estratégico, uma representação gráfica de sua estratégia, que considera as dimensões do resultado de eficiência, eficácia e efetividade, além dos elementos estratégicos de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, com embasamento na ética, integridade, monitoramento e avaliação dos indicadores.

PLANO ESTRATÉGICO DO BNB PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2023 — 2032

DIBATIDADE INSTITUCIONAL REFORMACIADO A MON INSAN VISAN DESAN VISAN PROPRIORIO REMONERO MANO MISAN VISAN DESAN VISAN DESAN DESAN DESTRATÉGICO 2024 - 2028

DIMENSOES DO RESULTADO EFICIÉNCIA EFICACIA EFETIVIDADE

INSUMOS

Recursos
Persoas

Gestão de
Sistemas

Gestão de
Sistemas

Gestão de
Sistemas

Gestão de
Financeiros

Captação de
Financeiros

Captação de
Financeiros

Captação de
Financeiros

Corregio de
Financeiros

Credito
Sustentável

Figura 1 - Mapa Estratégico

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

1.2 Estratégia de Sustentabilidade

Em alinhamento à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA), incorporada no Planejamento Empresarial, o Banco possui a Estratégia de Sustentabilidade ancorada no conceito de ASG (Ambiental, Social e Governança). Dessa forma, foi elaborado um conjunto de dimensões e indicadores estruturados com vistas à avaliação do desempenho do Banco nestes aspectos, em complemento aos aspectos econômico-financeiros. A Estratégia de Sustentabilidade do Banco do Nordeste possui 2 (dois) eixos de atuação:

- Apoiar a sustentabilidade social e ambiental e a transição para uma economia de baixo carbono;
- 2) Operar empresarialmente de forma ecoeficiente e socialmente responsável.

Estes 2 (dois) eixos se desdobram em 10 (dez) linhas de ação e segmentam os indicadores que compõem a Estratégia de Sustentabilidade. As linhas de ação, por sua vez, possuem indicadores que permitem o acompanhamento público do desempenho do Banco em cada uma das dimensões de relevância para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da

população, na área de atuação do Banco e das partes interessadas (stakeholders) internas e externas. São elas:

- I) Crédito de impacto positivo;
- II) Inclusão social e inserção produtiva;
- III) Geração de energia por fontes renováveis;
- IV) Agricultura Familiar e Agronegócio Sustentável;
- V) Tecnologia, inovação e pesquisa;
- VI) Acesso à água e ao saneamento;
- VII) Desenvolvimento territorial e espacialmente distribuído;
- VIII) Ecoeficiência e responsabilidade social e ambiental;
- IX) Gestão socialmente responsável;
- X) Governança, integridade e transparência.

Além do acompanhamento dos indicadores associados a cada uma das linhas de ação acima descritas, a operacionalização da estratégia ASG envolve a aplicação de referenciais externos de avaliação de desempenho corporativo sob os aspectos ASG, para orientação e encaminhamentos necessários ao alcance dos objetivos institucionais, à elaboração e divulgação de relatórios corporativos e ao engajamento de partes interessadas (stakeholders). Informes periódicos são elaborados e submetidos à análise de instâncias integrantes da Governança da Sustentabilidade no Banco.

A Estratégia de Sustentabilidade (ASG) da Instituição relaciona-se com diversas áreas, políticas e programas internos. Além disso, são considerados outros referenciais como pactos e acordos voluntários relacionados à temática social, ambiental e climática, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, às normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e às regulações externas como o normativo do Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) nº 14 de 28/08/2014, e suas atualizações e outras normas reguladoras.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados à Estratégia ASG do Banco do Nordeste são:

- 1 Erradicação da Pobreza;
- 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- 5 Igualdade de Gênero;
- 6 Água Potável e Saneamento;
- 7 Energia Limpa e Acessível;
- 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico:
- 9 Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- 10 Redução das Desigualdades;
- 13 Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Sustentabilidade no Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste monitora continuamente o consumo de energia, água, papel e óleo diesel em todas as suas agências e unidades administrativas por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Este sistema, alinhado à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e

Climática (PRSAC) e à Estratégia de Sustentabilidade da Instituição, utiliza indicadores de gestão ambiental para acompanhar as variações de consumo desses recursos. Além disso, o SGA acompanha o desempenho das unidades na gestão de resíduos.

Cumprindo o Decreto Federal nº 10.936/2022, que institui a Coleta Seletiva Cidadã, o Banco destina os resíduos recicláveis à coleta seletiva, doando-os a cooperativas, redes e grupos de catadores, catadores autônomos e empresas previamente selecionadas, considerando as características de cada região. Em 2024, foram destinadas 299,41 toneladas de resíduos recicláveis, representando um acréscimo de 8,0% em comparação com o ano anterior.

Houve avanços no gerenciamento de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) com a adesão ao Programa Brasileiro GHG *Protocol* – Ciclo 2024, formalizada em janeiro de 2024 por meio de contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como resultado, foi publicado o segundo Relatório Público de emissões de GEE, referente ao ano de 2023, obtendo novamente a certificação Ouro, a mais alta classificação do programa. Este inventário de emissões recebeu a verificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Critérios sociais e ambientais para a concessão de crédito

A política de crédito do Banco do Nordeste está em conformidade com a legislação ambiental brasileira, incluindo as políticas nacionais de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos e mudanças climáticas, conforme a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). A verificação dos projetos financiados ocorre nas etapas de contratação e desembolso, por meio de checagens documentais, comprovação financeira e vistorias *in loco* (que podem ser amostrais, dependendo do porte e das características da operação).

Para acesso ao crédito é exigida a ausência de decisões administrativas finais que indiquem discriminação racial ou de gênero, trabalho infantil ou análogo à escravidão, ou condenações judiciais por tais atos, além de assédio moral ou sexual.

O processo de diagnóstico da empresa inclui avaliação da situação econômico-financeira, técnica, normativa, legal e contábil, variando conforme a atividade financiada, o porte do cliente e a finalidade do crédito. A análise abrange o cumprimento das exigências ambientais contratuais, considerando níveis de poluição, destinação de resíduos, preservação da cobertura vegetal, passivos ambientais, conformidade com licenças ambientais e outorgas de uso da água, e o cumprimento de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (comprovação por documento hábil).

Maiores detalhes sobre as linhas de ação bem como o desempenho do Banco do Nordeste, em cada um dos indicadores, podem ser acessados em <u>Estratégia ASG - Sustentabilidade - Sobre o Banco - Portal Banco do Nordeste (bnb.gov.br).</u>

1.3 Modelo de Negócios

O modelo de negócios está estruturado em segmentos, produtos, serviços e linhas de crédito voltados para o desenvolvimento da sua área de atuação:

- a) Segmentos de clientes: atendem empresas de todos os portes (corporate, grande, média, pequena empresa e microempresa), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinanças (urbana e rural) e segmentos pessoa física, entidades representativas e Governo, segmento responsável por atender instituições da administração pública direta e indireta.
- b) *Portfólio* de produtos e serviços abrange:
 - ✓ Operações de infraestrutura;
 - ✓ Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:

- Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
- o Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
- Operações rurais, inclusive agronegócio;
- Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
- ✓ Gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo;
- ✓ Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
- ✓ Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), entre outros;
- ✓ Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.
- c) Linhas de negócio:
 - ✓ Crédito Especializado;
 - ✓ Crédito para Infraestrutura;
 - ✓ Crédito para Microfinança Urbana;
 - ✓ Crédito para Microfinança Rural.

Para alcançar melhor cobertura geográfica e identificar oportunidades de potencializar seus negócios, o Banco realiza sistematicamente estudos de dimensionamento de mercado. O Banco do Nordeste encerrou o ano de 2024 com 294 agências, 716 unidades de microcrédito, sendo, 489 unidades de microcrédito urbano e 227 unidades de microcrédito rural, totalizando 1.010 pontos físicos de atendimentos, conforme Figura 2, a seguir

Canais de atendimento 1010 980 986 981 227 215 226 219 489 473 468 469 294 292 292 293 Dez. 2021 Dez. 2022 Dez. 2023 Dez. 2024 Agências Atend. Crediamigo Atend. Agroamigo **—•—**Total

Figura 2 - Canais de Atendimento Presencial

Fonte: Banco do Nordeste - Ambiente de Marketing e Diretoria de Negócios

1.4 Cenário Macroeconômico

Cenário Mundial

Economia global cresce 3,2% em 2024, mas os desafios persistem, aponta FMI

A economia mundial registrou um crescimento de 3,2% em 2024, de acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar do resultado positivo, o cenário global continua enfrentando dificuldades devido a diversos fatores, como políticas monetárias mais rígidas e tensões geopolíticas.

O relatório World Economic Outlook (WEO), divulgado pelo FMI no último trimestre do ano, destaca uma visão mais otimista para o crescimento de algumas economias, como a dos Estados Unidos e do Brasil. Em ambos os casos, a atividade econômica superou as expectativas anteriores.

O Brasil, em especial, chamou a atenção ao ter sua projeção de crescimento revisada para cima, sendo a maior entre as 16 principais economias analisadas pelo FMI. O desempenho brasileiro foi impulsionado pelo aumento do consumo das famílias, maior volume de investimentos e pela criação de empregos, além dos efeitos positivos de programas sociais de transferência de renda promovidos pelo Governo Federal.

Apesar dos avanços, o FMI alerta para os possíveis riscos no cenário internacional, como a continuidade dos conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza, o aumento das tensões comerciais e os impactos prolongados das políticas monetárias restritivas, que podem comprometer a geração de empregos e o ritmo de crescimento econômico global.

PIB brasileiro cresce 3,3% até setembro de 2024, impulsionado por indústria e serviços.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil acumulou crescimento de 3,3% entre janeiro e setembro de 2024, em comparação ao mesmo período de 2023, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor agropecuário teve retração de 3,5%, enquanto a indústria e os serviços, que têm maior peso na economia, registraram altas de 3,5% e 3,8%, respectivamente.

Na indústria, os melhores desempenhos foram observados em Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos, com crescimento de 6,1%, seguido por Construção (4,1%), Indústrias de transformação (3,2%) e Indústrias extrativas (2,0%). No setor de serviços, destaque para Informação e comunicação (6,2%), Outras atividades de serviços (5,6%) e atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (4,3%). Comércio, Transporte e Administração pública também apresentaram avanços.

Sob a ótica da demanda, os principais componentes do PIB também registraram alta no acumulado do ano. O consumo das famílias cresceu 5,1%, impulsionado pela maior geração de empregos e aumento da renda. Já as despesas do governo avançaram 2,1%, enquanto os investimentos em bens de capital, representados pela Formação Bruta de Capital Fixo, subiram 6,6%.

No comércio exterior, as exportações de bens e serviços aumentaram 4,1%, enquanto as importações tiveram crescimento expressivo de 14,2%.

Mesmo diante de desafios como a inflação ainda elevada e a instabilidade cambial, o desempenho econômico do Brasil em 2024 surpreendeu positivamente, superando as expectativas iniciais. O mercado de trabalho também se destacou, com baixo índice de desemprego e aumento da massa salarial, o que deve continuar estimulando o consumo das famílias nos próximos meses.

Cenário Regional (Nordeste)

Economia do Nordeste cresce 3,6% em 2024, com destaque para Ceará, Pernambuco e Bahia

A economia nordestina registrou crescimento de 3,6% nos primeiros nove meses de 2024, superando a média nacional, segundo o Banco Central do Brasil (Bacen), que utiliza o Índice de Atividade Econômica do Nordeste (IBCR-NE) como referência.

Entre os estados da região Nordeste, o Ceará liderou o crescimento econômico, com alta de 5,9% no período de janeiro a setembro, em comparação com 2023. Esse desempenho foi impulsionado pelo aumento de 8,2% no volume de vendas do comércio varejista e pelo avanço de 8,7% na produção da indústria de transformação.

Pernambuco também apresentou um crescimento expressivo de 3,9% no mesmo período. O destaque ficou por conta do comércio varejista ampliado, que cresceu 8,3%, impulsionado pela impressionante alta de 23,8% nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças.

A Bahia, que tem o maior peso econômico da Região, registrou aumento de 2,7% no índice de atividade econômica. O crescimento no estado foi puxado pelo comércio varejista, que avançou 7,7%.

Além dos estados nordestinos, o Espírito Santo e Minas Gerais, que possuem parte de suas áreas atendidas pelo Banco do Nordeste, também apresentaram desempenho positivo. O Espírito Santo cresceu 2,9%, enquanto Minas Gerais registrou alta de 3,1% no acumulado do ano.

O crescimento econômico do Nordeste em 2024 reflete a recuperação dos setores de serviços, comércio e indústria, além da melhoria no mercado de trabalho, com aumento da renda média e da massa salarial, fatores que impulsionaram o consumo e contribuíram para o bom desempenho da economia regional.

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Desempenho

Baseado na Programação Anual do FNE, foram contratados financiamentos no montante de R\$ 44,80 bilhões, cuja distribuição por Unidade Federativa (UF) está detalhada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - BNB/FNE - 2024: Financiamentos (R\$ milhões)

			, ,	<u>'</u>
	PROGRAMADO		REALIZA	DO
UF	Valor (R\$ mi)	% Rateio	Valor (R\$ mi)	% Rateio
AL	2.145,81	5,4	2.182,84	4,9
ВА	8.449,52	21,2	10.566,48	23,6
CE	5.389,59	13,5	6.633,43	14,8
ES	760,43	1,9	661,52	1,5
MA	4.237,03	10,6	5.350,57	11,9
MG	2.542,27	6,4	3.299,77	7,4
РВ	2.772,83	7,0	3.020,62	6,7
PE	4.789,65	12,0	4.642,47	10,4
PI	3.900,92	9,8	4.180,42	9,3
RN	2.804,67	7,0	2.572,49	5,7
SE	2.094,28	5,3	1.694,83	3,8
Total Geral	39.887,00	100,0	44.805,43	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Importa mencionar a ampla cobertura espacial das aplicações do FNE: de um total de 2.074 municípios atendidos, 100,0% deles foram contemplados, pelo menos, com 01 (uma) operação de financiamento. Considerando a distribuição das aplicações por Unidade Federativa-UF, destacam-se a Bahia, com R\$ 10,56 bilhões contratados, o Ceará com R\$ 6,63 bilhões e o estado do Maranhão, com R\$ 5,35 bilhões. Em termos de contratações por UF há que se destacar o direcionamento importante de recursos para os estados de Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Espírito Santo (ES), que historicamente apresentam baixo desempenho no rateio, de tal forma que elevassem suas aplicações e performassem no mínimo em 5,0%, à exceção do ES (1,5%), cujos desempenhos foram 4,9%, 3,8% e 1,5%, respectivamente.

Na apuração da execução do FNE, sob o prisma dos setores econômicos apoiados, de acordo com a Tabela 2, foram contratados R\$ 19,21 bilhões para o Setor Rural (Agricultura e Pecuária), seguido pelos setores de Comércio e Serviços (R\$ 12,21 bilhões), Infraestrutura (R\$ 7,64 bilhões), Indústria (R\$ 2,75 bilhões) e Turismo (R\$ 1,40 bilhões) e demais, agregando a Agroindústria e as Pessoas Físicas (crédito estudantil, por meio da linha FNE P-Fies, e mini e microgeração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, via linha FNE Sol.

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	20	2023		2024	
	Quant	Valor (mi)	Quant	Valor (mi)	Valor 2024/2023
Rural (1)	617.611	17.782,48	719.148	19.218,40	8,07
Comércio e Serviços	375.681	10.044,13	851.934	12.215,97	21,62
Infraestrutura	238	11.971,76	224	7.643,59	-36,15
Turismo	1.450	752,14	1.642	1.403,30	86,57
Industrial	10.247	2.624,45	19.663	2.757,39	5,07
Agroindustrial	430	307,94	647	1.371,77	345,46
Pessoa Física	5.832	190,19	6.706	195,02	2,54
Total	1.011.489	43.673,11	1.599.964	44.805,43	2,59

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento. Notas: ⁽¹⁾ Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária.

Destacamos importantes avanços na comparação dos segundos semestres de 2023 e 2024, sobretudo na Agroindústria, que apresentou variação de mais de 345%, Turismo (86,57%) e Indústria (5,07%), denotando a retomada econômica destes importantes segmentos, caracterizado por serem fortes demandadores de emprego e gerador de renda.

O setor de Comércio e Serviços é um importante termômetro da economia, de grande participação e representatividade na Região, o que observamos variação positiva de 21,62%, mesmo que tenha ocorrido demanda direcionada aos tres setores citados anteriormente.

Quanto ao Rural pode-se inferir variação positiva pela historicidade de aplicações nesse setor e no forte apoio do Banco do Nordeste junto ao Plano Safra do Governo Federal, especialmente no âmbito do Pronaf, sobremaneira sensibilizado pelo PNMPO no âmbito rural.

Nessa perspectiva, destacam-se os financiamentos em Infraestrutura que alcançaram R\$ 7,64 bilhões, correspondendo a 89,5% da meta anual para este setor, com destaque para os investimentos em energia solar, que totalizaram R\$ 3,53 bilhões, saneamento básico, com R\$ 1,64 bilhão.

Os financiamentos para as microrregiões prioritárias (os municípios de baixa e média renda, em qualquer dinamismo), subespaços também previstos na **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (PNDR), atingiram um montante de R\$ 37,14 bilhões, cerca de 82,9% dos financiamentos do FNE até dezembro de 2024. Nos municípios pertencentes às **Regiões Integrada de Desenvolvimento Econômico** (Rides) foi contratado R\$ 1,69 bilhão, valor que já supera a meta anual destas regiões (R\$ 1,14 bilhão).

A atuação do Banco do Nordeste na condução da operacionalização dos recursos do FNE é sistematicamente acompanhada pelos demais órgãos administradores dessa fonte, Sudene e MIDR, tanto por meio do repasse mensal de informações quanto por intermédio de reuniões de acompanhamento e monitoramento, o que denota forte compromisso institucional com estes importantes recursos públicos, em observância às decisões aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel /Sudene).

A distribuição espacial dos recursos, para além do rateio por UF, também é critério às aplicações do FNE, amparada pela PNDR. Nessa perspectiva, R\$ 28,71 bilhões, ou 64,1% do total de recursos aplicados, foram direcionados aos empreendimentos localizados no Semiárido, conforme mostrado na Tabela 3.

Tabela 3 - FNE: Contratações no Semiárido por UF (R\$ milhões)

ue.	0	Valor (D¢ mi)
UF	Quant	Valor (R\$ mi)
AL	41.425	727,78
ВА	248.509	7.719,12
CE	295.722	5.407,69
ES	352	59,27
MA	19.579	539,14
MG	108.983	3.030,10
PB	103.475	1.888,33
PE	141.050	3.236,98
PI	159.100	3.430,71
RN	75.148	1.788,22
SE	32.886	886,62
Total	1.226.229	28.713,97

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Alinhado ao Art. 3º da Lei 7.827/1989, inciso III e às Diretrizes Gerais da Resolução Condel/Sudene Nº 169/2023, o Plano de Aplicação de Recursos do FNE 2024 previu tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas expresso no rateio do orçamento anual que estabeleceu a meta de realizar 62,2% em aplicações com beneficiários classificados como mini, micro, pequeno e pequeno-médio produtor/empresa, denominados portes prioritários. O que foi planejado se concretizou haja vista que do total contratado em 2024, R\$ 44,81 bilhões, 62,28% (R\$ 27,91 bilhões) foi destinado a esse público prioritário. Isso também se refletiu na participação preponderante do número de operações nos portes prioritários, com a realização de 1,59 milhão de contratações, representando 99,7% do total de operações.

É importante destacar, consistente com o Art. 4º da Portaria MIDR Nº 2.252/2023, inciso I, que o financiamento aos portes prioritários converge com a promoção do desenvolvimento includente, seguro e sustentável, possibilitando a manutenção do produtor rural no campo, a geração de emprego em micro empreendimentos e o incremento da renda. Nesta perspectiva, o FNE 2024 apoiou os portes prioritários em todos os setores econômicos, em especial no financiamento à Pecuária (R\$ 10,05 bilhões), Comércio e Serviços (R\$ 9,92 bilhões), Agricultura (5,00 bilhões), Indústria (R\$ 997,6 milhões) e Turismo (R\$ 451,9 milhões).

Consoante a compreensão de que os recursos dos Fundos Constitucionais devem ser utilizados para atender aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, promovendo o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da emergência climática e o combate à pobreza em sua área de atuação, a execução do FNE 2024 considera ter cumprido esse compromisso na medida em que do total financiado aos portes prioritários, R\$ 9,59 bilhões foi para operações com agricultores familiares, sendo R\$ 4,16 bilhões de caráter identitário, no Pronaf-Mulher; R\$ 5,87 bilhões destinados à contribuir com a convivência com as adversidades climáticas da região, sendo R\$ 4,93 bilhões no Pronaf-Semiárido e R\$ 938,7 milhões no Pronaf-Seca. No âmbito urbano, no contexto do Programa Nacional de

Microcrédito Produtivo Orientado foram contratadas mais de 833 mil operações, num valor total de R\$ 4,19 bilhões. Além disso, integrado às ações de conservação, proteção e uso sustentável dos recursos naturais, de forma específica, R\$ 78,3 milhões foram financiados no Pronaf-Floresta, Pronaf-Eco e Pronaf-Agroecologia. Nesse mesmo contexto, de forma mais ampla, no programa de financiamento à sustentabilidade ambiental (FNE Verde) foram financiados nos portes prioritários R\$ 1,46 bilhão.

2.2 Programas de Financiamento ao Setor Público, com Recursos Externos

Ampliação de parcerias internacionais para financiamento de infraestrutura

No Planejamento 2023-2032, o Banco estabeleceu diretrizes e orientações estratégicas voltadas à diversificação de fontes de recursos financeiros para financiamentos, em especial para infraestrutura e para o setor público, com a retomada de articulações com organismos internacionais.

Como primeiro resultado desse processo, em 2023 o Banco firmou contrato com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), captando EUR 150,0 milhões (aproximadamente R\$ 900,0 milhões) para financiamento de projetos de infraestrutura, com ênfase em energias renováveis, dos quais em 2024, foram contratadas 32 operações de crédito com empresas de médio e grande portes, totalizando R\$ 423,5 milhões, dos quais, R\$ 373,5 milhões foram destinados ao atendimento de 31 projetos de energia renovável eólica e solar e R\$ 50,0 milhões ao financiamento de 1 projeto de saneamento básico.

Outras frentes de captação de recursos internacionais para financiamentos tiveram avanços relevantes em 2024, destacando-se a contratação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 300,0 milhões (cerca de R\$ 1,80 bilhão) para o Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), para financiamento de infraestrutura e projetos ecoeficientes que minimizem gargalos das cadeias produtivas prioritárias de cada estado e a estruturação de Parcerias Público-Privadas (PPP), diretamente pelos governos estaduais.

Ressalta-se, inclusive que, em 2024, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), do Governo Federal, autorizou o Banco do Nordeste a estruturar novos programas, que têm previsão de contratação até o final de 2025, envolvendo a captação de:

- a) US\$ 500,0 milhões do Banco Mundial para execução do Programa de Financiamento à Descarbonização da Indústria (Prodecarb); e
- b) € 200,0 milhões do KfW Banco de Desenvolvimento Alemão destinados ao Programa Acredita Nordeste (Microcrédito e Inclusão Produtiva).

Estão igualmente previstos para contratação em 2025, captações relativas aos programas cuja estruturação foi autorizada pela Comissão de Financiamentos Externos- COFIEX, em dezembro de 2023: o Programa de Financiamento à Infraestrutura do Nordeste (InfraNordeste), com US\$ 300,0 milhões do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Programa de Integração de Energias Renováveis do Nordeste (CIF-REI/NE), que terá US\$ 33,5 milhões dos Fundos de Investimento Climático (CIF) e US\$ 33,5 milhões do BID, destinados aos projetos de modernização dos sistemas de transmissão e distribuição de energia, tecnologias de armazenamento energético e aos projetos de geração de Fontes Renováveis Variáveis (FRV).

Desse modo, as captações de recursos externos contratados ou em preparação atingiram em 2024 o total de R\$ 9,54 bilhões, concretizando as diretrizes corporativas do Planejamento Estratégico 2023-2032 e do Planejamento Empresarial 2024-2028 do Banco, para novas fontes de recursos para financiamento aos setores públicos e privados, com ênfase em infraestrutura. Novas tratativas, com estes ou outras entidades poderão ser iniciadas, no

processo de retomada das articulações do Banco com organismos internacionais para financiamentos.

Além desses programas já contratados ou em estruturação, em 2024 foram iniciadas conversações para possíveis novos programas com recursos internacionais, ampliando o apoio ao setor público com a inclusão de crédito para os governos municipais. Neste sentido, tratativas quanto à eventual captação de recursos do Banco Mundial e do BID em programas voltados ao financiamento de inovação e transformação digital terão continuidade em 2025.

No processo de retomada dos financiamentos ao setor público, em 2024 foram ainda buscadas fontes nacionais de recursos de financiamento, tendo sido restabelecida parceria com o BNDES para operacionalização da linha Caminho da Escola, que financia a aquisição, pelos municípios, de veículos de transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública, principalmente em áreas rurais e ribeirinhas. O Banco do Nordeste irá iniciar a operacionalização dessa linha de crédito, no início de 2025.

Parcerias com organismos internacionais foram intensificadas em 2024, buscando diversificar fontes de recursos e fortalecer sua capacidade de promover o desenvolvimento regional. A estratégia, alinhada à Orientação Estratégica de atuação como parceiro de instituições de desenvolvimento, resultou em ações complementares de suporte à ação creditícia, destacando-se três iniciativas principais:

- 1. Fortalecimento da Cooperação Técnica: Foram obtidos cerca de R\$ 4,1 milhões em recursos não reembolsáveis por meio de cooperações técnicas, tanto concluídas quanto em andamento. As cooperações concluídas incluem a estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de infraestrutura (com recursos do BID) e o desenvolvimento de padrões ASG para investidores (com recursos da AFD). Entre as cooperações em andamento estão a revisão do Sistema de Gestão Ambiental e Social do BNB (AFD), o aprimoramento da metodologia de identificação de cadeias produtivas para o Prodepro (BID), e a elaboração do Sistema de Gestão Ambiental e Social do Prodepro (BID). Adicionalmente, estão em processo de formalização/negociação cooperações para suporte à gestão do Prodepro e apoio à implantação da Fábrica de Projetos do BNB (BID e CIF-REI).
- 2. Workshops e Eventos em Parceria: Workshops e eventos focados na prospecção de projetos e na transformação digital realizados em parceria com o BID e o Banco Mundial. O Workshop do Prodepro (29 e 30/10), em parceria com o BID, capacitou equipes governamentais sobre as condições e critérios do programa. O evento BNB Tech (02 e 03/10), em parceria com o Consórcio Nordeste e o Banco Mundial, abordou a transformação digital em governos, incluindo sessões de ausculta com os governos estaduais e apresentação de casos nacionais e internacionais.
- 3. Impacto e Alinhamento Estratégico: As ações de 2024 demonstram o sucesso da estratégia de diversificação de fontes de recursos e de fortalecimento das parcerias internacionais.

2.3 Plano Plurianual (PPA)

O Banco do Nordeste, em consonância com a sua responsabilidade institucional, desempenha papel de agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos, alinhados aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e demais ministérios executores das políticas públicas. O Banco do Nordeste participa de 5 (cinco) Programas do PPA, por intermédio de 9 (nove) iniciativas vinculadas a 9 (nove) objetivos, sendo 7 (sete) destes programas temáticos, executados com a fonte de recursos FNE.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os valores realizados no primeiro semestre de 2024, no âmbito do PPA.

Tabela 4 - Plano Plurianual PPA 2024 - Valores Executados

Exerc	Programa PPA	Descrição	Valor Projetado	Valor Executado	%
		·	(R\$ mil)	(R\$ mil)	
2024	N1E6	Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste	2.030.220	1.696.183	83,55%
2024	N1DB	Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da Região Nordeste, norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (FNE)	4.568.947	5.533.670	121,11%
2024	N1B9	Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE)	1.229.740	1.403.301	114,11%
2024	N1EB	Financiamento à indústria (FNE)	4.142.260	2.757.396	66,57%
2024	N1EB	Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE)	7.851.010	12.216.021	155,60%
2024	N1EC	Concessão de financiamento em 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios assessorando também os microempreendedores populares (BNB)	11.200.000	12.051.491	107,60%
2024	N1CA	Concessão de crédito para agricultores familiares – Banco do Nordeste do Brasil	8.837.893	9.589.981	108,51%
2024	N20C	Concessão de crédito aos produtores rurais (Pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil abrangendo recursos direcionados do FNE	8.190.062	9.586.861	117,05%
2024	N1EC	Incremento do volume de operações de financiamento à exportação (BNB)	735.000	901.511	122,65%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

No Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), o Banco do Nordeste contribuiu, em 2024, para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas por meio de Iniciativas, com financiamentos vinculados, e Ações do Orçamento de Investimentos das Estatais.

2.4 Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) é um dos principais instrumentos de implementação da Política de Desenvolvimento Territorial da Instituição. Neste tópico apresentam-se os principais números do Programa, destacando sua importância e os impactos nos territórios da sua área de atuação. Também será abordado o FNE Itinerante, uma iniciativa complementar ao Prodeter. Por fim, será apresentado um programa parceiro que é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – CONAB, demonstrando como essas

ações se conectam para promover o desenvolvimento territorial e econômico na área de atuação do Banco.

O Prodeter constitui-se uma estratégia para contribuir com o desenvolvimento territorial e local por meio da organização, fortalecimento e elevação da competitividade e da cooperatividade nas atividades econômicas da sua área de atuação. O Programa teve 195 (cento e noventa e cinco) Planos de Ação Territóriais I – PATs ativos e em andamento, divididos em 131 territórios na área de atuação do Banco do Nordeste, sendo em torno de 2% desses planos de ação, situados em comunidades quilombolas ou povos originários.

Considerando que o total de planos de ação e territórios atendidos pelo Prodeter, ou seja, 102 territórios e 116 Planos de Ação Territóriais estavam em execução em 2024, por isso, integraram o Programa de Ação dos Territórios.

Para esse ano, o Prodeter contou com cerca de 7.008 participantes, sendo que 25% desse total são mulheres, que têm cerca de 75%, em operações de financiamentos.

O Programa esteve presente em 131 territórios, o que representa 1.615 municípios, atingindo cerca de 78% da área de atuação do Banco. Desses 1.615 municípios, 742 participam dos Planos de Ação do Prodeter, o que representa cerca de 46%. Esses 131 territórios abrangidos pelo Prodeter apresentaram resultados positivos na estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas prioritárias, com avanços consolidados na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

Para o ano de 2024, as atividades econômicas priorizadas no Prodeter, no âmbito dos Território participantes do Programa de Ação dos Territórios, receberam aproximadamente R\$ 2,42 bilhões em financiamento. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já chegou à marca R\$ 8,13 bilhões.

A difusão de tecnologias é importante no desenvolvimento territorial, pois reflete o processo de disseminação de novas tecnologias e práticas inovadoras entre os atores locais, como produtores e empresas. A difusão tecnológica contribui para a geração de valor, cria oportunidades de emprego e fortalece a autonomia dos territórios. Assim, ao medir e promover a difusão de tecnologias, o programa visa potencializar o uso de soluções adequadas e eficazes, resultando em melhorias substanciais no desenvolvimento econômico e social local. Em 2024 foram realizados 501 eventos de difusão de tecnologias e inovação.

O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. (Embrapa). Apresenta como objetivo integrar esforços e ações dos associados em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem.

O desenvolvimento territorial e o associativismo são temas que estão correlacionados. Isso se mostra de forma significativa quando são colocados em evidência os benefícios decorrentes da prática associativa no tocante ao fortalecimento da economia local, acesso a mercados, geração de emprego, sustentabilidade, empoderamento comunitário, inovação social, fortalecimento de rede social, educação e capacitação.

Em suma, o associativismo se constitui em ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento territorial de forma inclusiva e sustentável. Ele não apenas gera benefícios econômicos diretos, mas também benefícios sociais, ambientais e culturais dentro das comunidades. No ano de 2024 foram realizadas 216 ações de associativismo.

Em 2024, o Prodeter concluiu a execução de 22 Planos de Ação Territorial, gerando impactos significativos nos territórios beneficiados. Essas iniciativas têm impulsionado o desenvolvimento sustentável e inclusivo fortalecendo atividades econômicas locais e promovendo a integração dos atores envolvidos. Através da estruturação de cadeias

produtivas e da integração entre agentes locais o programa tem impulsionado a competitividade e a cooperação nas atividades econômicas. Isso resultou em um aumento substancial de investimentos na área de atuação do Banco do Nordeste, gerando emprego e renda, além de modernizar práticas e tecnologias adotadas.

Além dos benefícios econômicos, o Prodeter tem contribuído para a inclusão social e produtiva, melhorando as condições de vida da população nas áreas atendidas. A redução das desigualdades intra e inter-regionais é outro impacto importante, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades. O fortalecimento da governança territorial e o aumento do protagonismo das comunidades locais são resultados diretos das ações do programa, que tem incentivado a participação ativa dos agentes institucionais e econômicos nos processos de desenvolvimento.

O FNE Itinerante é um instrumento que visa levar agentes bancários a localidades de difícil acesso, com o objetivo de divulgar as linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Programa tem como metas facilitar o acesso ao crédito, apoiar empreendedores e produtores locais, além de promover o desenvolvimento econômico e social nas regiões atendidas. Em 2024, foram realizados 44 eventos, contando com a participação de 2.520 pessoas.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de dois de julho de 2003, tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. O Banco do Nordeste mantém acordo de cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem por objeto disciplinar a atuação do Banco na condição de instituição financeira responsável pela abertura e manutenção de contas correntes bloqueadas (vinculadas) e de livre movimentação financeira, visando o pagamento às organizações dos agricultores familiares participantes do PAA, quando das vendas de gêneros alimentícios de primeira necessidade (feijão, arroz, milho, farinha, dentre outros).

Ressalta-se que, esse Programa contribui para alavancar financiamentos rurais do Pronaf e Agroamigo, pois muitos produtores buscam esses recursos para viabilizar a produção a ser vendida para a Conab. Além disso, os recursos que transitam pelo Banco contribuindo para o alcance das metas de captação de recursos. No ano de 2024, para o PAA-CONAB, o Banco do Nordeste operacionalizou um montante de R\$ 179.464.706,89, em um total de 2.147 operações.

2.5 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento Sustentável

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

O desenvolvimento regional sustentável depende da combinação de fatores econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais que promovam competitividade, produtividade, bem-estar social e preservação ambiental. Nesse contexto, as atividades de Pesquisa, Difusão, Desenvolvimento e Inovação são fundamentais, acelerando ganhos de eficiência e abrindo novas oportunidades de investimento público e privado, frequentemente voltadas à introdução de tecnologias disruptivas que impactam positivamente a qualidade de vida.

Para fomentar essas ações no Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, o Banco do Nordeste criou, em 22 de janeiro de 1971, o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci). Desde então, a Instituição vem fortalecendo a base tecnológica da Região e solucionando gargalos do setor produtivo. Em 1987, foi

instituído o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com o objetivo de apoiar programas e projetos voltados à assistência técnica, creditícia e social, beneficiando as populações mais vulneráveis.

Em 2024, buscando ampliar o impacto das políticas de desenvolvimento sustentável, o Banco instituiu o Fundo Social, Ambiental e Climático (Fundo Sustentabilidade Banco do Nordeste), com autorização para destinar até 2% do lucro líquido anual a projetos de caráter social, ambiental e climático, por meio de editais públicos ou demandas espontâneas. O Fundo visa apoiar iniciativas como sequestro de carbono, recuperação de áreas degradadas, economia circular, geração de energia limpa e assistência a comunidades vulneráveis.

Os objetivos do fundo abrangem 17 áreas prioritárias, com destaque para:

- Apoio a projetos que visem o sequestro e redução de emissões de gases de efeito estufa, mitigação e adaptação aos efeitos da mudança do clima;
- Mitigação ou adaptação dos impactos ocasionados por intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos;
- Recuperação de áreas degradadas, incluindo reflorestamento com espécies nativas e sistemas agroflorestais;
- Iniciativas comunitárias de geração de emprego e renda, melhores condições socioeconômicas das populações locais, incluindo aqueles voltados para economia solidária, e que não degradem o meio ambiente ou contribuam para o aquecimento global, com atendimento prioritário para comunidades em situação de risco e vulnerabilidade social, comunidades indígenas, quilombolas, povos tradicionais e grupos socialmente minorizados;
- Projetos que guardem conformidade com o conceito de economia circular e com a integração de cadeias produtivas locais e regional, incluindo aqueles voltados para economia solidária; e
- Apoio emergencial à população civil em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar ou atingida por eventos emergenciais tais como pandemias, desastres naturais ou eventos climáticos extremos.

As diretrizes operacionais foram publicadas em novembro de 2024, com previsão de início em 2025. O fundo contará com aporte inicial de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 10 milhões aprovados em 2024 e o restante dependente de aprovação orçamentária para 2025.

Os fundos Fundeci e FDR acumulam décadas de experiência no apoio à adaptação de produtos, serviços e processos, difusão de tecnologias e inovação no setor produtivo. Em 2024, foram formalizados 23 convênios e termos de outorga, com recursos não reembolsáveis destinados a projetos selecionados em editais de 2021/2022 e demandas analisadas em 2023 e 2024. Todos os 31 projetos em análise até dezembro de 2023 tiveram seu trâmite concluído, resultando na formalização de 23 instrumentos e na desclassificação de 8 propostas por questões cadastrais ou técnicas. É importante registrar que esses recursos atingiram o montante de R\$ 19,1 milhões com o lançamento em 27/11/2024 do Edital Caatinga 25/2024, parceria entre o Banco do Nordeste e o BNDES no âmbito do programa Floresta Viva, executado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO. Cada instituição alocará até R\$ 5 milhões para projetos de restauração ecológica e fortalecimento da cadeia produtiva da Caatinga, priorizando áreas de Unidades de Conservação (UCs) em Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Já o Edital Fundeci 01/2023 – Energias Renováveis, publicado em agosto de 2023, foca em soluções para cadeias de fontes renováveis, como o Hidrogênio Verde. Os 20 projetos selecionados em janeiro de 2024 estão em análise técnica para início de execução em 2025.

Em 2024, o Fundeci lançou o Edital 01/2024 – Desenvolvimento Territorial e Regenerativo, com investimento de R\$ 25 milhões em projetos de agroecologia, bioeconomia, economia circular, restauração de ecossistemas, dentre outros. A seleção final está prevista para fevereiro de 2025. Além disso, 07 (sete) projetos de demandas espontâneas foram aprovados, somando R\$ 250 milhões.

O total de recursos alocados pelos fundos Fundeci e FDR em 2024 chegou a R\$ 33,8 milhões, representando 79,3% do orçamento anual de R\$ 42,6 milhões.

No âmbito social, anualmente, o Banco destina parte de seu imposto de renda devido a entidades sem fins lucrativos, na forma de apoio financeiro com recursos não reembolsáveis, com base nas leis de incentivos fiscais que estabelecem como limite a destinação de até 2% do imposto de renda devido no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte (ESPORTE) e de até 1% do imposto de renda devido no âmbito do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do Fundo dos Direitos do Idoso (IDOSO), do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS-PCD). Em 2024, o apoio foi realizado no âmbito das 5 (cinco) linhas mencionadas, totalizando a destinação de até 6% do imposto de renda devido, em benefício de crianças, adolescentes e idosos em situação de risco e vulnerabilidade social.

No ano de 2024, a publicação dos editais ocorreu no mês de agosto com o evento de divulgação realizado pelo Presidente Paulo Câmara em Aracaju, capital do estado de Sergipe, bem como divulgação nas diversas mídias sociais, com a projeção de destinação de mais de R\$ 25,0 milhões, distribuídos nas 5 (cinco) linhas de apoio financeiro, destacando como limite de apoio para cada projeto o montante de até R\$ 350,0 mil para as linhas do FIA e IDOSO, até R\$ 500,0 mil para o ESPORTE e de até R\$ 1.500,0 mil para as linhas do PRONON e PRONAS-PCD, havendo a possibilidade de elevação para além de R\$ 1.500,0 mil conforme a disponibilidade orçamentária e a quantidade de projetos classificados.

As ações de divulgação dos editais atingiram o objetivo esperado, visto o acréscimo de 24% na quantidade de projetos recepcionados pelo Banco do Nordeste em relação ao ano anterior, além da melhoria da qualidade dos projetos.

Esse desempenho resultou na destinação de recursos para 52 (cinquenta e dois) projetos sociais, no total de R\$ 25,2 milhões, acréscimo de 49,8% em relação aos R\$ 16,8 milhões desembolsados no exercício de 2023, que já havia apresentado o melhor desempenho em relação aos exercícios anteriores.

Por fim, vale destacar que no período de 2007 a 2024 foram destinados recursos da ordem de R\$ 95,4 milhões para 528 projetos nessas modalidades. A relação de fundos e entidades beneficiadas pode ser acessada em https://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias.

2.6 Apoio à Cultura

Em 2024, juntando a realização das atividades culturais com o patrocínio cultural, o Banco investiu em cultura R\$ 30.257.537,78, com a promoção de acesso a bens culturais e a valorização da produção artística nos onze estados da área de atuação do Banco. Essa iniciativa se concretiza por meio de atividades gratuitas oferecidas em quatro centros culturais próprios e em espaços parceiros, além da gestão de acervos artísticos e documentais que registram a história da Instituição.

Paralelamente, o setor cultural nordestino é estimulado com a disponibilização de crédito a agentes produtivos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento econômico da região. A estratégia "Banco do Nordeste Cultural" coordena e impulsiona diversas atividades culturais, promovendo intercâmbio com outras regiões do Brasil e, eventualmente, com o exterior.

Alinhada aos princípios ASG (Ambiental, Social e Governança), a iniciativa reforça o compromisso social do banco, garantindo acesso a uma programação cultural diversificada. Os resultados de 2024 demonstram o sucesso da estratégia: as redes sociais do programa alcançaram mais de 419 mil pessoas, com a divulgação de 2.351 postagens e um aumento de 45% no número de seguidores em comparação ao ano anterior.

Diversas atividades foram realizadas em toda a sua área de atuação, tanto por meio de parcerias em locais sem centros culturais próprios, quanto no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, direcionadas aos funcionários e colaboradores.

Equipamentos



Imagem 1 - Fachada dos centros cultuais de Fortaleza, Sousa, Juazeiro do Norte e Mossoró

Os três Centros Culturais do Banco do Nordeste – dois localizados no Ceará (Fortaleza e Cariri) e um em Sousa (Paraíba) – tiveram um ano de intensa atividade em 2024. Ao todo, foram realizadas 3.592 atividades, alcançando um público superior a 242.810 pessoas. A atuação dos centros culturais, no entanto, transcendeu suas sedes físicas. Em 2024, a programação cultural expandiu-se para 86 municípios, demonstrando um alcance significativo. Do total de 3.592 atividades realizadas, 2.049 ocorreram dentro dos próprios centros culturais, enquanto 1.543 foram levadas a espaços públicos e de parceiros nos municípios de atuação dos centros. Adicionalmente, 251 atividades foram realizadas em 41 municípios fora da área de abrangência direta dos centros, e 17 em localidades externas à área de atuação do Banco.

Em 2024, a rede de bibliotecas do Banco do Nordeste registrou um significativo acesso público. Três bibliotecas, abertas à comunidade, receberam 163 mil visitantes e emprestaram 12 mil itens a 5 mil usuários cadastrados. Essa movimentação demonstra a importância desses espaços como centros de conhecimento e fomento à leitura na região. Além da consolidação da rede existente, outubro marcou a inauguração do novo centro cultural em Mossoró, Rio Grande do Norte.

Circuito Banco do Nordeste Cultural

O Circuito Banco do Nordeste Cultural expande o acesso à cultura para regiões sem centros culturais próprios. Com ações inovadoras em Minas Gerais, Espírito Santo e Alagoas, o circuito integra-se às potencialidades locais, promovendo a ocupação de equipamentos culturais e transformando municípios como Diamantina, São Mateus e Penedo. Em Diamantina (MG), iniciado em março de 2023, o circuito já realizou mais de 200 atividades, atingindo mais de 11 mil pessoas de diversos perfis socioculturais, incluindo crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas neurodivergentes, comunidades rurais, quilombolas e LGBTQIA+. As parcerias com órgãos públicos, ONGs e universidades reforçam a imagem do Banco como um amplo fomentador da cultura, demonstrando um profundo entendimento do desenvolvimento regional.

Em maio de 2024, o Circuito expandiu-se para Sergipe, em parceria com o PRODETER, realizando 48 atividades em quatro cidades da Grande Aracaju, alcançando mais de 5 mil pessoas. Em São Mateus (ES), as ações concentram-se no setor turístico, integrando cultura e revitalização urbana, principalmente no antigo bairro do Porto.



Imagem 3 – Imagens de atividades desenvolvidas em Diamantina-MG e em Aracaju-SE

Nordeste Expandido



Imagem 4 - Exposições e seminários em Recife, Fortaleza, natal e São Luís

O Programa Nordeste Expandido foi expendido por meio de um projeto de aquisição de obras de arte para enriquecer seu acervo. Priorizando a diversidade e representatividade regional, o programa promoveu a aquisição de obras por meio de curadoria local em cada estado da área de atuação do Banco, buscando equilibrar a quantidade de peças e a diversidade social entre os artistas representados.

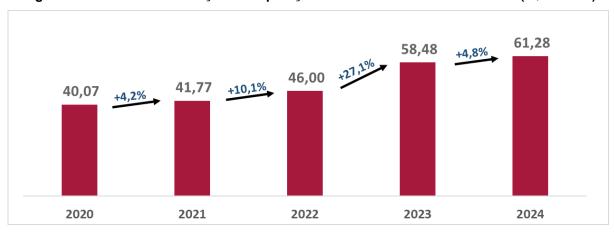
O resultado desse processo culminou na exposição itinerante "Nordeste Expandido: estratégias de (re)existir". A mostra, composta por 216 obras de 107 artistas, inicialmente exibida na Galeria Janete Costa (Recife), percorreu o Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza, a Pinacoteca do Estado do Rio Grande do Norte (Natal) e o Convento das Mercês (São Luís). As obras adquiridas foram selecionadas a partir das exposições comemorativas aos 70 anos do Banco do Nordeste, realizadas nas cidades-sedes das superintendências estaduais.

NEGÓCIOS

3.1 Contratações de Operações de Crédito

As contratações do Banco do Nordeste, no exercício de 2024, totalizaram 4,7 milhões de operações de crédito, que somaram R\$ 61,28 bilhões (acréscimos de 9,6% na quantidade de operações e de 4,8% no valor contratado, ambos em relação ao ano de 2023).

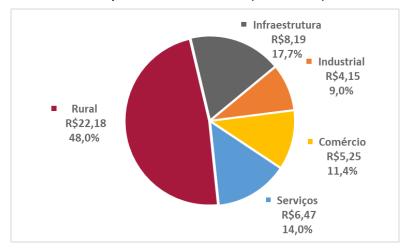
Figura 3 – Total das contratações de operações de crédito nos últimos 5 anos (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 75,5% dos recursos contratados em 2024, somando R\$ 46,24 bilhões – aumento de 1,0% em relação ao ano anterior. O setor Rural foi o que apresentou maior participação no volume contratado de longo prazo, com 48,0% (R\$ 22,18 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 17,7% dos recursos (R\$ 8,19 bilhões), conforme Figura 4, a seguir:

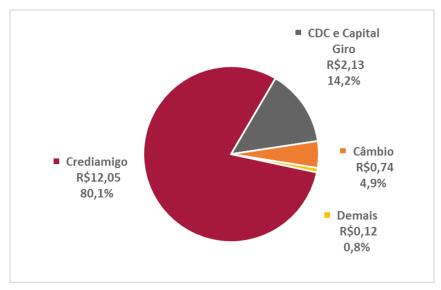
Figura 4 - Contratações dos Financiamentos de Longo Prazo em 2024 por Setor Econômico (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 15,04 bilhões (aumento de 18,2% em relação ao exercício de 2023) e representaram 24,5% do valor contratado no ano de 2024. Dentre as contratações de curto prazo, destaca-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 48,0% desse volume, alcançando montante de R\$ 12,05 bilhões.

Figura 5 - Contratações de Empréstimos de Curto Prazo em 2024 por Produto/Programa (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

No que concerne às contratações de operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), foram contratados R\$ 44,81 bilhões em 2024, representando aumento de 2,6% em relação ao ano anterior.

R\$ 25,84 +0,2% R\$ 25,88 +24,6% R\$ 32,25 +35,4% R\$ 43,67 +2,6% R\$ 44,81

Figura 6 - Contratações do FNE nos últimos 5 anos (R\$ bilhões)

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

3.2 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

A agricultura familiar caracteriza-se por envolver um enorme contingente de pessoas que, no Nordeste, apresentam realidades diversas, tendo em comum o fato de ser constituída de pequenos produtores rurais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

No segmento Agricultura Familiar, são enquadrados os clientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não atendidos pelo Agroamigo que, em dezembro de 2024, representava um ativo superior a R\$ 7,24 bilhões, envolvendo 386.823 mil operações de crédito.

O atendimento aos agricultores familiares tem o propósito de promover o desenvolvimento sustentável, aumentar a capacidade produtiva dos empreendimentos rurais, a geração de

empregos e a melhoria de renda, estando em sintonia com a missão da Instituição de atuar como o banco de desenvolvimento sustentável da região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

O Banco do Nordeste é reconhecido na sua área de atuação como principal agente financeiro do Pronaf, programa composto de várias linhas de financiamento para atender públicos distintos (Pronaf Jovem, Pronaf Mulher etc.) e necessidades específicas de crédito (Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Semiárido, Pronaf Comum etc.).

No ano de 2024, a meta de contratação de R\$ 837,9 milhões estabelecida para o Segmento Agricultura Familiar foi superada, tendo sido atingido o valor de R\$ 987,1 milhões, equivalente a 117% do projetado. Os valores aplicados mostram-se crescente nos últimos 5 anos, conforme gráfico a seguir:

(R\$ milhões)

675,6387

565,23

2020

2021

2022

2023

2024

Figura 7 - Valores Aplicados no Segmento Agricultura Familiar

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

A excelente performance deveu-se a fatores como o gerenciamento sistemático realizado pelo Ambiente de Pronaf e Crédito Fundiário, a implantação de melhorias no processo operacional e o esforço das equipes que operacionalizam o Programa. A articulação com órgãos governamentais nas diversas esferas e a formação de parcerias com entidades representativas dos agricultores familiares também foram essenciais para consecução dos objetivos.

Registre-se, como desafio enfrentado em 2024, a decretação, por vários municípios da área de atuação do Banco, de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem. A situação, inclusive, levou o Governo Federal, por meio da Resolução CMN nº 5.120, a instituir linha emergencial de crédito rural de custeio pecuário e autorizar a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento.

O Banco atuou fortemente para atender agricultores familiares cujos empreendimentos foram prejudicados, contratando pela linha de crédito emergencial criada 2.603 operações, no total de R\$ 75,6 milhões, considerado o Pronaf, exceto Agroamigo. Também foram renegociadas milhares de operações desse público com base na citada Resolução.

Na composição das contratações em 2024, destaca-se o Pronaf Mais Alimentos com montante de aplicação da ordem de R\$ 407,2 milhões destinados a itens de investimento para promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural.

Os financiamentos para custeio agropecuário somaram R\$ 353,4 milhões no ano em referência, cabendo salientar sua importância para manutenção das atividades nos empreendimentos rurais, considerando que são verbas que cobrem despesas do ciclo produtivo das lavouras, além de despesas para exploração pecuária.

O esforço do Banco na promoção da equidade de gênero, resultou na contratação de operações Pronaf (exceto Agroamigo) no montante de R\$ 230,2 milhões com mulheres, promovendo o empreendedorismo feminino no campo, além de contribuir para dar visibilidade ao importante papel desempenhado pelas agricultoras à frente dos núcleos familiares no meio rural.

O Banco também prioriza investimentos que favorecem a convivência com o Semiárido nordestino, para o qual foram destinados R\$ 751,6 milhões em itens dessa região, com a finalidade de amenizar as dificuldades causadas pela escassez de recursos hídricos e pelas condições desfavoráveis dos solos.

O Banco participou ativamente da construção do Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025, com o encaminhamento de sugestões das quais várias foram acatadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

A partir do Plano Safra 2023/2024, houve um foco significativo na tecnificação e mecanização, resultando na concessão de crédito específico pelo Banco do Nordeste para essas finalidades, que movimentaram recursos da ordem de R\$ 151,6 milhões em 2024. Destacase, entre as aplicações, o montante de R\$ 29,79 milhões destinado à aquisição de 140 tratores, configurados de acordo com as necessidades dos pequenos empreendimentos da agricultura familiar.

Com o objetivo de incentivar boas práticas, o Banco realizou em 2024 o VIII Prêmio Banco do Nordeste de Agricultura Familiar - nas categorias Inovação e Tecnologia; Beneficiamento e Comercialização e Sustentabilidade - que foi concedido aos clientes ativos e adimplentes com seus financiamentos que se destacaram nos setores agropecuário, agroindustrial e não agropecuário (turismo rural, a produção artesanal e outras prestações de serviços no meio rural).

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

O Banco do Nordeste desempenha um importante papel como agente financeiro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), complementar à reforma agrária, que facilita o acesso às propriedades rurais. Possibilita, também, a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), vitais para promover oportunidades, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar.

Os beneficiários do PNCF têm acesso ao Pronaf Grupo "A", que propicia recursos para estruturação produtiva dos imóveis adquiridos, dando suporte adicional para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Essas ações têm um impacto direto na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, redução da pobreza, segurança alimentar e na sucessão no campo para os agricultores familiares, representando um avanço significativo para a promoção do desenvolvimento rural e social.

As linhas de financiamento operacionalizadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) são as seguintes:

- PNCF Social beneficiários que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na qualidade de beneficiário direto ou membro de família cadastrada, com renda bruta anual de até R\$ 27.775,99 e patrimônio de até R\$ 70.000,00;
- PNCF Jovem beneficiários que detenham renda bruta anual de até R\$ 55.551,98 e patrimônio de até R\$ 140.000,00 para jovens com idade superior a 18 anos e inferior a 30 anos;
- PNCF Mais beneficiários que detenham renda bruta anual de até R\$ 55.551,98 e patrimônio de até R\$140.000,00;
- PNCF Empreendedor beneficiários que detenham renda bruta anual superior a R\$ 55.551,98 até R\$ 299.890,63 e patrimônio de até R\$ 500.000,00.

As linhas de financiamento diferenciadas visam atender às necessidades específicas de diferentes grupos, abrangendo desde os mais vulneráveis até os empreendedores mais capacitados, demonstrando a abrangência e o potencial transformador do PNCF.

O Banco do Nordeste contratou, no ano de 2024, R\$ 57,9 milhões em operações do PNCF, possibilitando às 389 famílias beneficiárias terem acesso à propriedade da terra para desenvolver suas atividades.

A implantação recente de melhorias no processo operacional pelo Ambiente reduziu o tempo médio da permanência das propostas no Banco.

No ano de 2024, merecem destaque as seguintes ações:

- Centralização do processo de atendimento das propostas do PNCF, tornando o processo mais ágil com a padronização na análise documentação;
- Capacitação do público interno com atualização do curso Programa Nacional de Crédito Fundiário disponível da Comunidade Virtual de Aprendizagem (CVA);
- Criação de página específica na *Intranet* e atualização da cartilha do PNCF;
- Divulgação de informações para o público externo e atualização da página na Internet;
- Criação de canal exclusivo (telefone e e-mail) para os clientes/projetistas do PNCF.

O PNCF tem promovido o desenvolvimento no meio rural e a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares no Nordeste. Com foco na redistribuição de terras e no apoio técnico e financeiro aos agricultores, o PNCF tem se fortalecido como um pilar fundamental para a sustentabilidade e o crescimento da agricultura familiar.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)

Na posição de dezembro de 2024, os segmentos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte contrataram R\$ 6,08 bilhões com Recursos Internos e com FNE, representando um acréscimo de 4,5% em relação ao mesmo período de 2023, totalizando 48.148 operações de crédito, atendendo clientes dos diversos setores de atividades, representando um crescimento de 8,4% nas contratações em comparação ao ano de 2023.

A carteira de crédito do Banco do Nordeste com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em 2024, é composta por um ativo com saldo líquido de R\$ 15,3 bilhões, sendo 25,1% de microempresas e 74,9% de Empresas de Pequeno Porte. Com relação à quantidade de clientes temos um total de 266.004 empresas na nossa base, sendo 133.844 de Microempresas e 132.160 de Empresas de Pequeno Porte, representando 50,3% e 49,7%, respectivamente.

Do volume total contratado (R\$ 6,08 bilhões), 73,8% (R\$ 4,08 bilhões) foram destinados para financiar investimentos, enquanto 26,2% (R\$ 1,44 bilhão) foram para operações de capital de giro.

Em relação aos setores de atividade, comércio (36,4%) e serviços (29,4%) seguem como as atividades que mais demandam recursos do Banco para os seus empreendimentos, totalizando R\$ 4,01 bilhões em valores aplicados.

Considerando apenas as operações realizadas com recursos do FNE, o montante total aplicado foi de R\$ 5,53 bilhões no ano de 2024, por meio de 31.586 negócios efetivados, valor que representa um incremento de 1,7% em relação ao ano de 2023.

Cabe registrar que do total aplicado nos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte, 57,4% foi destinado à região do Semiárido, o que reforça ainda mais o papel do Banco no apoio ao desenvolvimento da região Nordeste e norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

Tabela 5 - Contratações do Segmento MPE - Por Setor Econômico

Setor	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Percentual	
Comércio	25.164	2.220.736	36,48%	
Serviços	8.440	1.791.197	29,43%	
Indústria	14.162	1.424.168	23,40%	
Infra Estrutura	129	604.476	9,93%	
Agroindústria	253	46.483	0,76%	
Total	48.148	6.087.060	100%	

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Ressalte-se que os números de aplicações junto aos segmentos de microempresas e empresas de pequeno porte, no ano de 2024, marcaram um novo recorde de contratações do Banco do Nordeste junto a esses importantes segmentos.

Microempreendedor Rural - Agroamigo

O programa Agroamigo continua a desempenhar um papel importante no apoio aos agricultores familiares. Em 2024, o programa alcançou novos marcos, consolidando-se como uma política importante para o desenvolvimento econômico e social desse segmento.

Em 2024, o Agroamigo concedeu R\$ 8,61 bilhões em microcréditos a agricultores familiares, um aumento de 51,85% em relação a 2023. Esse valor foi distribuído em 688 mil operações, representando um crescimento de 17,61%, com uma média de 2.646 operações por dia, superando a média de 2.358 operações por dia do ano anterior. O programa alcançou uma carteira ativa de R\$ 13,28 bilhões, um incremento de 55,14% em comparação ao ano anterior, passando de 1,56 milhões para aproximadamente 1,63 milhões de clientes com operações. Nesse período, a taxa de adimplência aumentou de 95,15% para 97,30%, demonstrando a eficácia das estratégias de crédito adotadas no acompanhamento.

O programa tem se destacado na inclusão financeira, especialmente entre as mulheres, por meio do Agroamigo Mulher. Os contratos de microcrédito com mulheres ultrapassaram novamente os realizados com homens, ampliando de 50,96% em 2023 para 51,20% em 2024. Esse avanço reflete o compromisso do programa com a igualdade de gênero e o empoderamento feminino no meio rural, tendo um impacto significativo nas mulheres na zona rural e promovendo a inclusão financeira e social de maneira abrangente.

Destacamos também a criação do Programa Pronaf Jovem (Grupo "B"), que visa apoiar financeiramente jovens agricultores, promovendo a sucessão familiar rural e incentivando a participação ativa dos jovens na gestão das propriedades rurais.

No tocante à comunicação e ao desenvolvimento tecnológico, o Agroamigo Net visa promover a inclusão digital dos agricultores familiares. Esta iniciativa é importante para modernizar a agricultura familiar, promovendo a inclusão digital e melhorando a competitividade dos pequenos produtores rurais. Em 2024, o programa aportou R\$ 9,8 milhões, distribuídos em 6.650 operações, representando aumentos de 38,03% e 70,06%, respectivamente, em relação a 2023.

Na mecanização do meio rural, o programa atua estrategicamente através do Agroamigo Moderniza, que financiou 3.902 operações, contabilizando um montante de R\$ 98,3 milhões. Esta iniciativa promove a modernização e a sustentabilidade da agricultura familiar, reduzindo a penosidade no campo e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

O programa Agroamigo oferece várias linhas de crédito sustentáveis para apoiar a agricultura familiar de forma ambientalmente responsável. A seguir são apresentadas algumas das principais linhas de crédito sustentáveis disponíveis:

- 1. Agroamigo Sol: Financia instalações de sistemas de energia solar em propriedades rurais.
- 2. Agroamigo Água: Melhora a infraestrutura hídrica das propriedades rurais, incluindo a construção de cisternas, poços artesianos e sistemas de irrigação eficientes.
- 3. Agroamigo Agroecologia: Apoia projetos que promovam a sustentabilidade ambiental, como a recuperação de áreas degradadas, a implantação de sistemas agroflorestais e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Essas linhas de crédito são projetadas para ajudar os agricultores familiares a adotarem práticas mais sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental e promovendo a eficiência no uso dos recursos naturais.

Devido às suas características, a forma de atuação do Programa Agroamigo mantém sinergia com 09 (nove) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é um conjunto de metas estabelecidas nos moldes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, assumidos por países-membros da ONU, que norteiam políticas públicas extremamente importantes para a humanidade. A Figura 8 apresenta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos quais o Agroamigo se insere:

Além disso, o programa Agroamigo atua na própria comunidade do cliente, oferecendo acompanhamento e orientação, contribuindo para que os projetos financiados sejam bemsucedidos e tragam benefícios duradouros para as comunidades rurais.

OBJETIVE SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA
DA POBREZA
SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA
SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA
SUSTENTÁVEL

1 D REDUÇÃO DAS
RESPONSÁVEIS
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS

1 T7 DE IMPLEMENTAÇÃO
RESPONSÁVEIS
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS

Figura 8 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Os agentes de microcrédito realizam visita prévia ao cliente, fazendo uso de um dispositivo tablet e do App Agente em Ação (S663), que proporciona a captura de imagens da documentação original do cliente, enviando-as diretamente para armazenamento no sistema do Banco. Isso melhora a produtividade do agente, facilita a elaboração de cadastros e propostas de crédito, evitando que o cliente precise se deslocar até a Unidade de Atendimento do Agroamigo.

No processo de concessão de crédito do Agroamigo Crescer, podemos citar a grande evolução tecnológica entregue aos nossos clientes: a disponibilização da assinatura eletrônica das propostas e instrumentos de crédito via App BNB Agro (S639). Essa implementação trouxe praticidade e redução de custos para os agricultores familiares, além de agilidade na formalização e no recebimento do crédito. No mesmo aplicativo, ainda é possível visualizar informações sobre todas as linhas de crédito do Agroamigo, consultar a Agenda do Produtor Rural e solicitar boletos, trazendo maior comodidade aos clientes.

Destacamos ainda que o programa Agroamigo utiliza outras tecnologias existentes para comunicação com o cliente, como o WhatsApp, realizando o envio de boletos, informativos etc., objetivando a melhoria na qualidade do atendimento ao nosso cliente

Para 2025, o programa expandirá sua equipe e unidades de atendimento, suas operações e tecnologias sustentáveis para apoiar os agricultores familiares na adaptação às novas condições ambientais.

O microcrédito rural, através do programa Agroamigo, continua a ser um pilar fundamental para o desenvolvimento rural no Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Com resultados expressivos em 2024, o programa reafirma seu compromisso com a inclusão financeira, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. O Banco do Nordeste seguirá aprimorando suas estratégias para garantir que o Agroamigo continue a realizar sonhos, transformar vidas, diminuir a pobreza e promover o desenvolvimento da nossa área de atuação.

Quadro 1 - Resumo comparativo dos resultados e impactos 2023/2024

Categoria	2023	2024	Variação (%)
Microcréditos concedidos	R\$ 5,67 bilhões	R\$ 8,61 bilhões	51,85%
Número de operações	585 mil	688 mil	17,60%
Média de operações por dia	2.358	2.646	12,21%
Carteira ativa	R\$ 8,56 bilhões	R\$ 13,28 bilhões	55,14%
Número de clientes	1,56 milhões	1,63 milhões	4,48%
Taxa de adimplência	95,15%	97,30%	2,26%
Contratos de microcrédito com mulheres	50,96%	51,2%	0,47%
Valor investido no Agroamigo Net	R\$ 7,1 milhões	R\$ 9,8 milhões	38,02%
Número de operações no Agroamigo Net	3.898	6.650	70,60%
Valor financiado pelo Agroamigo Moderniza	-	R\$ 98,3 milhões	
Número de operações do Agroamigo Moderniza	-	3.902	

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Microfinança Urbana – Crediamigo

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo urbano do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado com o objetivo de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento econômico na região Nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Desde sua criação em 1998, o Crediamigo tem desempenhado um papel importante na vida de milhões de microempreendedores e pequenos negócios, proporcionando acesso ao crédito de maneira simplificada e com condições favoráveis.

O Crediamigo surgiu em resposta à necessidade de oferecer crédito acessível a uma parcela significativa da população que, até então, não tinha acesso aos serviços bancários tradicionais. Inspirado por modelos de microcrédito de sucesso em outras partes do mundo, como o *Grameen Bank de Bangladesh*, o Banco do Nordeste adaptou a iniciativa às particularidades da economia e da cultura nordestinas.

Desde seus primeiros anos, o Crediamigo tem se expandido continuamente, tanto em termos de volume de crédito concedido quanto em número de beneficiários atendidos. O crescimento do Crediamigo pode ser atribuído à eficácia da metodologia do programa, que se baseia na confiança mútua e na responsabilidade solidária, e à dedicação do Banco do Nordeste em aprimorar constantemente os processos e os produtos oferecidos.

Os financiamentos e empréstimos do Crediamigo são oferecidos a microempreendedores individuais ou a grupos solidários, onde os membros atuam como fiadores uns dos outros. Esse modelo, conhecido como aval solidário, tem se mostrado eficaz na redução dos índices de inadimplência, uma vez que os membros do grupo se comprometem com o cumprimento das obrigações financeiras.

Atualmente o Crediamigo é o maior programa de Microcrédito Produtivo e Orientado do Brasil, por meio do qual o Banco do Nordeste promove a inclusão financeira e produtiva, além de contribuir para a inclusão financeira e social de pessoas em situação de vulnerabilidade, o que pode ser medido a partir de indicadores que monitoram o alcance dos objetivos definidos a partir das estratégias ASG do Banco do Nordeste.

O Crediamigo tem sua atuação fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal, que tem a finalidade de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores. Dessa forma, o Crediamigo não se limita a fornecer crédito, mas também oferece orientação financeira, empresarial e ambiental, ajudando os clientes a gerir melhor seus negócios e a utilizar os recursos de forma mais eficiente. Esse apoio contribui para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora mais sólida e sustentável na região.

Além disso, o Crediamigo tem um efeito multiplicador na economia local. Os recursos obtidos através dos empréstimos são frequentemente investidos em negócios de bairro, como pequenas lojas, padarias, salões de beleza e serviços de transporte. Esses negócios, por sua vez, geram empregos e movimentam a economia das comunidades, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico.

Em 2024, o Crediamigo do Banco do Nordeste desembolsou R\$ 12,05 bilhões, representando um acréscimo de 13,27% em comparação ao ano de 2023, realizando 3,88 milhões de operações, mantendo uma média de 14,9 mil empréstimos por dia. O ano foi finalizado com 2,1 milhões de clientes com empréstimos ativos, dentre os quais 68% são representados por mulheres empreendedoras.

Cabe destacar que do total desembolsado no ano, R\$ 4,18 bilhões foram com recursos do FNE, o que corresponde a 34,6% do total de recursos desembolsados. Foram cerca de 3,1 milhões em operações, utilizando-se recursos do FNE, disseminando a aplicação dos recursos na base da pirâmide social, contribuindo com a Diretriz Estratégica do Banco do Nordeste de "Fazer o FNE cada vez melhor".

O ano de 2024 também foi marcado pelo lançamento do Programa Acredita no Primeiro Passo, do Governo Federal, onde o Crediamigo tinha o desafio de aplicar o montante de R\$ 500 milhões, desafio este que foi cumprido e superado com a marca de R\$ 551,6 milhões, consolidando o Programa Crediamigo como o principal parceiro na execução desta importante política pública do Governo Federal.

Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, o Crediamigo atendeu 371 mil clientes novos com a concessão de crédito, o que gerou a abertura de novas contas durante o ano de 2024. Acrescente-se que a média de dias entre o cadastro e a liberação do crédito foi de apenas 2,4 dias.

Desde o início de sua criação, o Crediamigo atingiu o montante de R\$ 130,2 bilhões em desembolso acumulado, com mais de 8,3 milhões de clientes beneficiados, uma marca significativa, que para além do valor monetário significa vidas transformadas por meio do microcrédito produtivo orientado, e traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social na sua área de atuação.

O impacto do Crediamigo na região Nordeste do Brasil é significativo. O Crediamigo tem contribuído para a geração de emprego e renda, fortalecendo a economia local e promovendo a inclusão social. Ao proporcionar acesso ao crédito de maneira desburocratizada, o Crediamigo permite que microempreendedores formalizem suas atividades, expandam seus negócios e melhorem suas condições de vida.

É motivo de orgulho reconhecer que mesmo já sendo o maior programa de microcrédito do Brasil, o Crediamigo do Banco do Nordeste segue crescendo.

Em 2024, o programa saltou de 470 Unidades para 537 Pontos de Atendimento, ampliando a presença na Região, seu maior incremento histórico, com a abertura de 67 novas estruturas de relacionamento com o cliente. Isso foi possível com a revisão da plataforma e abertura de novas tipologias.

Dentre os destaques do período estão as inaugurações das primeiras lojas de estrutura modular do programa.

Quadro 2 - Comparativo dos resultados e impactos 2023/2024

Categoria	2023	2024	Variação (%)	Descrição
Desembolsos totais (R\$ bilhões)	10,64	12,05	13,25%	Crescimento no volume de crédito concedido, promovendo maior inclusão financeira na região.
Número de operações (milhões)	3,56	3,88	8,99%	Aumento no número de empréstimos realizados, indicando maior alcance do programa.
Média diária de empréstimos (mil)	14,3	14,9	4,20%	Elevação na eficiência operacional e no atendimento diário aos clientes.
Clientes ativos (milhões)	1,9	2,1	10,53%	Crescimento no número de clientes com empréstimos em andamento.
Desembolsos com recursos do FNE (R\$ bi)	2,12	4,18	97,17%	Maior utilização de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
Clientes novos atendidos (mil)	352	371	5,40%	Ampliação da base de clientes com acesso inicial ao crédito e abertura de novas contas.
Tempo médio para liberação do crédito (dias)	2,8	2,4	-14,29%	Redução no tempo entre cadastro e liberação de recursos.
Pontos de atendimento	470	537	14,26%	Expansão significativa da presença do programa na região Nordeste e áreas adjacentes.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Agronegócio

O Banco do Nordeste tem desempenhado papel crucial na promoção do crescimento sustentável da região Nordeste, oferecendo apoio financeiro às atividades agropecuárias por meio de linhas de crédito com condições de mercado altamente competitivas. Essas linhas abrangem diferentes frentes, como custeio pecuário e agrícola, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos, comercialização, armazenagem, exportação, agricultura irrigada, energias renováveis, inovação tecnológica e conectividade.

Com uma política específica para o agronegócio, o banco destaca iniciativas como o desenvolvimento do cerrado nordestino, incentivo a tecnologias de convivência com a seca e desertificação, apoio à logística de armazenamento, ampliação de áreas irrigadas, difusão de

tecnologias, estímulo à carcinicultura e fruticultura, além da promoção de projetos de micro e minigeração de energia renovável.

O Banco do Nordeste é líder no crédito rural da Região, representando 47,8% desse mercado, apesar de contar com apenas 9,4% da rede bancária local. Em 2024, a Instituição contratou R\$ 11,12 bilhões com produtores rurais, distribuídos em 14.804 operações. Desse total, R\$ 9,60 bilhões vieram do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), enquanto R\$ 1,52 bilhão foi aplicado com outras fontes de recursos.

Os portes prioritários, como miniprodutores, receberam R\$ 5,42 bilhões, correspondendo a 56% do total do FNE. No que diz respeito à finalidade do crédito, 62% foram destinados ao custeio, 36% a investimentos e 2% à comercialização. Além disso, 63% dos recursos aplicados se concentraram no semiárido nordestino.

O Banco do Nordeste também se mantém alinhado às políticas públicas do governo federal, atuando em parceria com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). No Plano Safra 2023-2024, foram aplicados R\$ 10,61 bilhões na agricultura empresarial, abrangendo produtores rurais de diferentes portes na área de atuação do banco, que inclui a Região Nordeste e parte dos estados de Espírito Santo e Minas Gerais.

Conforme estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), esses recursos geraram ou mantiveram 973,7 mil empregos, aumentaram em R\$ 3,65 bilhões a massa salarial, incrementaram em R\$ 1,73 bilhão a arrecadação tributária e resultaram em R\$ 23,63 bilhões no valor bruto da produção e R\$ 13,30 bilhões no valor adicionado à economia.

A sustentabilidade ambiental é outra prioridade da Instituição. O Banco do Nordeste Iançou o Programa FNE Agricultura de Baixo Carbono, alinhado ao Programa ABC do governo federal, com o objetivo de financiar tecnologias agrícolas sustentáveis e mitigar as emissões de gases de efeito estufa. Outras linhas de crédito, como FNE Verde – Rural, FNE Verde – Irrigação e FNE Rural – Inovação, também reforçam o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Atualmente, o saldo ativo no agronegócio, exceto agricultura familiar, soma R\$ 31,35 bilhões, distribuídos em 86.553 operações. Em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o banco contribui para o desenvolvimento econômico inclusivo da região, em consonância com as diretrizes do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

A aposta na digitalização e modernização dos processos reforça a estratégia do Banco do Nordeste, proporcionando maior eficiência, redução de custos e ampliação das oportunidades de negócios no setor agropecuário. A seguir é apresentado um resumo das informações sobre resultados e impactos do Segmento Agronegócio em 2024:

Atuação no Mercado

- Líder no crédito rural da região: 47,8% do mercado
- Contratação total: R\$ 11,12 bilhões com produtores rurais
- Número de operações: 14.804
- Fonte dos recursos: R\$ 9,60 bilhões (FNE), R\$ 1,52 bilhão (outras fontes)

Distribuição do Crédito

- Portes prioritários (miniprodutores): R\$ 5,42 bilhões (56% do FNE)
- Finalidade: 62% custeio, 36% investimentos, 2% comercialização
- Concentração no semiárido: 63% dos recursos aplicados

Plano Safra 2023-2024

- Aplicação na agricultura empresarial: R\$ 10,61 bilhões
- Abrangência: Região Nordeste, parte de Espírito Santo e norte de Minas Gerais

Impactos Socioeconômicos (Estudo Etene)

• Empregos gerados/mantidos: 973,7 mil

Aumento na massa salarial: R\$ 3,65 bilhões

• Incremento na arrecadação tributária: R\$ 1,73 bilhão

Valor bruto da produção: R\$ 23,63 bilhões

Valor adicionado à economia: R\$ 13,30 bilhões

Sustentabilidade e Inovação

• Lançamento do Programa FNE Agricultura de Baixo Carbono

• Linhas de crédito sustentáveis: FNE Verde – Rural, FNE Verde – Irrigação

• Foco em digitalização e modernização de processos

Saldo Ativo no Agronegócio

• Total: R\$ 31,35 bilhões

Número de operações: 86.553

Governo

O segmento Governo encerrou 2024 com um ativo total de R\$ 260,8 milhões, representado por operações contratadas com estados da região Nordeste, sob a égide do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur II), com um total de 2.221 clientes, representando um crescimento de 1,27% em relação aos 2.193 clientes verificados na posição de dez/23. São 2.024 clientes representados por entes da administração pública direta e indireta, mais 197 de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Houve 13,9% de crescimento dos clientes RPPS no Banco do Nordeste, saindo de 173 clientes em dez/2023 para 197 em dez/2024.

Até dez/24, o segmento respondeu por captações efetivas na ordem de R\$ 1,76 bi, sendo R\$ 511,2 milhões oriundos de clientes da administração pública direta e indireta e R\$ 1,25 bilhão dos RPPS, respectivamente, 29% e 71% do total captado efetivamente.

Quanto às captações com o produto de fundos de investimento, destaca-se o percentual de participação das captações realizadas com clientes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), em que o Banco atingiu o marco de R\$ 1,25 bilhão de valor efetivo captado, representando um crescimento 38,32% quando comparado ao mesmo período de 2023 (R\$ 903,7 milhões).

Tabela 6 - Histórico de Captações de Fundos de Investimentos (R\$ mil)

Fundos	2020	2021	2022	2023	2024
RPPS	351.000	418.200	599.000	903.700	1.250.000
Administração Pública	372.000	514.800	728.500	362.100	511.200
Total	723.000	933.000	1.327.500	1.265.800	1.761.200

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

O resultado dessa participação é reflexo de estratégia adotada, em que o Banco do Nordeste vem aprimorando e intensificando o processo de captação e acompanhamento das aplicações dos RPPS da área de atuação do Banco nos Fundos de Investimento.

Destacamos a criação da Superintendência de Clientes Governo reforçando a importância da ação do Banco em iniciativas estruturadoras, incluindo o papel de relacionamento e oferta de serviços a Governos e a ampliação do Banco com novas fontes de recursos. O Banco tem conduzido projetos de modo a intensificar negócios com Governos, incluindo a criação do

Projeto Estratégico Fábrica de Projetos de PPPs e Concessões e a retomada de contratações de operações de crédito com o segmento Governo.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões até R\$ 400,0 milhões. Em 2024 o segmento apresentou um ativo de R\$ 30,89 bilhões, por meio de 57.291 operações de crédito, alcançando o quantitativo de 23.081 clientes, apresentando um incremento de 19,1% em relação à base de clientes existentes no final do ano de 2023.

Durante o exercício de 2024, o segmento Empresarial contratou operações com FNE que totalizaram R\$ 7,69 bilhões, o que representa uma evolução de 43,91% frente ao resultado obtido em 2023. Desse montante, R\$ 320,9 milhões foram contratados com o setor de Agroindústria (aumento de 210%), R\$ 1,67 bilhão com o setor de Comércio (aumento de 4%), R\$ 1,50 bilhão com o setor Industrial (aumento de 46%), R\$ 470,2 milhões com o setor de Infraestrutura (aumento de 116%) e R\$ 3,09 bilhões com o setor de Serviços (aumento de 58%). Também vale ressaltar que R\$ 2,75 bilhões foram contratados com o porte Pequeno-Médio, dado que é um porte prioritário dentro da programação do FNE 2024.

Em relação aos valores desembolsados, com exceção dos clientes rurais, o volume total foi de R\$ 5,84 bilhões em operações com a fonte FNE. Já no que se refere ao desembolso de operações de Crédito Comercial, o segmento desembolsou um montante de R\$ 2,85 bilhões (aumento de 35,63% em relação a 2023), se destacando como o segmento líder do Banco nessa fonte de recurso.

O segmento empresarial também se destacou contratando operações de comércio exterior, no montante de R\$ 381,6 milhões, além de R\$ 2,58 bilhões em operações com o Cartão BNB no ano de 2024. Em relação a captação, o segmento mantém em saldo médio R\$ 3,40 bilhões em fundos de investimento.

Quadro 3 - Comparativo dos resultados 2023/2024

Categoria	Valor em 2024	Variação (%) em relação a 2023
Número de Clientes	23.081	19,10%
Total de Operações com FNE	R\$ 7,69 bilhões	43,91%
- Agroindústria	R\$ 320,9 milhões	210%
- Comércio	R\$ 1,67 bilhão	4%
- Industrial	R\$ 1,50 bilhão	46%
- Infraestrutura	R\$ 470,2 milhões	116%
- Serviços	R\$ 3,09 bilhões	58%
Desembolso em Crédito Comercial	R\$ 2,85 bilhões	35,63%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

No sentido de cumprir com o seu papel no alcance dos objetivos estratégicos do Banco, o segmento Empresarial se empenhou em incentivar e alavancar as operações com outras fontes de recursos. Durante o ano de 2024, o segmento foi responsável por contratar R\$ 76,96 milhões com BNDES, R\$ 61,66 milhões com Finep e R\$ 87,31 milhões com Fungetur.

Corporate

O segmento Corporate abrange empresas de grande porte com faturamento anual superior a R\$ 400 milhões, empresas envolvidas em operações sindicalizadas (contratadas ou em tramitação) e empresas do setor de infraestrutura, independentemente do valor de seu faturamento bruto anual, excetuando-se aquelas que desenvolvem atividades rurais.

Em 2024, as 14 carteiras que compõem o segmento encerraram o ano com 1.488 clientes, dos quais 571 possuíam operações de crédito contratadas.

No exercício, o segmento Corporate contratou R\$ 10,65 bilhões em operações de crédito de longo prazo, incluindo o setor de infraestrutura. Deste total, R\$ 8,45 bilhões foram aplicados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), dos quais R\$ 252,5 milhões foram alocados para a linha NE Exportação, enquanto os demais R\$ 2,20 bilhões foram contratados com outras fontes de recursos, como AFD, BNDES/Finame, FDNE e Finep.

Um dos setores atendidos pelo segmento em 2024 foi o setor industrial com contratações na ordem de R\$ 758,5 milhões.

Destaca-se também o incremento no crédito da ferrovia Transnordestina no valor de R\$ 3,61 bilhões com recursos do FNDE para a construção do trecho de 1.209 km de extensão que ligará Eliseu Martins no estado do Piauí ao Porto do Pecém no Ceará, passando ainda pelo município de Salgueiro, Pernambuco. Além de promover a integração regional, a obra impulsionará o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste.

Para operações de curto prazo, foram contratadas operações no valor de R\$ 1,58 bilhão com Recursos Internos (Recin).

No total, os desembolsos alcançaram R\$ 12,16 bilhões, assim distribuídos:

- i. R\$ 10,31 bilhões provenientes do FNE;
- ii. R\$ 1,28 bilhão com Recursos Internos (Recin);
- iii. R\$ 565,7 milhões com outras fontes, destacando-se AFD e BNDES/Finame.

O segmento Corporate representou 23,80% da aplicação total de recursos do FNE em 2024 e foi responsável por 26,71% do desembolso global do BNB com esta fonte.

Além das operações de crédito, as carteiras do segmento Corporate geraram receitas estimadas em torno de R\$ 3,36 bilhões, tarifas na ordem de R\$ 87,2 milhões, saldo médio de captação de recursos (aplicações financeiras em Fundos de Investimento e Depósitos a Prazo) de R\$ 6,57 bilhões.

Infraestrutura

No ano de 2024 foram contratadas 91 operações totalizando R\$ 6,67 bilhões. Destacam-se as aplicações na ordem de R\$ 4,13 bilhões no setor de energias renováveis (Eólica e Fotovoltaica) e Saneamento Básico na ordem de R\$ 1,69 bilhões.

Aplicações em Energias Renováveis 1,24 1,16 0,93 0,34 0,17 0,13 0,05 0,04 0,04 0,02 0,01 CE AL ВА ES MA MG PB PΕ Ы RN SE

Figura 9 - Aplicações em Energias Renováveis por UF

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Seguindo a temática ASG as contratações em energias oriundas de fontes renováveis, eólica e fotovoltaica geraram 1.626,24 MW decorrentes de 42 operações contratadas em 2024 com clientes do segmento Corporate.

No setor de saneamento básico, foram financiados empreendimentos nos estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte beneficiando população em torno de 4,5 milhões pessoas através da construção de 216 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs).

Figura 10 - Aplicações em Saneamento por UF



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Esses números destacam a relevância do segmento Corporate para a estratégia e o desempenho financeiro da Instituição em 2024.

Perspectivas para 2025 - Segmento Corporate

Para o exercício de 2025, o segmento Corporate projeta aplicações com a fonte FNE totais na ordem de R\$ 11,45 bilhões, com a seguinte distribuição:

- R\$ 9,50 bilhões destinados ao setor de infraestrutura;
- R\$ 1,95 bilhão direcionados a outros setores econômicos.

Projeta-se também aplicações com recursos internos (Recin) na ordem de R\$ 952,5 milhões para crédito comercial e R\$ 214,4 milhões com outras fontes de recursos destacando-se AFD e BNDES.

A estratégia para o ano priorizará além da diversidade no financiamento dos projetos também a utilização de outras fontes de recursos como BNDES, ADF, Recin. Serão fomentados investimentos em setores essenciais como saneamento básico e logística, em linhas com demandas de desenvolvimento sustentável e modernização da infraestrutura regional e indústria. Destaca-se o estímulo a investimentos em geração de energia de origem eólica que muito contribui para geração de emprego e renda sendo o Nordeste uma região com vocação natural e ideal para o desenvolvimento do setor.

Essas iniciativas reforçam o compromisso do segmento Corporate em impulsionar projetos estratégicos e de alto impacto para o desenvolvimento econômico e social da área de atuação do Banco.

Pessoa Física

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, beneficiários do INSS. Além de contemplar qualquer cliente pessoa física que seja consumidor de produtos e serviços financeiros, tais como: crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais FNE Sol Pessoa Física e/ou aplicações financeiras.

A linha de crédito FNE Sol Pessoa Física realizou a contratação de 6.019 operações que totalizam o saldo de R\$ 157.508.549,76, perfazendo 91% da meta anual estabelecida para o exercício de 2024, R\$ 172.326.000,00.

O Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies, já superou R\$ 37,5 milhões em contratação, esse valor representa 133% da meta estabelecida para o exercício de 2024.

Referido programa possibilita acesso de estudantes ao ensino superior de qualidade, o que contribui por meio do conhecimento como suporte ao desenvolvimento da Região. Atualmente, existem acordos vigentes com 35 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior, as quais viabilizam a execução do programa em todos estados de atuação do Banco.

Destaca-se que os programas de crédito operacionalizados pelo Banco para o segmento Pessoa Física com recursos da fonte FNE estão alinhadas com as diretrizes estratégicas do Banco: Promover o desenvolvimento regional sustentável, Avançar nas práticas ambientes, sociais e de governança. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as linhas de crédito estão aderentes aos objetivos: "4 – Educação de Qualidade" – uma vez que possibilita a ampliação da qualificação educacional dos profissionais da Região e "7 – Energia Limpa e Acessível" – por incentivar e fomentar a produção de energia solar.

Tabela 7 - Contratações do Segmento Pessoa Física (R\$ Mil)

Programa	Valor das Contratações	Quantidade de Contratações	Meta x Período	%
FIES Estudante	37.510.090,49	687	28.100.000,00	133%
FNE Verde Sol Pessoa Física	157.508.549,76	6.019	172.326.000,00	91%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

3.3 Captação de Recursos

As captações de depósitos à vista e depósitos a prazo são elementos centrais nas estratégias de ALM (*Asset and Liability Management*) dos bancos, pois envolvem o equilíbrio entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Depósitos à vista, mais líquidos, financiam principalmente empréstimos de curto prazo, enquanto depósitos a prazo oferecem estabilidade para a concessão de crédito de longo prazo.

A gestão eficiente de ALM exige que o Banco equilibre cuidadosamente sua base de captação e as exposições a taxas de juros, otimizando o prazo e a estrutura de seus ativos e passivos para minimizar riscos e maximizar os retornos, mantendo a liquidez e a solidez financeira.

Nesse sentido, para o ano de 2024, o Banco do Nordeste estabeleceu em sua estratégia de captação de depósitos o objetivo de reduzir o custo médio de sua carteira em termos do indexador utilizado para a remuneração dos depositantes, ao passo que procurou estabelecer metas de captação de depósitos ainda mais alinhadas às estabelecidas pelo Banco para o volume de sua carteira de crédito comercial.

O saldo de captações em Depósitos a Prazo ao final de 2024 apresentou um incremento de 5,50% em relação a dezembro de 2023, resultando em um acréscimo de R\$ 350 milhões no volume captado. Esse crescimento reflete não apenas o aumento dos depósitos, mas também a ampliação da base de investidores. Ressalte-se que o crescimento observado ocorreu não obstante a manutenção dos custos de captação em patamares mais baixos, conforme estratégia ora definida, demonstrando a solidez do Banco refletida no baixo prêmio de risco requerido pelos clientes investidores para aplicar no BNB.

Os depósitos interfinanceiros, por sua vez, registraram um incremento de 27,97% (R\$ 343,6 milhões), se comparado com o saldo do final de 2023, totalizando R\$ 1,57 bilhão em dezembro de 2024. Esse resultado reflete a estratégia institucional de priorizar a formação de *funding* para operações de microcrédito produtivo orientado, aliado ao esforço corporativo de fortalecimento do relacionamento com parceiros do mercado interbancário.

Ainda no contexto de sua estratégia de captação de recursos, no início do segundo semestre, o Banco do Nordeste retomou a captação de recursos através de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), com o intuito de aumentar e diversificar o *funding* da carteira de crédito do agronegócio, alcançando, ao final de dezembro de 2024, um volume captado de R\$ 134,2 milhões.

Tabela 8 - Captações de Recursos (R\$ milhões)

Captações	2023	2024	Δ% 12 Meses
Depósitos à Vista	2.909,40	3.729,30	28,18%
Depósitos de Poupança	1.124,70	1.239,30	10,19%
Depósitos a Prazo - CDB	6.383,90	6.734,90	5,50%
Depósitos Interfinanceiros	1.228,50	1.572,10	27,97%
Depósitos especiais com remuneração ⁽¹⁾	3.231,50	3.468,30	7,33%
Depósitos Judiciais	187,5	199,3	6,29%
Total	15.065,50	16.943,20	

Fonte: Diretoria Financeira e de Crédito e Diretoria de Planejamento

3.4 Ativos de Terceiros

3.4.1 Fundos de Investimento

Em 2024, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 16,56 bilhões, um crescimento de 27,3% em relação a 2023. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 28 fundos de investimento, com 175.580 cotistas, uma evolução de 24,1% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 122,0 milhões em 2024, um incremento de 23,5% em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse resultado as ações realizadas para promover a distribuição de cotas de fundos, com ênfase nas atividades de prospecção de novos recursos e nos processos de gestão de carteiras, que impulsionaram a performance e a atratividade dos produtos de investimento geridos.

A Diretoria de Ativos de Terceiros do Banco do Nordeste obteve o Rating MQ2.br (Muito Bom) em Qualidade de Gestão de Investimentos, atribuído pela Moody's Local Brasil, uma das principais agências de classificação de risco do mundo. Essa é a segunda maior nota que a Moody's pode emitir quando analisa as atividades de gestão de investimentos e de atendimento aos clientes que são cotistas de fundos de investimento de uma instituição financeira.

O Rating da gestora de recursos do Banco do Nordeste é baseado principalmente em processo de investimentos bem estabelecido e no suporte e supervisão do seu controlador, incluindo o compartilhamento da estrutura de backoffice, riscos, compliance e tecnologia.

Também sustenta a avaliação, segundo a Moody's, a composição de fundos com diversidade de estratégias e uma base de clientes pulverizada que proporcionam retornos recorrentes. Ainda de acordo com o comunicado daquela agência, a gestora foi capaz de apresentar um contínuo crescimento em seus ativos sob gestão, via captação em seus fundos abertos, se beneficiando do cenário atrativo para investimentos em renda fixa. Em relação à sua base de investidores, a gestora combina uma base pulverizada de investidores individuais correntistas do BNB, com uma forte presença de corporates e Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

⁽¹⁾ depósitos especiais com remuneração incluem as disponibilidades do Finor e depósitos para reinvestimentos (lei 8.167/91).

.....

3.4.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O patrimônio líquido do Finor atingiu, no exercício de 2024, valor de R\$ 2.614,2 milhões, apresentando acréscimo de 25,2% em relação a 2023, decorrente, principalmente, do cancelamento de reservas para aplicação na forma do Art. 9º, da Lei nº 8.167/91, bem como pela remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda não liberados pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R\$ 52,9 milhões no mesmo período, representando um acréscimo de 30,9% em relação a 2023.

3.4.3 Depósitos para Reinvestimento

No exercício de 2024, o Banco efetuou 325 liberações de recursos em favor dos projetos aprovados pela Sudene, representando um aumento de 157,9% em relação ao exercício de 2023, totalizando R\$ 235,5 milhões, o que resultou na receita auferida pelo Banco, a título de custo de administração de projeto, no total de R\$ 2,4 milhões. Foram realizados 1.119 depósitos, que totalizaram R\$ 357,2 milhões em novos recursos captados.

IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

4.1 Indicadores de Impacto Social, Ambiental e Climático

Para além dos números financeiros de suas aplicações ao longo do ano, o planejamento empresarial do Banco do Nordeste busca conformar impactos positivos concretos em sua área de atuação e, por conseguinte, para sua população. Estes, inclusive, apontam para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), marcando o compromisso do Banco do Nordeste com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), como elemento mobilizador do desenvolvimento sustentável.

Foram incluídos cinco Indicadores Estratégicos voltados à Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática com o intuito de evidenciar os impactos efetivos da ação creditícia do Banco, em categorias sociais, ambientais e climáticas alinhadas ao Framework de Investimento Sustentável do Banco do Nordeste. A lista desses Indicadores estão presentes na Figura 11.

Figura 11 - Novos Indicadores Estratégicos de Impactos voltados à Promoção da Sustentabilidade Social, Ambiental e Climática



Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Convém ressaltar que os indicadores de impacto relacionados à promoção da sustentabilidade social, ambiental e climática estão relacionados às diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco, assim como à Linhas de Ação de sua Estratégia de Sustentabilidade (ASG), conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Eixos de atuação dos Indicadores do Framework de Financiamento Sustentável

	Francework de Filla	anciamento Sustentáv	∀I
Diretriz da PRSAC	Linha de Ação da Estratégia ASG	Tema	Indicador
Fomentar o uso de fontes renováveis para geração de energia.	Geração de energia por fontes renováveis	Energia Renovável	Emissões de Carbono Evitadas
Contribuir para o desenvolvimento de atividades e setores da economia com potencial de impacto positivo de natureza social, ambiental ou climática.	Acesso à água e ao saneamento	Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento	Pessoas beneficiadas por serviço saneamento (água e esgoto)
Promover a valorização da diversidade, equidade e inclusão e propiciar um ambiente de trabalho plural, inclusivo, saudável, seguro e sem discriminação de qualquer natureza.	Inclusão social e inserção produtiva	Inclusão de Gênero	Empreendimentos criados e mantidos anualmente para inclusão de gênero
Apoiar a agricultura familiar e o agronegócio sustentável, em especial a agroecologia, a agricultura orgânica, a agricultura de baixo carbono,	Agricultura familiar e agronegócio sustentável	Segurança Alimentar	Atividade produtiva mantida anualmente para promover a segurança alimentar

Fonte:

Diretriz da PRSAC	Linha de Ação da Estratégia ASG	Tema	Indicador
metodologias produtivas regenerativas, a convivência com o semiárido, o combate à desertificação, bem como o reflorestamento e a recuperação ambiental de áreas degradadas.			
Apoiar a inclusão financeira e produtiva de microempreendedores rurais e urbanos, além de micro e pequenas empresas.	Inclusão social e inserção produtiva	Inclusão Financeira	Empreendimentos mantidos e criados anualmente

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Administração

4.1.1 Energia Renovável

O indicador de Energia Renovável busca evidenciar a estimativa das emissões de carbono evitadas na vida útil de empreendimentos de geração de energia renovável centralizada (infraestrutura) eólica e solar, financiados pelo Banco do Nordeste demonstrando a contribuição do Banco às metas nacionais de redução de emissão de carbono, visando a mitigação das mudanças climáticas.

Para o cálculo desse indicador, foi utilizada a ferramenta "Calculadora de Emissões Evitadas e Removidas" disponibilizada publicamente pelo BNDES, em sua versão "Calculadora de Energia Renovável" (20240612_Ferramenta+Vida+Útil), na versão atualizada em junho de 2024¹, utilizando parâmetros específicos para vida útil e fator de geração efetivo para cada uma das modalidades — eólica e solar fotovoltaica², considerando a proporção financiada sobre o valor total dos empreendimentos.

Todas as estimativas utilizadas para alimentação da ferramenta foram realizadas de maneira agrupada das capacidades instaladas (em megawatts) dos projetos financiados, por segmento de geração (eólica e solar fotovoltaica), sempre considerando a proporção do projeto financiada pelo Banco.

Calcula-se, então, que os financiamentos para a geração de energia renovável (solar e eólica) centraliza efetivados pelo Banco no ano de 2024 evitarão potencialmente a emissão de **18.373.763,40 tCO2e** durante a vida útil dos projetos financiados (considerando a proporção financiada pelo Banco do Nordeste).

_

¹ (Disponível em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/clima/emissoes-evitadas-e-removidas)

² Para as eólicas foram considerados como fator de geração médio de 42,7% e vida útil média dos equipamentos de 20 anos. Para as fotovoltaicas foram considerados 21,6% de fator de geração média e 25 anos de vida útil média dos equipamentos.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima, em sua respectiva meta: 13.2.2 - Emissões totais de gases de efeito estufa por ano.

Objetivo principal: Contribuir para até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. (ODS 7)

Indicador de Impacto: Emissões de GEE evitadas

4.1.2 Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento

Em 2024, a ação creditícia do Banco do Nordeste teve um impacto significativo nos indicadores socioeconômicos da região, também por meio de investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento básico. Promovendo o financiamento para a construção de 216 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) e a implantação de 320,3 km² de redes de distribuição, cerca de 4,6 milhões de pessoas passarão a ter acesso ampliado a serviços essenciais de água e esgoto, promovendo melhores condições de saúde e qualidade de vida nas comunidades atendidas.

Essa ação reforça o compromisso do Banco do Nordeste com o desenvolvimento sustentável, alinhando-se às metas globais de redução de impactos ambientais e fortalecendo a resiliência das populações do Nordeste, do Norte de Minas Gerais e do norte do Espírito Santo frente aos desafios climáticos.

Objetivo principal: Até 2030, contribuir para o alcance do acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. (ODS 6) gerando melhoria na saúde, qualidade de vida e preservação ambiental.

Indicador de Impacto: Pessoas beneficiadas por um serviço de abastecimento de água potável anualmente.

4.1.3 Inclusão Financeira

O indicador de Inclusão Financeira busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a inclusão financeira de pessoas através do apoio financeiro a empreendedores urbanos, apoiando a manutenção ou criação de empreendimentos econômicos, gerando emprego e renda em sua área de atuação.

Para isso, o indicador busca medir o número de empreendimentos de Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas cuja manutenção ou criação tenha sido apoiada através de financiamentos contratados com os programas do Banco do Nordeste, em especial o Crediamigo e o Programa FNE – MPE.

Assim, os resultados de 2024 apontam para o alcance de 25.937 empreendimentos de micro e pequenas empresas e 2.070.667 de clientes em microfinanças urbanas, totalizando 2.096.604 empreendimentos apoiados com os programas de financiamento ao empreendedorismo urbano do Banco do Nordeste.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do **ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico**, em sua respectiva meta:

 8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Objetivo principal: Contribuir com impacto positivo dos financiamentos do Banco para a inclusão financeira de pessoas, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, por meio do apoio financeiro a empreendedores urbanos. (ODS 8.3, 9.3 e 10.2)

Indicador de Impacto: Número de empreendimentos de Pessoa Física, Microempreendedor Individual e Micro e Pequenas Empresas cuja manutenção ou criação tenha sido apoiada

através de financiamentos contratados com os programas do Banco do Nordeste, em especial o Crediamigo e o Programa FNE – MPE.

4.1.4 Inclusão de Gênero

O indicador de Inclusão de Gênero busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a promoção do empreendedorismo feminino através do apoio financeiro a empreendimentos urbanos de pessoas físicas, a Microempreendedoras Individuais (MEIs), bem como a empreendimentos econômicos de micro e pequeno portes com ao menos 40% de capital social de propriedade de mulheres.

Em 2024, o Banco do Nordeste ofertou crédito para 1.408.053 empreendedoras com programas de microfinanças urbanas e 689 micro e pequenas empresas (MPEs) com programas de apoio à MPEs em diversos setores da economia, totalizando apoio a 1.408.742 empreendimentos econômicos que promovem o empreendedorismo feminino, nos termos definidos pelo indicador.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do ODS 5 – Inclusão de Gênero, em suas respectivas metas:

5.5 - Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Objetivo principal: demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a promoção do empreendedorismo feminino através do apoio financeiro a empreendimentos urbanos de pessoas físicas; a Microempreendedoras Individuais (MEI's); bem como a empreendimentos econômicos de micro e pequeno portes com ao menos 40% de capital social de propriedade de mulheres. (ODS 5.5).

Indicador de Impacto: o número de empreendimentos mantidos ou criados anualmente.

4.1.5 Segurança Alimentar

O indicador de **Segurança Alimentar** busca demonstrar o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a manutenção das atividades produtivas referentes à agricultura familiar. Para tanto, o indicador é definido pela quantidade de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar mantidas anualmente.

Para o cômputo desse indicador, foram consideradas as atividades econômicas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em nível de subclasse, que receberam o apoio com aplicações acima de R\$ 1.000.000,00.

Neste universo estão compreendidas 97,8% das operações de financiamento para agricultura familiar e 98,2% do volume de recursos aplicados, sempre para o ano de 2024. Vale salientar que, neste conjunto, foram excluídas as atividades que não se relacionam diretamente com a produção de alimentos, a exemplo de atividades de comercialização.

Foram identificadas, então, 114 atividades produtivas relacionadas à produção de alimentos pela Agricultura Familiar para as quais a ação financiadora do Banco significou apoio para sua implantação / manutenção e, por conseguinte, para a produção de alimentos, seja in natura ou processados (além de atividades de apoio).

As atividades contempladas incluem diversas etapas da produção, desde o cultivo de grãos (arroz, feijão, milho, soja, etc.) e frutas (banana, laranja, manga, etc.), passando pela criação de animais (bovinos, suínos, aves, caprinos, ovinos, peixes, etc.) e apicultura, até o beneficiamento e processamento de produtos (farinha de mandioca e milho, açúcar, laticínios, etc.). Também foram incluídos serviços de apoio à produção, como manejo de animais, poda de árvores e preparação de terreno. A lista completa engloba atividades de apoio à agricultura, aquicultura e pecuária, coleta de produtos florestais, conservação de florestas nativas, e a fabricação de diversos produtos alimentícios. Esse investimento demonstra o compromisso do Banco com a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar na Região.

Em relação aos ODS, esse indicador demonstra a contribuição do Banco para alcance do **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável,** em suas respectivas metas:

- **2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- **2.3** Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

Para além do volume de recursos financeiros investidos, essa relação de atividades produtivas desenvolvidas reforça a importância do apoio do Banco do Nordeste, através dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aos Agricultores Familiares em sua área de atuação, que exercem relevante papel em sua diversidade produtiva, em especial dos produtos que compõem a base da alimentação da população brasileira.

Objetivo principal: Contribuir por meio de serviços financeiros para, até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores (ODS 2). Medir o impacto positivo dos financiamentos do Banco para a manutenção das atividades produtivas referentes à agricultura familiar.

Indicador de Impacto: quantidade de atividades produtivas relacionadas à agricultura familiar mantidas anualmente.

Os resultados consolidados são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores de Impacto

Tema	Descrição do Indicador	Resultado 2024
Energia Renovável	Emissões de Carbono Evitadas ³	18.373.763,40 tCO2e
Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos e Saneamento	Pessoas beneficiadas por serviço saneamento (água e esgoto)	≈ 4,6 milhões
Inclusão de Gênero	Empreendimentos criados e mantidos anualmente para inclusão de gênero	1.408.742
Segurança Alimentar	Atividade produtiva mantida anualmente para promover a segurança alimentar	114
Inclusão Financeira	Empreendimentos mantidos e criados anualmente	2.096.604

4.2 Avaliação de Indicadores de Impacto

Banco do Nordeste prioriza avaliação de impacto de seus programas

O Banco do Nordeste reforça seu compromisso com a mensuração dos resultados e impactos de suas políticas e programas, buscando garantir a eficácia e a relevância de suas ações para

³ Durante vida útil total dos projetos financiados, proporcionalmente ao valor financiado pelo Banco em relação ao valor total do projeto.

o desenvolvimento regional. Em 2024, por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), foram realizadas diversas avaliações, analisando não apenas resultados imediatos, mas também impactos de longo prazo em áreas como geração de emprego, renda, redução de desigualdades e sustentabilidade ambiental. Essa metodologia reforça o papel do Banco do Nordeste como agente transformador no desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Indicadores Estratégicos de Eficácia e Efetividade

FNE: Impacto positivo na geração de empregos e renda no Nordeste

Uma avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre 2009 e 2023, demonstra seu impacto positivo na redução das desigualdades regionais. O estudo revela que micro e pequenas empresas (MPEs) beneficiadas pelo FNE geraram mais do que o dobro de empregos e mais de três vezes o salário médio em comparação às MPEs não beneficiadas. A massa salarial dessas empresas também cresceu 2,5 vezes mais. Embora haja uma tendência de queda na alocação de recursos para atividades com maior potencial de geração de valor agregado e empregos, o percentual de financiamento para aquisição de bens de capital para modernização cresceu de 6,3% (2011-2013) para 10,5% (2019-2023). O monitoramento contínuo desses indicadores visa potencializar os resultados do FNE, impulsionando o desenvolvimento econômico e social da Região.

O monitoramento dos indicadores, acompanhado de ações integradas, contribuirá para potencializar os resultados e impactos das contratações do FNE, reduzindo as desigualdades regionais, gerando emprego e renda, bem como aumentando a competitividade dos empreendimentos.

FNE impulsiona comércio nordestino com R\$ 68,4 bilhões em investimentos

Uma análise das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no setor de comércio, entre 2002 e 2023, revela investimentos de R\$ 68,4 bilhões (em valores corrigidos), beneficiando 1.966 municípios (95% da área de atuação do Fundo). O estudo destaca a importância do comércio para a economia regional, impulsionando setores primário e secundário e gerando empregos e renda. Micro e pequenas empresas, incluindo empreendedores individuais, receberam 48% dos recursos, com foco no varejo (80%), seguido do atacado (12%) e reparação de veículos (8%). O Semiárido recebeu 52% dos investimentos, enquanto regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (Salvador, Fortaleza, Natal, Recife e São Luís) concentraram os 48% restantes. Os dados demonstram a desconcentração dos recursos, tanto geograficamente quanto pelo porte das empresas beneficiadas, e a relevância do FNE para o desenvolvimento econômico do Nordeste, considerando o crescimento do setor no Brasil (5,1% nos oito primeiros meses de 2024) e as variáveis internas e externas que o impactam.

O setor comercial localizado na área de atuação do FNE tem sido impulsionado pelo processo de transformação digital, tendo em vista a expansão e interiorização de modernos centros comerciais, e considerando a valorização da cultura e economia locais, os chamados circuitos curtos de comercialização, em conjunto com a sustentabilidade e o consumo consciente. A avaliação do FNE Comércio está disponível no portal do Banco na Internet:

https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2068

Agroamigo: Impacto positivo na qualidade de vida de agricultores familiares

Avaliação do Programa Agroamigo do Banco do Nordeste revela impactos sociais e econômicos positivos sobre os beneficiários. A pesquisa, com 1.381 entrevistas em 11 estados, comparou dois grupos: clientes com até duas operações (Grupo de Controle) e clientes com três ou mais operações (Grupo de Tratamento). Os resultados demonstram que

a exposição prolongada ao programa (Grupo de Tratamento) está associada a uma melhora significativa na qualidade de vida. A aquisição de eletrodomésticos (geladeira, televisor, computador, fogão e micro-ondas) dobrou ou triplicou entre os clientes antigos. O acesso a meios de transporte (veículos) e comunicação (celulares e internet) também apresentou aumento substancial, facilitando a comercialização de produtos, compra de insumos e inclusão digital. Esses dados indicam que o Agroamigo contribui para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares do Nordeste.

Experiência com o Programa também tem efeitos nas melhorias das condições de produção. Os elementos que demonstram essas melhorias são: acesso aos meios de comunicação; aumento na disponibilidade de terra para produção; incremento do percentual de produção pecuária trocado ou vendido; melhorias na comercialização.

A quase totalidade dos respondentes disse ter percebido melhoria na renda total da família. A avaliação está disponível no portal do Banco na internet:

https://bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/2023

Crediamigo como Instrumento de Estímulo ao Emprego e a Renda

Estudo avalia o impacto do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste na renda e no emprego de seus clientes após a obtenção de pelo menos dois empréstimos. A análise de dados de 2021 revela aumento significativo na renda (lucro operacional, outras rendas e capacidade de pagamento) na última operação em comparação com a primeira, sugerindo um impacto positivo do programa. O crescimento foi observado em quase todas as unidades federativas, com destaque para o Ceará. O setor comercial apresentou os maiores incrementos, e as mulheres tiveram um aumento significativo no lucro operacional e na capacidade de pagamento, reduzindo a diferença de gênero. Clientes com menor escolaridade e idades mais avançadas também mostraram maior crescimento, demonstrando um efeito positivo na redução de desigualdades.

Em relação ao emprego, houve incrementos na manutenção e geração de empregos, com destaque para o Maranhão e Paraíba (agregado) e Piauí e Paraíba (nível de cliente). O setor de serviços e as mulheres apresentaram maior geração de empregos. Clientes solteiros e na maior faixa etária (acima de 54 anos), assim como aqueles com pós-graduação, também demonstraram maior expansão no emprego. Os resultados sugerem que o Crediamigo contribui para o fortalecimento dos negócios e a geração de oportunidades de trabalho, impactando positivamente a economia local.

Os resultados apontam para a importância do Programa Crediamigo no desempenho econômico dos seus beneficiários, tanto na melhora dos rendimentos quanto na manutenção e na geração de empregos. Em especial, observou-se a relevância do Programa para aqueles que possuem pouca ou nenhuma educação formal, para os que possuem idade mais avançada e para o empoderamento feminino. Espera-se que as evidências encontradas possam contribuir com a efetividade cada vez maior do Programa e com a orientação de políticas públicas voltadas ao emprego e à renda. O artigo está disponível no portal do Banco na internet: https://bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1457/1/2022 AET 13.pdf

4.3 Estimativa de Impactos Econômicos

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R\$ 44,80 bilhões contratados com recursos do FNE no ano de 2024 devem contribuir para gerar e/ou manter 436,5 mil empregos na área de atuação do Banco do Nordeste. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento no período de análise.

Ainda com enfoque no FNE e seus impactos econômicos, as estimativas apontam incremento de R\$ 5,93 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R\$ 1,49 bilhão na arrecadação tributária, R\$ 30,82 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 14,29 bilhões de Valor

Adicionado à Economia do Nordeste. No que tange aos impactos em todo o País, referentes às contratações do FNE e suas repercussões econômicas, as estimativas apontam elevação de R\$ 11,98 bilhões na massa salarial, R\$ 2,97 bilhões na arrecadação tributária, R\$ 59,58 bilhões no Valor Bruto da Produção e R\$ 26,12 bilhões de Valor Adicionado à Economia.

Tabela 9 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 2024 – R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas (1)

Estima	tiva das	Reper	cussões	Econô	micas	das C	ontrata	ações do	FNE ¹
	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Comércio	Outros serviços	Turismo	Infraestrutura	Total
Valor total contratado	8.688,6	10.529,8	1.371,8	2.786,7	7.329,5	5.052,1	1.403,3	7.643,6	44.805,4
		Área d	le atuaçã	o do B	anco d	lo Nor	deste		
Valor bruto da produção	4.941,66	5.317,06	1.457,46	2.372,05	5.010,54	2.959,57	1.002,68	7.758,49	30.819,5
Valor adicionado	2.393,49	2.505,71	535,61	919,23	2.601,54	1.510,34	455,23	3.373,07	14.294,2
Remuneração (salários e contribuições sociais)	844,50	1.034,17	245,50	406,16	1.228,92	659,89	211,76	1.303,94	5.934,9
Arrecadação (impostos sobre produto)	200,68	242,12	67,26	134,20	216,76	132,07	52,86	443,46	1.489,4
Número de ocupações (unidade)	84.154	131.928	16.666	20.067	68.699	32.199	13.121	69.692	436.525
			Econ	omia b	rasilei	ra			
Valor bruto da produção	9.893,71	11.320,27	2.553,42	4.259,07	9.118,61	5.633,04	1.839,65	14.960,80	59.578,6
Valor adicionado	4.407,39	4.959,83	986,27	1.691,04	4.309,61	2.620,10	798,96	6.349,34	26.122,5
Remuneração (salários e contribuições sociais)	1.881,75	2.296,89	464,17	790,92	2.107,43	1.234,40	387,04	2.815,80	11.978,4
Arrecadação (impostos sobre produto)	455,94	549,47	122,11	231,74	426,59	268,80	95,86	816,92	2.967,4
Número de ocupações (unidade)	105.517	158.874	21.733	27.941	86.773	43.988	16.805	100.313	561.945

Fonte: Banco do Nordeste - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)

Notas: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, contemplando os efeitos diretos e indiretos, a partir da aplicação dos recursos. (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período. (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção. (4) Empregos formais e informais. (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se, também, o efeito transbordamento. Os impactos econômicos referentes as operações do FIES foram incorporados ao setor de serviços

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

5.1 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Em busca de maior competitividade e excelência na oferta de produtos e serviços, o Banco do Nordeste tem empreendido amplo programa de transformação digital. A iniciativa abrange a modernização de sua infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), com foco na inovação e na otimização de processos. A Instituição financeira demonstra, assim, seu compromisso com a atualização tecnológica e a melhoria contínua de seus serviços para atender às demandas do mercado.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), que é elaborado anualmente, segue o Plano Estratégico Institucional. O PDTIC define as diretrizes e principais

ações de TI para o biênio. As ações previstas no PDTIC 2024-2025 incluem iniciativas das Torres de Soluções de Negócios e do Ambiente de Sistemas de Informação, além de projetos de TI executados pelas unidades vinculadas à Superintendência de TI.

Realizações de TI em 2024 destacam inovação e transformação digital

Em 2024, a área de Tecnologia da Informação (TI) alcançou importantes avanços no fortalecimento da Governança de TI, aprimoramento do ambiente computacional e desenvolvimento de soluções digitais. Entre os destaques, está a adaptação de 40 sistemas ao Novo Padrão Contábil, atendendo à Resolução CMN 4.966/2021, além de iniciativas de transformação digital e inovação que impulsionaram a eficiência operacional e a experiência do cliente.

No âmbito das soluções de negócios, melhorias significativas foram realizadas em diversas áreas. Na administração de crédito e renegociação de dívidas, foram implementados sistemas como a nova plataforma de gerenciamento da cobrança extrajudicial e o acompanhamento gerencial das operações de crédito. Já na concessão de crédito, destacam-se a modernização tecnológica da plataforma de crédito e o novo sistema "Projetta", que automatiza processos e projeta resultados.

Na área de controle financeiro de operações de crédito, o Sistema Integrado de Administração de Crédito (Siac) recebeu várias integrações e operacionalizações, incluindo com a nova plataforma de cobrança e BNDES/Finame com SELIC e TLP.

Houve a implantação de uma solução de RPA (*Robot Process Automation*) para importação automática das operações do Agroamigo e outras funcionalidades. Na área de empréstimos e serviços, o destaque foi a modernização do Mobile Banking, o novo portal do produto GIRO FLASH e API para solicitação *online* do cartão BNB AGRO.

As iniciativas voltadas à microfinança urbana e rural trouxeram maior digitalização e automação, com novos módulos no aplicativo BNB Agronegócio e funcionalidades aprimoradas no Crediamigo. Além disso, novos painéis de *Business Intelligence (BI)* foram desenvolvidos para facilitar análises gerenciais e tomadas de decisão.

A governança e o ambiente computacional também evoluíram. O lançamento do OMNI BNB consolidou a estratégia digital do Banco, e eventos como o BNB Tech fomentaram a cultura de transformação digital. Investimentos em infraestrutura, como a contratação do Mainframe z16 e a modernização do Data Center, garantiram maior robustez e eficiência.

No campo da inovação, a criação do Centro de Excelência em Agilidade e a implantação de plataformas para IA e DevOps ampliaram a capacidade de desenvolvimento de soluções. A adesão a tecnologias como blockchain e IA generativa, aliadas ao uso de ferramentas como Power BI e RPA, reforçaram a modernização tecnológica.

A implantação do *Whatsapp* Corporativo em junho/2024 com tempo de resposta de 1 segundo do *bot* do Banco, já permitiu a interação de 8,6 mil clientes em seis meses, onde 89% dos clientes finalizaram sua jornada integralmente por meio de autosserviços.

Por fim, ações como a substituição da rede SD-WAN e a otimização do fluxo de dados via SASE, ainda em processo de contratação, irão melhorar a segurança e a performance dos sistemas, enquanto a nova solução de antivírus baseada em comportamento trouxe avanços na proteção de dados.

As iniciativas de TI em 2024 consolidaram o Banco como uma referência em inovação, eficiência operacional e compromisso com a transformação digital.

Montante de Recursos Aplicados em TI

Em 2024, a TI despendeu em torno de R\$ 560,74 milhões, sendo R\$ 443,280 milhões referentes às despesas e R\$ 117,466 milhões referentes a investimentos. As Superintendências do Banco que efetuaram maiores valores de desembolsos em 2024 com soluções de tecnologia, considerando contratos e outras iniciativas, foram: Superintendência de Tecnologia da Informação (R\$ 459,79 milhões), Superintendência de Empréstimos e Transações e Serviços Bancários (R\$ 51,996 milhões), Superintendência de Gestão de Risco

e Segurança (R\$ 13,370 milhões), Superintendência de Logística e Patrimônio (8.200 milhões), Superintendência de Marketing e Comunicação (R\$ 5,968 milhões), Superintendência de Desenvolvimento Humano (R\$ 4,601 milhões).

Contratações Mais Relevantes de Recursos de TI

A Tabela 10 a seguir apresenta os 15 (quinze) contratos que geraram maior desembolso pela TI em 2024.

Tabela 10 - Principais Contratação de TI em 2024

Contrato	Objeto	Valores (R\$)
2023/133	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de suporte em operação de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, em modo presencial e remoto.	57.782.206,84
2023/198	Aquisição de licenças de uso permanente de softwares Microsoft e renovação de pacote de benefícios (<i>Software Assurance</i>) de licenças já adquiridas pelo Banco do Nordeste, incluindo a atualização de versões.	43.538.410,24
2018/190	Prestação de serviços de comunicação multisserviço, utilizando soluções integradas de comunicação que permitam a transferência de dados, voz e imagem entre o CAPGV, seu Site Secundário e as Unidades Distribuídas do Banco e seus Parceiros. (Item 1).	38.161.215,08
2023/212	Contratação de Solução Integrada de Core Bancário (SICB), incluindo licenciamento de software, serviços de implementação, suporte técnico e manutenção evolutiva, a ser utilizado na operacionalização de produtos e serviços bancários do BNB.	37.227.670,68
2023/48	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistemas de informação do BNB, com ênfase em práticas ágeis.	35.544.442,36
2022/241	Prestação dos serviços de suporte especializado em produtos de software, em tecnologias relacionadas ao ambiente computacional e ao desenvolvimento de sistemas.	32.110.482,45
2021/279	Contratação de licenciamento de software para a plataforma computacional de mainframe z15.	29.440.506,56
2023/68	A prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com ênfase em práticas ágeis. ITEM 1 - Sistemas do Grupo 1.	23.464.689,91
2022/40	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes em sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com ênfase em práticas ágeis. ITEM 2 - Sistemas do Grupo 2.	22.244.212,88

Contrato	Objeto	Valores (R\$)
2023/49	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes de sistemas de informação do BNB, com ênfase em práticas ágeis. ITEM 2 - Sistemas do Grupo 2.	17.640.774,61
2021/361	Atualização de licenças do software <i>VMware vSphere</i> Enterprise Plus 6.0 para o software <i>VMware vCloud</i> Suíte Enterprise 2019 ou suporte e aquisição de licenças do <i>VMware vCenter Server</i> , serviços de planejamento, implantação, migração, treinamento, suporte e assistência.	14.324.127,46
2023/146	Prestação de serviços de desenvolvimento e resolução de incidentes em sistemas de informação do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com ênfase em práticas ágeis.	12.655.334,40
2020/264	Contratação de empresa de TI para prestação de serviços na operação do Service Desk em 1º e 2º níveis, com o objetivo de atender demandas de TI dos usuários internos e parceiros do BNB, de forma remota e presencial, e demais processos inerentes aos serviços.	11.091.163,23
2021/428	Aquisição, renovação de licenças e prestação de serviços de atualização de versões e suporte técnico remoto para produtos de software IBM, utilizados na plataforma computacional do Banco do Nordeste.	11.064.792,67
2024/201	Licenciamento de software para a plataforma computacional de mainframe z16.	10.851.146,54
	Total:	386.290.029,37

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Ativos

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 69,96 bilhões, ao término do exercício de 2024, apresentando um acréscimo de 6,4% em relação ao montante de R\$ 65,73 bilhões existentes em dezembro de 2023. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

No que diz respeito à composição do saldo, observou-se um acréscimo de 29,9% nas operações de crédito (R\$ 17,15 bilhões em dez/24, contra R\$ 13,20 bilhões em dez/23). Ao final do exercício, o saldo correspondente à carteira de Títulos e Valores Mobiliários, acrescida de Aplicações Interfinanceiras e Disponibilidades totalizou o montante de R\$ 46,52 bilhões, 0,1% inferior ao saldo de dezembro de 2023 que foi de R\$ 46,59 bilhões.

A evolução dos ativos totais ocorreu, principalmente, pelo crescimento das operações de crédito.

6.2 Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito aprovadas pela Sudene/Condel. Enquanto tais recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados à taxa Selic, conforme Lei nº 14.227/2021.

No exercício de 2024 ingressaram R\$ 15,68 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 31,64 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R\$ 44,94 bilhões em novas operações.

O saldo de recursos em Caixa do FNE reduziu-se em 8,3% em relação a dezembro de 2023 (R\$ 14,61 bilhões em 31/12/2024, contra R\$ 15,94 bilhões em 31/12/2023). Pontua-se que do total do saldo de recursos, a parcela mais expressiva está em Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, tendo variado seu saldo em R\$ 2,80 bilhões (R\$ 12,85 bilhões em 31/12/2024, contra R\$ 15,65 bilhões em 31/12/2023. Tal redução foi motivada, basicamente, pelo crescimento de 18,6% do montante desembolsado com operações de crédito (R\$ 44,94 bilhões em 2024, contra R\$ 37,90 bilhões em 2023).

6.3 Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido - PL de R\$ 13,95 bilhões ao término de 2024 (R\$ 10,71 bilhões em dezembro/2023). A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 19,1% a.a. no exercício de 2024 (21,2% a.a. no exercício de 2023). Sobre a elevação do PL, esclarecemos que em dezembro de 2023 o BNB recebeu um aporte de R\$ 1,4 bilhão de seu acionista controlador, visando aumento de seu Capital Social. Após finalização do devido processo societário e da autorização por parte do regulador, incorporouse ao Capital do BNB o montante total de R\$ 1.451.827 no mês de setembro de 2024.

6.4 Resultados

O Lucro Líquido acumulado no ano de 2024 alcançou a cifra de R\$ 2.342,57 milhões, o que representou um aumento de 11,6% em relação ao resultado de R\$ 2.098,30 milhões apurado no exercício de 2023. O Resultado Operacional atingiu o montante de R\$ 4.232,61 milhões, representando um acréscimo de 24,1% em relação ao valor de R\$ 3.411,00 milhões obtido no ano anterior.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram para elevação do lucro no exercício de 2024, em relação ao ano 2023:

- a) Elevação na margem financeira gerada pelas operações de crédito com recursos próprios e terceiros;
- b) Crescimento das receitas provenientes da prestação de serviços;
- c) Aumento da recuperação de operações anteriormente baixadas do Ativo, com destaque para os efeitos positivos das renegociações/liquidações do Programa Desenrola e da Lei 14.554/2023, além da redução da inadimplência das operações de crédito no ano de 2024; e
- d) Redução das Contingências Jurídicas.

Por outro lado, registram-se os seguintes fatores que reduziram a lucratividade do BNB no mesmo período:

- a) Aumento de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), efeito que foi mitigado pelo crescimento nas receitas auferidas pelo Banco, o que repercutiu em um maior Resultado Operacional e melhoria no indicador de Eficiência Operacional; e
- b) Acréscimos de despesas relacionadas com tributação sobre o lucro (IR/CSLL) e com participações estatutárias, por conta de um maior resultado do período, menor

dedução de provisões da base de cálculo dos tributos e alteração do percentual de distribuição do resultado aos empregados.

O Resultado Recorrente, por sua vez, cresceu 7,1% (R\$ 2.221,40 milhões no exercício de 2024, contra R\$ 2.074,37 milhões no exercício de 2023), conforme demonstração de cálculo no Quadro 6.

Quadro 6 - Demonstração do Resultado Recorrente (R\$ milhões)

Especificação	Exercício 2023	Exercício 2024
Resultado Recorrente	2.074,37	2.221,40
Resultado Não Recorrente	23,93	121,17
Renegociação de operações do FNE - Lei 14.554/2023	15,25	167,66
Regularização de operações Pessoa Física - Programa Desenrola Brasil	32,09	45,88
Regularização de operações MPEs – Programa Desenrola Pequenos Negócios	-	30,13
Efeitos fiscais e PLR sobre itens extraordinários	(23,41)	(122,50)
Lucro Líquido	2.098,30	2.342,57

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

6.5 Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central do Brasil, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto como Acordo de Basileia, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios.

Em 31.12.2024, o Banco apresentou um índice de Basileia de 14,34% (12,80% em 31.12.2023). O índice de Nível I ficou em 13,30% (11,40% em 31.12.2023) e o índice de Capital Principal em 12,58% (10,59% em 31.12.2023). O PR apurado foi de R\$ 15.704.975 (R\$ 12.502.412 em 31.12.2023), o Nível I ficou em R\$ 14.563.673 (R\$ 11.132.849 em 31.12.2023) e o Capital Principal em R\$ 13.773.184 (R\$ 10.342.360 em 31.12.2023), enquanto os Ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 109.509.705 (R\$ 98.698.874 em 31.12.2023). Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

O crescimento de 1,99 p.p. no índice de Capital Principal e de 1,90 p.p. no índice de Nível I decorre principalmente da incorporação dos resultados financeiros do exercício de 2024 e do aporte da União Federal, citado anteriormente, que elevaram o Capital Principal, e consequentemente o Nível I, apesar dos impactos negativos gerados a partir da elevação do RWA e da recompra da última parcela do IECP ocorrida em março de 2024 que, por sua vez, reduziram o Capital Principal. A elevação um pouco menor, de 1,54 p.p., do índice de Patrimônio de Referência é resultado, além dos fatores citados, da redução do Capital Nível II imposta pela Resolução CMN nº 4.955/2021, que determinou a exclusão gradual dos instrumentos de dívida junto aos fundos constitucionais reconhecidos como Capital de Nível II

Ressaltamos que estes números são representativos do Banco enquanto conglomerado prudencial.

6.6 Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro

Tabela 11 - Indicadores de Desempenho

Indicadores	2023	2024
Rentabilidade s/ PL Médio	21,2%a.a.	19,1% a.a.
Eficiência Operacional	51,3%	50,6%
Risco de Crédito / Margem Financeira	10,3%	7,9%
Risco AA até C	92,3%	94,6%
Inadimplência > 90 dias	3,6%	1,8%
Cobertura da Inadimplência	149,5%	187,2%
Índice de Basileia	12,8%	14,3%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O BNB alcançou em dezembro/2024 uma Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio de 19,1% a.a. (21,2% a.a. em dezembro/2023). O desempenho observado foi impactado pelo cenário de aumento das Despesas Administrativas (Pessoal e Outras). Em contrapartida, houve um incremento de receitas provenientes das operações de crédito com recursos próprios e de terceiros, e um crescimento de receitas com prestação de serviços. Houve, também, menores níveis de aprovisionamentos, tendo sido, o item, impactado positivamente por renegociações no âmbito do programa Desenrola Brasil (Pessoa Física e Pequenos Negócios), e no âmbito da Lei Nº 14.554/23. Os itens positivos suscitados contribuíram para o aumento da Margem Financeira e, consequentemente, do Lucro Líquido. Apesar do incremento no resultado do exercício, o indicador apresentou redução, justificada pelo aumento do PL Médio, dado, tanto pela incorporação de lucros no período, quanto pelo aporte financeiro realizado pelo acionista controlador, que passou a compor o patrimônio do Banco no segundo semestre de 2024.

O índice de Eficiência Operacional do Banco em dezembro/2024 foi de 50,6%, o que representa uma melhora de 0,7 ponto percentual em relação a dezembro/2023 (51,3%). O indicador foi impactado positivamente pelos seguintes motivos: a) menor efeito negativo do risco de crédito com destaque para recuperações de prejuízo, o que contribuiu para a elevação da Margem Financeira; e b) aumento das receitas de prestação de serviços, pelo aumento das contratações no período. Os impactos negativos decorreram do: a) acréscimo de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), que cresceram em comparação com o mesmo período do ano anterior, porém com efeito mitigado pelos resultados positivos gerados.

Registrou-se redução na relação entre Risco de Crédito e a Margem Financeira, passando de 10,3% na posição dezembro/2023 para 7,9% em dezembro/2024, significando que o Risco de Crédito consumiu menos recursos da Margem se comparado ao mesmo período do ano passado, com destaque para recuperações de crédito no período. Cabe salientar que houve movimento que impactou positivamente o resultado, decorrente de renegociações e liquidações pelo programa Desenrola Brasil e provenientes da Lei 14.554/2023.

O indicador de risco de crédito de AA até C passou de 92,3% em dezembro/2023, para 94,6% em dezembro/2024 indicativo de que as medidas ensejadas pelo BNB para manutenção da qualidade da carteira vêm trazendo bons resultados. Além disso, houve redução da inadimplência de 3,6% em dezembro/23, para 1,8% em dezembro/2024, tendo como causa o aumento da carteira total e a redução do saldo em atraso com destaque positivo para o Crediamigo carteira própria.

A atual Cobertura da Inadimplência BNB é de 187,2% em dezembro/2024. O patamar de cobertura de inadimplência do BNB é superior à média do Sistema Financeiro Nacional – SFN que foi de 110% em junho de 2024 (Relatório da Estabilidade Financeira – novembro/24 – índice de cobertura de perda esperada por provisão).

Em relação ao índice de Basileia, na posição junho/2024, o Banco apresentou Índice de Patrimônio de Referência (IPR) de 14,3% (12,8% em dez/2023). O BNB apresentou índices superiores aos mínimos exigidos, bem como vem cumprindo a exigência do Adicional de Capital Principal conforme descrito no item 6.5 – Adequação Patrimonial.

7.1 Relacionamento com Empregados

O Banco do Nordeste encerrou 2024 com 7.099 empregados, 89 Bolsistas de Nível Médio, 678 Bolsistas de Nível Superior e 587 Jovens Aprendizes. Desses 7.099 empregados, destaca-se que a distribuição da força de trabalho do Banco por sexo apresenta 31,85% de empregados do sexo feminino e 68,15% do sexo masculino. Em relação aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, 27,03% desses cargos são ocupados por mulheres e 72,96% são ocupados por homens.

Concurso público

Em janeiro de 2024, o Banco publicou edital para a realização de concurso público para o cargo de Analista Bancário (nível médio), oferecendo 410 vagas para convocação imediata e mais 300 para cadastro de reserva. Em apenas 40 dias, mais de 418 mil candidatos se inscreveram, deixando marcado como um dos maiores concursos realizados para o Banco do Nordeste. O certame foi inovador ao permitir que as etapas de convocação e qualificação fossem realizadas de forma eletrônica, eliminando a necessidade de deslocamento dos candidatos até uma das unidades do Banco, o que conferiu ao processo maior agilidade. A homologação do concurso foi divulgada no dia 28/06/2024 e desde então já foram realizadas 470 convocações, sendo 403 novos empregados empossados e 15 candidatos em processo de qualificação.

Em 2024, foram concluídas as convocações do cadastro de reserva do concurso para o cargo de Especialista Técnico – Analista de Sistema (nível superior), homologado em 2022. Em dezembro de 2023 foram realizadas 72 convocações, desses 61 tomaram posse em 2024.

Movimentação Interna

Diante da realização do concurso público e da iminência da posse dos novos empregados, os empregados lotados nas agências participaram de uma pesquisa de sondagem sobre interesse de movimentação interna, podendo indicar até 5 (cinco) unidades de interesse. A pesquisa de sondagem buscou adequar os interesses do Banco aos interesses pessoais do empregado, valorizando o desenvolvimento e as aspirações de carreira de seus empregados. Com isso, no ano de 2024, o Banco realizou significativa movimentação interna, contemplando empregados que já foram removidos ou estão em processo de remoção para as unidades de interesse.

Em 2024, a Superintendência de Desenvolvimento Humano realizou 495 processos de seleção interna por meio da plataforma "Promova-se", assim considerados os processos iniciados e encerrados no exercício, proporcionando aos empregados a oportunidade de progressão de carreira e, simultaneamente, provendo as unidades com os profissionais adequados ao perfil de competências necessárias para o posto funcional. Do total de processos realizados foram selecionados 550 candidatos para 296 unidades.

Avaliação de Desempenho

O ConverGENTE é o programa de avaliação de desempenho dos empregados do Banco do Nordeste e tem como objetivo medir e melhorar os resultados da empresa por meio da performance de seus colaboradores. O resultado do programa considera em suas dimensões a Avaliação Comportamental, Programa de Ação e Avaliação de Meta Individual, respectivamente. As metas individuais permitem o acompanhamento próximo do empregado e os aproximam das diretrizes do Planejamento Estratégico.

No ano de 2024, ocorreram dois ciclos de avaliação de desempenho dos empregados do Banco do Nordeste referentes aos exercícios 2024.1 e 2024.2. Para 2024.1, houve participação de 6.268 empregados e 592 unidades. As avaliações do período 2024.2 estão em curso com conclusão prevista para março de 2025.

Reconhecimento

No tocante à política de reconhecimento de empregados, foram entregues 1.543 bótons referentes à Comenda "Escudo BNB", estabelecido com base no tempo de serviço prestado ao Banco.

Também no ano de 2024, o Banco promoveu a entrega de bótons com a logomarca "BNB", para todos os empregados, terceirizados, bolsistas, jovens aprendizes e colaboradores do Grupo Camed, como parte da campanha "A gente é do Nordeste, somos Banco do Nordeste", que tem objetivo de fortalecer a cultura empresarial, mediante o engajamento com a missão, a visão e os valores do BNB, fortalecendo o senso de propósito e pertencimento junto à Instituição.

Negociações Coletivas

No ano de 2024 o Banco do Nordeste celebrou acordos coletivos com entidades representativas dos empregados que trouxeram significativas conquistas para os empregados. Entre os benefícios, destacam-se a possibilidade de redução de jornada de trabalho de empregados que tenham filhos com deficiência, bem como o sobreaviso remunerado para profissionais de Tecnologia da Informação (TI).

Na data base da categoria, cuja negociação coletiva ocorre em nível nacional, foram realizadas rodadas de negociação com as entidades, culminando, em setembro/24, com a celebração dos Acordos Coletivos de Trabalho: Aditivo à CCT Geral 2024/2026, Aditivo à CCT sobre Autorregulação Sindical 2024/2026, PLR 2024/2025 e Ponto Eletrônico e Controle de Jornada.

Como destaques, constam novas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026 sobre temas que coadunam com as atuais demandas da categoria bancária, como igualdade e diversidade nas relações de trabalho, além de importante melhoria no programa de Participação nos Lucros ou Resultados, reconhecendo os esforços dos empregados para os resultados do Banco.

Saúde e Qualidade de Vida

O Banco do Nordeste avançou significativamente em suas ações voltadas à saúde e qualidade de vida no trabalho com o lançamento do '*Hub* de Bem', um conjunto de iniciativas preventivas estruturadas em quatro pilares estratégicos: escuta psicológica presencial e *online* para prevenção ao adoecimento mental, melhoria do clima organizacional, estímulo e acompanhamento da saúde física, além de mentorias e orientações voltadas à educação financeira e ao equilíbrio econômico dos colaboradores.

Como resultado de seus esforços na área de bem-estar organizacional, o Banco foi certificado pela *Great Place to Work (GPTW)*, após a realização de uma pesquisa de clima organizacional conduzida em parceria com a Instituição.

Ao longo de 2024, diversas campanhas de saúde e conscientização foram promovidas, como as de doação de sangue, vacinação contra a gripe e incentivo à prática de atividades físicas, além de ações voltadas para datas relevantes, como o Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Vermelho.

Outro destaque do ano foi a ampliação do Programa Mexa-se, que estimula a prática de exercícios físicos. As melhorias implementadas permitiram o aumento das adesões e a inclusão de um público-alvo mais amplo. Paralelamente, a campanha "Laços que Importam" destacou-se por fortalecer o vínculo entre o Banco e seus colaboradores, celebrando momentos especiais, como o nascimento de filhos.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Em 2024, o Banco do Nordeste consolidou avanços significativos por meio de seu Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, com o objetivo de valorizar a pluralidade e garantir um ambiente de trabalho inclusivo, saudável e livre de discriminação. O programa abrange

colaboradores de diferentes categorias, incluindo estatutários, empregados, terceirizados, bolsistas e jovens aprendizes, promovendo iniciativas que consideram aspectos étnicoraciais, de gênero, de orientação sexual, geracionais e de pessoas com deficiência.

Um marco importante do ano foi a divulgação do primeiro Censo da Diversidade da Instituição, que, além de mapear dados relacionados à diversidade entre os colaboradores, promoveu uma reflexão sobre o impacto dessa pluralidade no ambiente organizacional. Os resultados servirão de base para aprimorar as práticas inclusivas e fortalecer o compromisso com a equidade.

Entre as iniciativas de destaque, foram implementados o Programa de Liderança Feminina, grupos focais dedicados à pauta LGBTQIAP+ e de raça/etnia, a instalação de uma sala de apoio à amamentação no CAPGV, e a inclusão do nome social no cadastro funcional. Além disso, o Banco divulgou um calendário inclusivo, reforçando a sensibilização para datas relevantes relacionadas à diversidade.

No âmbito da gestão de pessoas, a Instituição inovou ao incluir, em processos de seleção interna, regras que garantem uma participação mais equitativa das mulheres. Também foi introduzida uma mudança na contagem da experiência profissional, levando em consideração o período de licença-maternidade, garantindo maior equidade na avaliação das empregadas.

Educação Corporativa

A Universidade Corporativa apoia o desenvolvimento educacional de seus funcionários por meio de patrocínios para cursos de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. O segmento de Educação Formal visa a elevar o nível educacional dos empregados do Banco do Nordeste, buscando atingir os resultados organizacionais. Anualmente, a Universidade Corporativa divulga a previsão da quantidade de oportunidades que serão ofertadas para a concessão de investimento-educação em cursos realizados em instituições de ensino credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC), distribuídas por vagas e por áreas de interesse do Banco do Nordeste.

No âmbito da **educação formal**, foram disponibilizadas 50 oportunidades em cursos de pósgraduação, sendo 30 para mestrado e 20 para especialização, realizadas em universidades de renome. Ao final de 2024, 570 oportunidades estavam em andamento, evidenciando o compromisso com o investimento contínuo na formação acadêmica.

Na **educação profissional**, a Universidade Corporativa registrou um total de 79.462 oportunidades de treinamento. Destas, 21.777 (27,41%) foram presenciais e 57.685 (72,59%) realizadas à distância, com enfoque em temas como ética, governança corporativa, gestão de riscos e prevenção à lavagem de dinheiro. A capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD) alcançou 99,35% dos empregados, atendendo às exigências do Banco Central.

Para o atendimento ao item VI, do Art.18, do Decreto 8.945/2016 (que regulamentou a Lei 13.303/2016 - Lei das Estatais), que estabeleceu previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre o Código de Conduta e Integridade, para empregados, administradores e estatutários, e sobre a política de gestão de riscos, para administradores, a Universidade Corporativa disponibilizou oportunidades de treinamento nos seguintes temas: PLDFT: Marco Regulatório com a Circular Bacen N°3.978/20, Coso 2013 - Metodologia Aplicada à Avaliação do Sistema de Controles Internos, Gestão da Integridade, Gestão da Continuidade dos Negócios, Gestão de Risco Operacional, Governança Corporativa, Ética Organizacional, Programa de Integridade. Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou e/ou atualizou 99,35% dos seus empregados.

Sobre o tema Integridade, a Universidade Corporativa promoveu a capacitação com eventos nas modalidades interno, *in company* e externo. A Universidade Corporativa ofertou, ainda, diversos cursos relacionados ao tema, tais como: Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Gestão da Integridade, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética, e o Programa de Integridade, englobando 7.675 oportunidades no ano de 2024.

Em 2024, foi realizado um ciclo de palestras sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) aplicados à dinâmica organizacional do Banco do Nordeste, com 6 (seis) palestras que contemplaram 10 (dez) ODS's, representando um passo importante para incorporar os ODS's nas práticas do Banco do Nordeste e reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e o impacto positivo na sociedade.

Outros temas relevantes ofertados pela Universidade Corporativa a partir dos cursos hospedados na plataforma UCBNB/EAD e de eventos corporativos: Autorregulação Bancária, Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, Negócios, Gestão, Relacionamento com Clientes, Liderança, Inovação, Métodos Ágeis, Crédito, MPE, Inteligência Emocional, Gestão da Continuidade de Negócios, *Design Thinking*, Visita Gerencial, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Territorial, Governança Corporativa, Comunicação, Negociação, Vendas, *Business Intelligence*, Diversidade e Inclusão, Gestão de Risco de Crédito, entre outros.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste consolidou suas iniciativas de capacitação para gestores, buscando aprimorar competências de liderança e gestão em um ambiente corporativo cada vez mais dinâmico e diversificado, voltados para a área de negócios. Os treinamentos abordaram: os principais desafios enfrentados pelos gestores, a oferta de ferramentas práticas para otimizar operações e melhorar o desempenho dos serviços oferecidos, o aprimoramento das habilidades administrativas com foco na gestão de recursos e processos internos, a promoção da eficiência e eficácia organizacional e a gestão prática de relacionamentos com clientes.

O Encontro de Administradores é realizado no primeiro trimestre de cada ano e tem como objetivo ser o ponto de largada para o Programa de Ação do Banco do Nordeste no ano em curso. O evento, realizado em março/2024, foi um marco da celebração dos resultados alcançados no ano anterior.

No campo da **formação de lideranças**, destacaram-se os programas de capacitação voltados a gestores e executivos, incluindo 45 oportunidades de treinamentos de certificação para Conselheiros de Administração e o Programa de Desenvolvimento de Executivos, direcionado a superintendentes e gestores do Banco. Também foi iniciado o Programa *Trekker*, que ofereceu 13 oportunidades de mentoria para executivos do Banco.

Em 2024, foi lançada a plataforma externa de educação à distância da Universidade Corporativa Banco do Nordeste. Esta plataforma passou a oferecer cursos para diversos *stakeholders* (partes interessadas) do Banco, abordando temas como gestão ambiental, negociação, desenvolvimento territorial, entre outros.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste também inovou com a introdução do Novo Unicast, uma plataforma de *podcast* dedicada à disseminação de temas de interesse do Banco. Em 2024, a programação incluiu temas de importância social e corporativa, com episódios que abordaram questões como o Dia da Consciência Negra e os Direitos Humanos, integrando esses temas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) que o Banco do Nordeste promove.

O ano também foi marcado pelo lançamento de iniciativas como o **Programa de Reconhecimento de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)**, que premiou as 10 melhores pesquisas acadêmicas realizadas por colaboradores. Durante o evento, a primeira edição da "Revista UCBNB de Estudos Científicos Aplicados" foi apresentada, ampliando a disseminação científica dentro da Instituição

7.2 Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do Banco do Nordeste

CAMED

Camed Saúde fecha 2024 com superávit de R\$ 15 milhões e crescimento expressivo

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saúde), fundada em 1979, é uma das integrantes do Grupo Camed, que também inclui a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda., Camed Microcrédito e a Creche Paulo VI. Com

uma carteira total de 38.119 beneficiários na posição de dezembro de 2024, a Camed Saúde possui atuação em todas as regiões do Brasil, incluindo o Nordeste, Norte, Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o Distrito Federal. Sua ampla presença reflete o compromisso com o atendimento eficiente e abrangente aos seus beneficiários em todo o território nacional.

No exercício de 2024, a Camed Saúde registrou um resultado superavitário de aproximadamente R\$ 15 milhões, demonstrando eficiência na gestão e solidez financeira. Esse desempenho foi impulsionado pela racionalização das despesas administrativas, que apresentaram uma redução significativa de 15% em relação ao valor projetado, e pelo crescimento das receitas provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, que superaram as expectativas do período em R\$ 2,2 milhões. Outro destaque foi o resultado da equivalência patrimonial, que alcançou R\$ 35 milhões, representando um aumento de 36% em comparação ao exercício de 2023. A integração desses fatores reforça a sustentabilidade econômica da Camed Saúde e comprova sua capacidade de gerar resultados positivos de maneira consistente.

Outro fator relevante foi o comportamento do índice de sinistralidade da Camed, que atingiu o índice de 98% e se manteve próximo ao patamar do ano de 2023 e ao projetado para o ano de 2024, reflexo das ações contínuas de controle dos custos assistenciais implementadas pela Caixa. Esses resultados positivos têm garantido a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Camed Saúde, assegurando o cumprimento dos requisitos de garantias financeiras exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda (Camed Corretora), com forte presença na região Nordeste por meio das Agências do Banco do Nordeste, obteve um resultado positivo de R\$ 36 milhões no ano de 2024, representando um crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2023. Esse resultado é reflexo, principalmente, da evolução nas Receitas de Comissão da Aliança Estratégica do BNB, que superaram as expectativas com um aumento de 24% em relação ao projetado, e nas Receitas Comerciais da Rede BNB e Camed Corretora, que cresceram 6% acima do esperado. Esses indicadores demonstram a eficiência e o desempenho positivo da Camed Corretora no referido ano.

CAPEF

Capef: Patrimônio de R\$ 7,13 bilhões e desempenho consistente dos planos de previdência em 2024.

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimentos de R\$ 7,13 bilhões na posição de 31/12/2024, distribuídos em três Planos de Benefícios, sendo que apenas dois deles - Planos BD e CV I - contam com patrocínio do Banco.

A Capef registrou no segundo semestre de 2024, a quantidade de 12.842 participantes e beneficiários assistidos nos 02 (dois) planos previdenciários:

- i. Plano BD de benefício definido fechado para ingresso de novos participantes;
- ii. Plano CV I de contribuição variável, criado em 2010.

O Plano BD encerrou o segundo semestre de 2024 com 1.017 participantes ativos e 5.121 participantes assistidos, sendo 3.569 aposentados e 1.552 pensionistas. A rentabilidade do Plano BD no período foi de 8,67%, abaixo da sua meta atuarial de 10,27%, o equivalente a 84,42% da referida meta.

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas, com 6.201 participantes ativos e 503 participantes assistidos, sendo 407 aposentados e 96 pensionistas. A rentabilidade do Plano CV I no período foi de 4,00%, abaixo da sua meta atuarial de 10,07%, o equivalente a 39,69% da referida meta.

É importante destacar que, ao avaliarmos o desempenho do Plano BD em uma perspectiva de longo prazo, observa-se que ele tem se mostrado compatível com suas obrigações previdenciárias, superando consistentemente sua meta atuarial. No caso do Plano CV I, vale mencionar que, nos últimos 10 anos, em quatro ocasiões (2015, 2021, 2022 e 2024), o plano não alcançou sua meta atuarial. Esse resultado foi causado, principalmente, pelos ajustes decorrentes da marcação a mercado dos títulos públicos.

Por fim, vale salientar que os dois planos têm os seus riscos consideravelmente mitigados para o Banco do Nordeste, tanto no Plano CV I, majoritariamente estruturado no modelo de contribuição definida, quanto no Plano BD, com um histórico de resultados atuariais consistentes registrando mais de 20 anos sem necessidade de planos de equacionamento de déficits, cujo patrimônio de cobertura se mostra adequado e suficiente para cobertura das obrigações.

RELACIONAMENTO COM CLIENTES

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante a Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 3.705.218 atendimentos em 2024, sendo: 12.371 emissão de vias de boletos eletrônicos disponibilizadas aos clientes; 127.688 por canais multimeios (SIC, e-mail, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 554.897 atendimentos por telefone (SAC e CAC); 3.010.262 de atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

O que representa um crescimento de mais de 200 mil atendimentos humanos em relação a 2023, que é a volumetria total de serviços considerando os dois anos excetuados os envios de SMS (Short Message Service).

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao) e transparência passiva (disponível em http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao - sic).

Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste busca, continuamente, ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, estabelecendo parcerias na promoção de melhorias nos processos, produtos e serviços e permanecer com o reconhecimento pela sociedade, principalmente com relação a prazo e qualidade das repostas às demandas recepcionadas.

O canal de atendimento da Ouvidoria acolhe os interesses da sociedade, e atua, de forma imparcial, na intermediação de possíveis conflitos, trabalhando no aperfeiçoamento do atendimento e do relacionamento do Banco do Nordeste com a sociedade.

Em 2024, foram realizados 3.588 atendimentos, englobando reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações. Foram registradas 1.237 reclamações, sendo todas tratadas e respondidas dentro do prazo legal, destacando-se o índice de 100% de demandas atendidas em até 3 dias úteis, e o tempo médio recorde de resposta ao demandante de 1,07 dia útil.

No ano de 2024, a Ouvidoria superou diversos desafios, alcançando importantes realizações, com destaque para a publicação do Regulamento e do Guia de Utilização do Canal de Denúncias, essenciais para orientar os usuários quanto a utilização do canal de denúncias de forma eficaz e segura. Foi criada, também, a Base de Conhecimento da Ouvidoria, banco de respostas de demandas que resultará em melhoria e agilidade nas respostas às demandas.

Destaca-se, também, a participação em eventos importantes, tais como: XXVII Congresso Brasileiro de Ouvidores; 2º Encontro Nacional de Ouvidores de Saneamento; e 20ª edição do Seminário Febraban de Relacionamento com o Consumidor, fortalecendo a marca Banco do Nordeste e promovendo o intercâmbio de conhecimentos e experiências com a Indústria Bancária.

Visando otimizar os processos internos e melhorar o atendimento à sociedade, estão previstos para 2025, a revisão da Política de Proteção ao Denunciante e Testemunhas, a atualização do Canal de Denúncias (*Intranet e Internet*), bem como a utilização da Inteligência Artificial no suporte ao processo de atendimento às demandas, melhorando, ainda mais, a qualidade do serviço prestado.

Com estas ações, a Ouvidoria do Banco do Nordeste reafirma seu compromisso com a transparência, com a melhoria contínua, com a parceria junto às demais unidades do Banco do Nordeste e com a excelência no atendimento, contribuindo, desta forma, para relacionamento mais eficiente e confiável junto à sociedade.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no setor público é compreendida como "um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade" (disponível em: http://www.tcu.gov.br/governanca).

A estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, definida em seu Estatuto Social, está alinhada às melhores práticas de mercado, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da empresa. A estrutura possui órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão, como o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e pelo Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética. Além do Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e legislação vigentes.

O Banco também conta em sua estrutura de governança com o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores da companhia, visando garantir o cumprimento dos deveres legais, das políticas internas e do estatuto da empresa.

Além dos documentos já mencionados, o Banco do Nordeste possui um Código de Conduta Ética e Integridade, disponibilizado na *Internet* para todos os interessados. Esse código se destaca por ser o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com os valores de acesso e transparência das informações.

Ainda nesse contexto, o Banco possui uma Política de Integridade e Ética que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Atualmente, o Banco do Nordeste tem um retrato mais fiel do seu corpo funcional, através do Censo da Diversidade, que foi realizado com objetivo de obter e divulgar informações sobre sua administração e seus empregados no que diz respeito à identidade autodeclarada de gênero, raça e/ou cor, faixa etária, dentre outros indicadores de diversidade. Nesse contexto, o censo atua como uma ação institucional para coletar informações autodeclaradas que permitirão, ao Banco, planejar ações afirmativas com maior efetividade.

Em 2024, todos os administradores do Banco foram capacitados em treinamentos que abordaram os temas legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), além de temas como Transformação Digital e Inovação e ASG,

demonstrando o compromisso do Banco e da Alta Administração com as melhores práticas de governança.

Ademais, a política de tomada de decisões acontece de modo colegiado em todas as unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam mitigar riscos associados ao processo de tomada de decisão. O Banco dispõe, ainda, de mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e *compliance*.

CAPITAL SOCIAL

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.03.2024, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 1.424,5 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.120,6 milhões e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 303,9 milhões, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 8.772,6 milhões para R\$ 10.197,1 milhões, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 5 de agosto de 2024 deliberou sobre o aumento do Capital Social do Banco no importe de R\$ 1.451,8 milhões, passando de R\$ 10.197,1 milhões para R\$ 11.648,9 milhões, correspondente à integralização de 12.328.285 novas ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, emitidas conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 07.05.2024. Esse aumento de Capital foi devidamente homologado pelo Banco Central.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

11.1 Gestão de Riscos

O Banco do Nordeste dispõe, em sua arquitetura organizacional, de estrutura de gerenciamento de riscos compatível com o nível de apetite a riscos, a natureza e complexidade de seus processos, portanto com capacidade instalada para gerenciar os riscos relevantes a que está exposto.

A Declaração de Apetite por Riscos (RAS) é o documento pelo qual a Instituição sinaliza à governança, órgãos reguladores, ao mercado, aos colaboradores e às demais contrapartes quais os níveis de tolerância aos diferentes tipos de risco que são admitidos na realização de seus negócios e objetivos considerando os seguintes aspectos: as condições de competitividade e o ambiente regulatório, os objetivos estratégicos da Instituição, a capacidade de gerenciar riscos de forma efetiva e prudente e os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir.

Na RAS são estabelecidos os riscos considerados relevantes para a consecução dos objetivos estratégicos da Instituição. Na definição dos níveis de apetite por riscos são observados a legislação vigente, o perfil, o plano de capital, as características e o planejamento estratégico do Banco do Nordeste, o histórico dos indicadores e conta com a participação, experiência e orientação dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Sustentabilidade, de Riscos e de Capital, Diretoria Executiva e funcionários das áreas que contribuíram para a elaboração da RAS. Os riscos sociais, ambientais e climáticos estão classificados como relevantes para a Instituição.

Dentre os procedimentos para a atualização da RAS destacam-se:

- a. Estudos e pesquisas de cenários e projeções macroeconômicas;
- b. Plano de Capital e Teste de Estresse Integrado;
- c. Planejamento Empresarial;

- d. Avaliação da viabilidade de reuniões de *benchmarking* com outras Instituições, visando identificar riscos e oportunidades vislumbradas por estas;
- e. Avaliação da necessidade de revisão dos indicadores da RAS junto às suas unidades gestoras;
- f. Compartilhamento do desenvolvimento do documento junto ao Comitê de Gestão de Riscos e de Capital, à Diretoria Executiva ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital, por meio de suas reuniões ordinárias ou extraordinárias.

O ano de 2024 foi marcado pelo processo final de adaptação à Resolução CMN nº 4.966/2021, a qual trouxe uma mudança significativa na forma como as instituições financeiras do Brasil calculam e contabilizam as perdas esperadas em seus instrumentos financeiros. Entendendo a relevância do tema e o impacto em seus processos de gestão de riscos, o Banco do Nordeste direcionou esforços para concluir as adaptações necessárias para a sua completa adequação ao normativo, seja por meio das ações conduzidas pela Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Segurança ou dos projetos criados especificamente para melhor gerir o processo de implementação da norma e para coordenar as ações de mudanças da orientações de negócios com as unidades gestoras de produtos e de segmentação de clientes. Como exemplo de tais ações, vale citar o desenvolvimento de mais de uma dezena de modelos de gestão de riscos, os quais são peças fundamentais no processo decisório de gestão de risco e crédito com a entrada em vigor da Resolução nº 4.966/2021 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Destaca-se, também, outras importantes ações para o atendimento de agendas regulatórias e internas, tais como os ajustes sistêmicos e procedimentais para atendimento das alterações previstas pela Resolução BCB nº 356/2023, a qual apresenta uma nova abordagem para o cálculo do requerimento de capital regulatório para o risco operacional; investimentos em tecnologia e melhorias procedimentais visando a mitigação dos riscos social, ambiental e climático nas operações de crédito do Banco, em especial as relacionadas ao agronegócio; melhorias e atualizações em políticas internas, como a de gestão de riscos dos fundos de investimento; e ações no âmbito da implementação da segunda fase do *Fundamental Review of the Trading Book (FRTB)*, a qual trata do cálculo de capital para o risco de crédito da carteira de negociação.

Por fim, é importante destacar que os níveis de exposição a risco previstos na RAS, os quais foram acompanhados mensalmente pelo Comitê de Sustentabilidade, Riscos e Capital e pelo Conselho de Administração, não sofreram oscilações relevantes ao longo de 2024, demonstrando a resiliência e a capacidade de gestão de riscos do Banco mesmo em um cenário cada vez mais dinâmico e de alta complexidade.

Outras informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos e Controles Internos do BNB estão disponíveis no sítio https://www.bnb.gov.br/demonstrativos-contabeis-e-documentos-cvm e no https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos.

11.2 Controles Internos

Considerando o teor da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, publicada na *Internet*, no *link* https://www.bnb.gov.br/sobre-o-bnb/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa que abrange critérios, tais como:

- i. A integridade das pessoas e seus valores éticos;
- ii. O compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e de transparência;
- iii. Estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições;

iv. Políticas e práticas de gestão de riscos, *compliance* e segurança da informação, sendo compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços, processos e atividades.

As unidades que compõem as três linhas da estrutura integrada de gerenciamento de riscos buscam, frequentemente:

- Manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes;
- Testar e avaliar a aderência da Instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta;
- iii. Monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas;
- iv. Contribuir para a otimização dos resultados empresariais;
- v. Monitorar a exposição aos riscos relevantes, definidos na Declaração de Apetite a Riscos, inclusive sob condições de estresse.

No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, sendo o Diretor de Controle e Risco o responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos, controles internos e *compliance*.

Por sua vez, o Ambiente de Controles Internos e *Compliance*, unidade responsável por certificar a efetividade dos controles e o nível de conformidade dos processos operacionalizados em âmbito institucional, orienta as suas ações e delimita os temas prioritários de forma consistente com as diretrizes estratégicas da organização, de acordo com a regulamentação externa, em conformidade com a unidade corporativa responsável pelo gerenciamento de riscos e com a auditoria interna, identificando e tratando os temas que indicam maior risco para a organização.

Para isso, elabora o seu Plano Anual (Pacic) com o objetivo de assegurar a avaliação e a conformidade dos objetos em exposição aos principais riscos ou detentores de controles importantes que possam afetar o alcance das metas organizacionais.

No exercício de 2024, o Ambiente de Controles Internos e *Compliance* realizou 1.164 trabalhos e testes, dentre os quais 1.054 trabalhos foram aplicados junto às unidades executoras, para verificação da aderência dos negócios realizados pelas agências, centrais (crédito, desembolso e renegociação de dívidas), bem como nas gerências de recuperação de crédito aos normativos internos; além de 110 trabalhos e testes aplicados junto às unidades gestoras de processos, produtos ou serviços da Direção Geral, com vistas a realizar avaliação de modelos, identificação e autoavaliação de controles, avaliação de efetividade de PLD/FT, testes de integridade, *compliance* regulatório e *compliance* operacional. Além destes, foram realizados 5 trabalhos Extra-Pacic.



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE:AV. DR SILAS MUNGUBA, 5700 – FORTALEZA – CEARÁ CAPITAL ABERTO – C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20



Demonstrações Financeiras Individuais BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

ATIVO

	Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		15.740.944	21.330.954
DISPONIBILIDADES	5	142.423	119.932
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	•	14.582.485	20.413.938
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ Aplicações no Mercado Aberto	6	3.548.211 2.889.998	5.076.642 3.240.705
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		658.213	1.835.937
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	787.111	7.519.486
Carteira Própria	-	539.819	4.119.508
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	3.364.862
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.c	206.266	-
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2 e 7.a.3	19.716	35.116
Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		21.310	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		995.702	809.181
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar Depósitos no Banco Central	8.a	92 994.728	144 808.851
Correspondentes	0.a	882	186
RELAÇÕES INTERDEPENDÊCIAS		68	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.a	8.627.131	6.539.740
Setor Público		82.615	64.692
Setor Privado		8.544.516	6.475.048
OUTROS CRÉDITOS	10	624.262	468.889
Carteira de Câmbio	10.a	523.700	388.85
Rendas a Receber	10	48.062	35.418
Títulos e Créditos a Receber PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	10 9.a	52.500	44.618 (395.114
Provisões PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CREDITO Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	9.a	(342.579) (329.175)	(391.025)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(13.404)	(4.089)
OUTROS ATIVOS	11	1.274.298	1.130.239
Diversos		1.274.298	1.130.239
OUTROS VALORES E BENS	12	84.317	61.95
Outros Valores e Bens		4.515	16.511
Provisões para Desvalorizações		(5)	(65)
Despesas Antecipadas		79.807	45.513
NÃO CIRCULANTE		54.222.031	44.400.306
INSTRUMENTOS FINANCEIROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	7	50.073.111 42.046.132	40.173.656 33.875.831
Carteira Própria	/	36.784.593	33.008.896
Vinculados a Compromissos de Recompra		4.319.428	33.000.090
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.C	78.378	5.660
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.3	863.733	798.036
Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação		-	63.239
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.a	12.228	82.58
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	_	12.228	82.583
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.a	8.010.750	6.213.787
Setor Público Setor Privado		185.857 7.824.893	210.229 6.003.558
OUTROS CRÉDITOS	10	4.001	1.45
Títulos e Créditos a Receber	10	4.001	1.45
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9.a	(245.978)	(318.966
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(242.090)	(315.804
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.888)	(3.162
OUTROS ATIVOS	11	649.966	669.020
Diversos		669.413	688.95
Provisão p/Outros Créd. de Liquidação Duvidosa Sem Característica de Concessão de Crédito	9.d	(19.447)	(19.937
OUTROS VALORES E BENS Outros Valores e Pens	12	9.576	
Outros Valores e Bens Provisões para Desvalorizações		9.641 (65)	
ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	19.c	3.231.506	3.488.97
INVESTIMENTOS	13.a	1.275	1.26
Diversos		6.455	6.44
Provisão para Perdas		(5.180)	(5.180
IMOBILIZADO	13.b	3 25.38 0	313.61
Imóveis de Uso		323.533	304.623
Outras Imobilizações de Uso		396.368	409.958
Depreciação Acumulada	4.0	(394.521)	(400.965
INTANGÍVEL	13.c	177.195	72.742
Intangíveis de Uso		190.248	74.807
Amortização Acumulada		(13.053)	(2.065
OTAL DO ATIVO		69.962.975	65.731.26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE:AV. DR SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J nº 07.237.373/0001-20
Demonstrações Financeiras Individuais



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO CIRCULANTE		20.491.133	18.342.556
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		15.668.929	12.509.597
DEPÓSITOS	14.a	7.737.743	6.540.824
Depósitos à Vista		3.729.296	2.909.392
Depósitos de Poupança		1.239.282	1.124.660
Depósitos Interfinanceiros		1.572.108	1.228.507
Depósitos a Prazo	44 6	1.197.057	1.278.265
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	14.b	4.326.291	3.371.410
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TITULOS RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14.a	146.457 72	10.906 73
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		35.885	44.755
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		2.500	
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	15.c	513.189	436,432
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	15.b	73.488	62.158
Tesouro Nacional		102	74
BNDES		63.139	59.657
FINEP		240	-
FINAME		3.368	
Outras Instituições	45 4	6.639	2.427
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	15.d 16.a	1.393.547 1.439.757	75.519 1.967.520
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	16.a e 16.e	1.439.757	166.667
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.a e 16.e	1.439.757	1.800.853
OUTRAS OBRIGAÇÕES	17	3.381.099	4.342.184
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.a	6.931	4.525
Carteira de Câmbio	17.b	-	983
Sociais e Estatutárias	17.c	568.667	403.006
Fiscais e Previdenciárias	17.d	1.592.673	1.469.949
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	17.e	58	1.400.000
Diversas	17.f	1.212.770	1.063.721
RENDAS ANTECIPADAS PROVISÕES	18	10.000	163.602
Provisões Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	20.g.2	1.431.105 1.248.077	1.327.173 1.150.875
Passivos Atuariais	20.g.2 24.g	183.028	176.298
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	24.y	35.520.569	36.680.113
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		29.414.961	30.090.223
DEPÓSITOS		9.385.090	8.524.305
Depósitos a Prazo	14.b	9.385.090	8.524.305
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	14.c	-	54.778
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		.	113.592
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	15.b	636.278	586.713
Tesouro Nacional BNDES		667	650
FINEP		468.307 1.416	519.769
FINAME		69.755	
Outras Instituições		96.133	66.294
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	15.d	853.821	1.561.022
OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	16.a	18.539.772	19.249.813
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	16.a e 16.e	790.489	790.489
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.a	14.109.751	15.092.896
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	16.a e 16.e	3.639.532	3.366.428
RENDAS ANTECIPADAS	18	143.602	
PROVISÕES Provisõe para Carantina Einanaairaa Prostadaa	20 ~ 0	5.518.747	6.153.301
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas Passivos Atuariais	20.g.2 24.g	2.315.403 2.138.450	2.175.881
Provisão para Contingências	24.g 20.f	1.064.894	2.786.057 1.191.363
OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS	19.d	443.259	436.589
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.4	13.951.273	10.708.591
CAPITAL SOCIAL	21.a	11.648.938	8.772.600
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	21.b	13.102	13.167
RESERVAS DE LUCROS		3.193.949	2.833.850
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(904.716)	(911.026)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO As Notas Explicativos são parte integrante dos Domonetrosãos Einanceiros Individuais		69.962.975	65.731.260

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais





Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024

Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

	Notas	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		4.323.909	8.302.908	8.558.105
Operações de Crédito	9.a.2	1.519.234	2.837.706	3.117.523
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.b	2.534.724	4.965.292	5.560.779
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.d	160.591	295.892	(190.886)
Resultado de Operações de Câmbio	10.b	100.235	181.229	48.110
Resultado das Áplicações Compulsórias	8.b	9.125	22.789	22.579
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(2.432.103)	(4.796.099)	(5.178.790)
Operações de Captação no Mercado	14.c	(919.205)	(1.730.384)	(1.890.182)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.e	(430.191)	(805.781)	(304.979)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	16.b	(897.662)	(1.822.771)	(2.429.521)
Provisão para Risco de Crédito	9.e	(185.045)	(437.163)	(554.108)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.891.806	3.506.809	3.379.315
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		4.152.042	8.129.126	6.993.458
Receitas de Prestação de Serviços	22.a	1.967.940	3.738.767	3.104.878
Rendas de Tarifas Bancárias	22.b	61.154	122.426	122.584
FNE-Del Credere	22.f	1.868.688	3.621.784	3.173.813
Outras Receitas Operacionais	22.g	254.260	646.149	592.183
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		(3.711.803)	(7.403.324)	(6.961.797)
Despesas de Pessoal	22.c	(1.521.882)	(2.916.922)	(2.687.828)
Outras Despesas Administrativas	22.d	(1.243.574)	(2.369.026)	(1.996.761)
Despesas Tributárias	22.e	(304.982)	(590.203)	(528.658)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	22.h	(271.999)	(809.608)	(781.861)
Provisão para Contingências Passivas	22.i	(169.019)	(299.172)	(511.378)
Outras Despesas Operacionais	22.j	(200.347)	(418.393)	(455.311)
RESULTADO OPERACIONAL		2.332.045	4.232.611	3.410.976
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		9.164	29.984	12.435
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		2.341.209	4.262.595	3.423.411
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(829.858)	(1.669.425)	(1.198.293)
Provisão para Imposto de Renda	19.b	(342.362)	(768.620)	(721.972)
Provisão para Contribuição Social	19.b	(300.712)	(645.639)	(592.861)
Ativo Fiscal Diferido	19.b	(186.784)	(255.166)	116.540
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	23.d	(188.904)	(250.604)	(126.819)
LUCRO LÍQUIDO		1.322.447	2.342.566	2.098.299
Nº de Ações (em mil)		98.700	98.700	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$)		13,40	23,73	24,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais





Demonstrações Financeiras Individuais

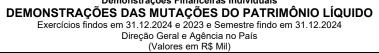
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01. a 31.12.2023
LUCRO LÍQUIDO	1.322.447	2.342.566	2.098.299
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(36.167)	6.375	114.082
Itens que poderão ser reclassificados para o Resultado	(156.746)	(389.096)	192.931
Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(285.053)	(707.566)	350.674
Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	128.274	318.405	(157.803)
Realização da Reserva de Reavaliação	60	118	110
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(27)	(53)	(50)
Itens que não poderão ser reclassificados para o Resultado	120.579	395.471	(78.849)
Ganhos ou Perdas Atuariais	219.234	719.038	(143.361)
Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	(98.655)	(323.567)	64.512
RESULTADO ABRANGENTE	1.286.280	2.348.941	2.212.381



Demonstrações Financeiras Individuais





			em R\$ Mil)					
		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		RESE	RVAS DE LUCRO				
EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL	RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCRO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2022	7.445.600	13.227	627.178	1.078.393	856.833	-	(1.025.048)	-	8.996.183
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) AUMENTO DE CAPITAL Proveniente de Reservas: Incorporação ao Capital OUTROS EVENTOS	1.327.000			(1.077.892)	(249.108)		192.871 (78.849)		192.871 (78.849)
Reavaliação de Ativos: Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO Destinações		(60)	404.045	4 400 440	070.000			60 2.098.299	2.098.299
Reservas Legal e Estatutária Pagamento de JCP Antecipados do Exercício Remuneração do Capital a Pagar: Provisão de JCP Complementares do Exercício Atualização Monetária sobre JCP e Dividendos Antecipados			104.915	1.120.148	373.383			(1.598.446) (218.898) (272.510) (8.505)	(218.898) (272.510) (8.505)
SALDOS EM 31.12.2023	8.772.600	13.167	732.093	1.120.649	981.108	-	(911.026)	(6.505)	10.708.591
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.327.000	(60)	104.915	42.256	124.275	-	114.022	-	1.712.408
SALDOS EM 31.12.2023	8.772.600	13.167	732.093	1.120.649	981.108	-	(911.026)	-	10.708.591
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) AUMENTO DE CAPITAL	62.666	10.10		200	33		(389.161) 395.471		(389.161) 395.471
Proveniente de Reservas Integralização de Capital por emissão de ações OUTROS EVENTOS Reavaliação de Ativos:	1.424.511 1.451.827			(1.120.648)	(303.863)				(1.451.827)
Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO Destinações Reservas Legal e Estatutária		(65)	117.128	1.250.611	416.871			1.020.119 (1.784.610)	1.020.119
Distribuição de JCP do 1º Semestre Remuneração do Capital a Pagar: Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) – 2º Semestre								(243.041) (314.980)	(243.041) (314.980)
SALDOS EM 31.12.2024	11.648.938	13.102	849.221	1.250.612	1.094.116	-	(904.716)	-	13.951.273
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	2.876.338	(65)	117.128	129.963	113.008	-	6.310	-	3.242.682
SALDOS EM 30.06.2024 OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários) Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários) AUMENTO DE CAPITAL	10.197.111	1.135	783.099	544.579	858.771	-	(868.516) (156.779) 120.579	-	11.528.179 (156.779) 120.579
Integralização de Capital por emissão de ações OUTROS EVENTOS Reavaliação de Ativos: Realização de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)	1.451.827	(33)						33	1.451.827
LUCRO LÍQUIDO DO 2º SEMESTRE Destinações Reservas Legal e Estatutária Remuneração do Capital a Pagar:		(33)	66.122	706.033	235.345			1.322.447 (1.007.500)	1.322.447
Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) – 2° Semestre								(314.980)	(314.980)
SALDOS EM 31.12.2024	11.648.938	13.102	849.221	1.250.612	1.094.116	-	(904.716)	-	13.951.273
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	1.451.827	(33)	66.122	706.033	235.345	-	(36.200)	-	2.423.094





Demonstrações Financeiras Individuais DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

	2° Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Antes dos Tributos e Participações	2.341.209	4.262.595	3.423.411
Ajustes ao Lucro Antes dos Tributos e Participações			
Despesas de Depreciação e Amortização	16.649	31.329	20.732
Provisão líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens	470.005	400.040	(385)
Provisão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Crédito do Banco	170.965	422.348	548.774
Provisão/Reversão líquida para Risco de Crédito sobre Operações de Outros Créditos do Banco	14.080	14.815	5.334
Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos com FNE) Provisão líquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos com FDNE)	271.965	809.543	782.397
Provisão liquida sobre Garantias Financeiras Prestadas (Riscos com Fibre) Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	34 168.516	65 298.554	(536) 510.114
Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego)	190.752	296.55 4 376.724	369.639
Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	190.732	3/0./24	32.658
Baixa de Valor Residual do Imobilizado	2.142	3.775	32.030
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais	6.553	12.727	22.642
Provisão líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH	0.000	2.936	4.216
Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	_	857	(3.611)
Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras	49.811	98.344	117.640
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	37.195	49.737	28.360
Atualização Monetária de Dividendos e JCP	-	7.490	10.593
Atualização Monetária da Dotação para Aumento de Capital	3	51.830	-
Lucro Líquido Ajustado	3.269.874	6.443.669	5.871.978
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	118.070	1.177.724	854.892
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(32.428)	(128.039)	19.348
Operações de Crédito	(3.750.835)	(4.306.702)	(252.638)
Outros Créditos	336.147	532.627	568.894
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(9.104)	(125.522)	34.281
Outros Ativos	(301.955)	(125.006)	(138.557)
Outros Valores e Bens	(56.160)	(32.483)	17.360
Ativos Fiscais Diferidos	(50.979)	2.305	64.189
Depósitos	791.629	2.044.978	(489.246)
Captações no Mercado Aberto	1.516.462	900.103	999.781
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	136.236	135.551	(893)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(204.203)	(390.076)	86.244
Obrigações por Empréstimos e Repasses	491.194	748.479	78.071
Outros Instrumentos Financeiros	(2.686.664)	(1.237.804)	(2.085.220)
Outras Obrigações	(749.971)	(1.910.603)	(1.190.386)
Rendas Antecipadas	(5.000)	(10.000)	(10.000)
Provisões	(297.083)	(530.622)	729.585
Obrigações Fiscais Diferidas	25.125	6.670	98.919
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(382.725)	(1.381.680)	(1.433.870)
CAIXA UTILIZADO/GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.842.370)	1.813.569	3.822.732
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.4)	
Inversões em Investimentos	(10 400)	(14) (36.567)	(EO 259)
Inversões em Imobilizado de Uso Inversões em Intangível	(18.480) (87.598)	(36.367)	(50.358) (72.086)
Alienação de Imobilizado de Uso	(67.596)	(115.440)	(72.066)
Alienação em Bens Não de Uso Próprio	/ 1	000	338
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	1.224.314	(1.548.104)	(3.461.610)
CAIXA UTILIZADO/GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.118.307	(1.699.439)	(3.583.084)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.110.307	(1.033.433)	(3.303.004)
Dívida Subordinada Elegível a Capital	133.925	273.104	265.847
Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio	(242.777)	(515.267)	(523.775)
Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Principal	(272.111)	(33.516)	(74.674)
Amortização de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	[]	(166.667)	(166.667)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(108.852)	(442.346)	(499.269)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(832.915)	(328.216)	(259.621)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(302.313)	(320.210)	(=00.021)
No Início do Período	3.865.336	3.360.637	3.620.258
No Fim do Período	3.032.421	3.032.421	3.360.637
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(832.915)	(328.216)	(259.621)





Demonstrações Financeiras Individuais DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Direção Geral e Agência no País (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2024	%	01.01 a 31.12.2024	%	01.01 a 31.12.2023	%
RECEITAS	7.658.705		14.497.682		13.261.340	
Intermediação Financeira	4.323.909		8.302.908		8.558.105	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	2.029.094		3.861.193		3.227.462	
Provisão para Risco de Crédito	(185.045)		(437.163)		(554.108)	
Outras	1.490.747		2.770.744		2.029.881	
DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(2.247.058)		(4.358.936)		(4.624.682)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.203.000)		(2.289.088)		(1.926.130)	
Materiais, Energia e Outros	(57.543)		(113.146)		(106.891)	
Serviços de Terceiros	(660.819)		(1.307.946)		(1.129.360)	
Outras	(484.638)		(867.996)		(689.879)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(244.997)		(472.665)		(384.392)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(47.193)		(82.468)		(46.673)	
Transportes	(14.261)		(26.786)		(26.433)	
Segurança	(43.783)		(92.353)		(83.072)	
Viagens	(13.639)		(26.068)		(21.955)	
Outras	(120.765)		(167.656)		(127.354)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.208.647		7.849.658		6.710.528	
RETENÇÕES	(16.649)		(31.329)		(20.733)	
Depreciação, amortização e exaustão	(16.649)		(31.329)		(20.733)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	4.191.998		7.818.329		6.689.795	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.191.998		7.818.329		6.689.795	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.191.998		7.818.329		6.689.795	
PESSOAL	1,499,798	35,78	2.763.152	35,34	2.443.339	36,52
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	1.071.530	25,56	1.946.316	24,89		
Proventos	882.626	,	1.695.712	,	1.563.169	,
Participação nos lucros	188.904		250.604		126.819	
BENEFÍCIOS	359,412	8,57	684.912	8,76		9,45
Provisões (Benefícios pós-emprego)	191.676		378.436	-,	370.990	-, -
Benefícios – Outros	167.736		306.476		260.898	
FGTS	68,856	1,64	131.924	1,69	121,463	1,82
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.345.828	32,10	2.664.002	34.07	2.098.259	
Federais	1.314.618	,	2.604.589	- 1,-1	2.044.939	,
Estaduais	19		145		51	
Municipais	31,191		59.268		53.269	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	23.925	0,57	48.609	0,62	49.898	0,75
Aluquéis	23.925	.,	48.609	-,	49.898	-,
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	1.322.447	31,55	2.342.566	29,96		31,37
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	314.980	7,51	558.021	7,14		7,47
União	192.179	.,	326.954	.,	277.220	.,
Outros	122.801		231.067		222.693	
LUCROS RETIDOS	1.007.467	24,03	1.784.545	22,83		23,89

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características	Nota 16 - Outros Instrumentos Financeiros
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das	
Demonstrações Financeiras Individuais	Nota 17 - Outras Obrigações
Nota 3 - Resumo das Políticas Contábeis	Nota 18 - Rendas Antecipadas
Nota 4 - Informações por Segmento	Nota 19 - Impostos e Contribuições
	Nota 20 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e
Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	Provisões
Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 21 - Patrimônio Líquido
Nota 7-Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos	
Financeiros Derivativos	Nota 22 - Outras Receitas/Despesas Operacionais
	Nota 23 - Remuneração Paga a Funcionários e
Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Administradores
Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	
Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	Nota 24 - Benefícios Pós-Emprego
Nota 10 - Outros Créditos	Nota 25 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia
Nota 11 - Outros Ativos	Nota 26 - Partes Relacionadas
Nota 12 - Outros Valores e Bens	Nota 27 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes
Nota 13 - Investimentos, Imobilizado e intangível	Nota 28 - Outras Informações
Nota 14 - Depósitos e Outras Captações	Nota 29 – Impactos Contábeis Estimados da Implementação
Nota 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses	das Resoluções CMN nº 4.966 e BCB 352.

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) - principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo - e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 16.a e 20.g. O Banco possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive observando a necessidade de divulgação trazida pela Resolução CMN nº4.966, de 25.11.2021.

As Demonstrações Financeiras Individuais foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Demonstrações Financeiras Individuais, conforme abaixo:

- CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 02 (R2) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 91, de 20.05.2022);
- CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível (Resolução CMN n.º 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 09 (R1) Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CVM nº 199, de 09.02.2024);
- CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011 e Resolução CVM nº 97, de 20.05.2022);
- CPC 12 (R1) Ajuste a Valor Presente (Resolução CVM nº 190, de 09.10.2023);
- CPC 22 Informações por Segmento (Resolução CVM nº 103, de 20.05.2022);
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 24 Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009);
- CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 106, de 20.05.2022);
- CPC 27 Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro (Resolução CVM nº 109, de 20.05.2022);
- CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 46 Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021); e
- CPC 47 Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021).

NOTA 3 - Resumo das Políticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco é o Real. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Não Circulante e Passivo Circulante e Não Circulante

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidas, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificadas

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Não Circulante, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Não Circulante, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Não Circulante. de acordo com as datas de vencimento.

d) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, acrescidos das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e que apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos para Negociação: são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida a conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Não Circulante dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento é definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de apuração a valor justo dos títulos e valores mobiliários é estabelecida observandose critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.);
- 2ª ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos três meses na B3 S.A.; e
- 3ª cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, *rating* e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado). Dessa forma, entende-se que os valores dos TVMs poderão sofrer variações significativas em decorrência de mudanças nos fatores citados.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos e ajustado pelas eventuais perdas permanentes, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% e 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL, e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996) etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem e são alocados, respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996 (para 2024 e 2025) e com base na Lei n.º 14.467, de 16.11.2022 (a partir de 2026);
- Demais provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc.);
- Ajuste a valor de mercado: prazo do contrato; e
- Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430): cronograma de reembolso do crédito.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em face da Lei nº 14.467, de 16.11.2022, alterada pela Lei nº 15.078, de 27.12.2024, as perdas apuradas em 01.01.2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31.12.2024, que não foram deduzidos até essa data nem recuperados, serão excluídos do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/84 (um oitenta e quatro avos), a partir de janeiro/2026.

k) Investimentos, Imobilizado e intangível

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco avaliados pelos gastos com o seu desenvolvimento ou pelo custo de sua aquisição, deduzido da respectiva amortização.

I) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die*.

n) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

o) Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras Individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

p) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes", no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, periodicamente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

q) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais inclui estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, e constituição e realização de ativo/passivo fiscal diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes de tais estimativas e premissas.

r) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

t) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

u) Normas que Entrarão em Vigor Após 31.12.2024

Para Instrumentos Financeiros

Em 25.11.2021, o CMN publicou a Resolução nº 4.966, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, alinhadas aos princípios estabelecidos na norma internacional IFRS 9. A nova Resolução substituirá, a partir de 01.01.2025, Resoluções CMN e Circulares Bacen que tratam de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que estabelece a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito desde março de 2000, e as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.01.2001 e 3.082, de 30.01.2002, aplicáveis aos títulos e valores mobiliários.

A Resolução CMN nº 4.966 representa mudança significativa nas práticas contábeis para instrumentos financeiros, principalmente quanto à adoção do modelo de perdas esperadas, antecipando o reconhecimento de possíveis perdas associadas ao risco de crédito. A nova regulamentação exige ajustes nos processos contábeis e critérios de divulgação, abrangendo classificação, mensuração, baixa e reconhecimento de ativos financeiros, incluindo instrumentos de *hedge*.

No tocante ao modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito a ser aplicado pelo BNB a partir de 01.01.2025, releva registrar: (i) será utilizada a metodologia completa de apuração, na avaliação da perda, conforme dispõe o Art. 40 da Resolução CMN nº 4.966, pois conforme a segmentação estabelecida pela Resolução CMN nº 4.553, de 30.01.2017, o BNB está enquadrado no Segmento 2 (S2); e (ii) contemplará não somente a situação atual do crédito e do devedor, mas também a expectativa de eventos futuros que possam afetar a capacidade do devedor e de condições relacionadas ao crédito, diferentemente do que se aplica atualmente, em que as perdas reconhecidas do crédito são registradas em função da classificação em escala de *rating*, aplicando-se percentuais sobre o saldo exposto, crescente à medida da piora da classificação.

Outra mudança diz respeito à classificação dos TVM. Sob a luz da Circular Bacen n° 3.068, os TVM, até 31.12.2024, são classificados em três categorias: para negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Com o advento da Resolução CMN n° 4.966, a partir de 01.01.2025, os TVM passarão a ser classificados com base em modelos de negócios para gestão dos ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos, em três novas categorias: Custo Amortizado (CA), Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR).

Em 16.11.2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 01.01.2025, que "dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil". Mencionada Lei estabelece que os artigos 9º, 9ºA e 10 a 12 da Lei n.º 9.430, de 27.12.1996 não mais se aplicarão às instituições financeiras, no que se refere ao registro das perdas, aos encargos financeiros de créditos vencidos e aos créditos recuperados, estando alinhada à Resolução CMN n.º 4.966. Tais alterações no tratamento das perdas para fins fiscais visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com redução de vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras. Em 27.12.2024, a Lei nº 15.078

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

introduziu alterações no artigo 6º da Lei nº 14.467, permitindo que as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, ao invés de 1/36 (um trinta e seis avos), passem a utilizar a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para fins de exclusão do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, das perdas apuradas em 01.01.2025, relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31.12.2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas. Entretanto, essa dedutibilidade será permitida somente a partir do mês de janeiro/2026.

Em 23.11.2023, o Bacen emitiu a Resolução nº 352, com entrada em vigor a partir de 01.01.2025, para a maior parte de seus dispositivos. Esta Resolução estabeleceu os procedimentos a serem observados para: (i) definir os fluxos de caixa futuros de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal; (ii) aplicar a metodologia de apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; (iii) constituir a provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iv) solicitar autorização para utilização da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e (v) evidenciar informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas às demonstrações financeiras.

As informações dos impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida pelas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352, bem como das perdas apuradas sobre o estoque dos créditos inadimplidos na posição de 31.12.2024, estão demonstradas na Nota 28.

Para Operações de Arrendamento Mercantil

A Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021, que "dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", será aplicada prospectivamente pelo BNB, a partir de 01.01.2025, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de suas operações de arrendamento mercantil, na condição de arrendatário, em observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 06.10.2017.

NOTA 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os exercícios findos em 31.12.2024 e 31.12.2023.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total".

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2°	Sem/2024		01.01	a 31.12.202	24	01.01	a 31.12.202	23
Especificação	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	3.599.121	2.857.692	6.456.813	6.766.194	5.849.224	12.615.418	6.492.539	5.926.679	12.419.218
Receitas de Operações de Crédito (Nota 9.a.2)	1.519.234	-	1.519.234	2.837.706	-	2.837.706	3.117.523	-	3.117.523
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.b)	1.611.465	923.259	2.534.724	3.092.193	1.873.099	4.965.292	3.054.256	2.506.523	5.560.779
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.d)	160.591	-	160.591	295.892	-	295.892	(190.886)	-	(190.886)
Resultado de Operações de Câmbio (Nota 10.b)	100.235	-	100.235	181.229	-	181.229	48.110	-	48.110
Resultado de Aplicações Compulsórias (Nota 8.b)	9.125	-	9.125	22.789	-	22.789	22.579	-	22.579
Outras Receitas	198.471	1.934.433	2.132.904	336.385	3.976.125	4.312.510	440.957	3.420.156	3.861.113
Despesas	(1.511.123)	(1.193.251)	(2.704.374)	(2.927.763)	(2.678.547)	(5.606.310)	(2.677.757)	(3.285.958)	(5.963.715)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 14.c)	(919.205)	-	(919.205)	(1.730.384)	-	(1.730.384)	(1.890.182)	-	(1.890.182)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(406.873)	(920.980)	(1.327.853)	(760.216)	(1.868.336)	(2.628.552)	(233.467)	(2.501.033)	(2.734.500)
Provisão para Risco de Crédito	(185.045)	(272.271)	(457.316)	(437.163)	(810.211)	(1.247.374)	(554.108)	(784.925)	(1.339.033)
Margem Financeira	2.087.998	1.664.441	3.752.439	3.838.431	3.170.677	7.009.108	3.814.782	2.640.721	6.455.503
Rendas de Prestação de Serviços (Nota 22.a)	546.191	1.421.749	1.967.940	1.018.858	2.719.909	3.738.767	890.959	2.213.919	3.104.878
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 22.b)	61.154	-	61.154	122.426	-	122.426	122.584	-	122.584
Pasep e Cofins	(116.558)	(156.154)	(272.712)	(217.657)	(311.556)	(529.213)	(211.609)	(262.122)	(473.731)
Resultado após Tarifas e Comissões	2.578.785	2.930.036	5.508.821	4.762.058	5.579.030	10.341.088	4.616.716	4.592.518	9.209.234
Despesas Administrativas			(2.765.456)			(5.285.948)			(4.684.589)
Despesas de Pessoal (Nota 22.c)			(1.521.882)			(2.916.922)			(2.687.828)
Outras Despesas Administrativas (Nota 22.d)			(1.243.574)			(2.369.026)			(1.996.761)
Outras Despesas			(232.660)			(479.468)			(510.424)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(169.496)			(313.077)			(590.810)
Lucro antes da Tributação e Participações			2.341.209			4.262.595			3.423.411
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(829.858)			(1.669.425)			(1.198.293)
Participações no Lucro			(188.904)			(250.604)			(126.819)
Lucro Líquido			1.322.447			2.342.566			2.098.299

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades em Caixa	140.390	116.943
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	2.033	2.989
Total das Disponibilidades	142.423	119.932
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	2.889.998	3.240.705
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	3.032.421	3.360.637

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Aplicações no Mercado Aberto	2.889.998	3.240.705
Revendas a Liquidar Posição Bancada	2.889.998	3.240.705
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	658.213	1.835.937
Aplicações em Moedas Estrangeiras	26.667	70.484
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	631.546	1.765.453
Total (Circulante)	3.548.211	5.076.642

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários (TVM) e Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

a) TVM e IFD

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de TVM e IFD

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Títulos para Negociação (Nota 7.a.2)	1.101.468	485.247
Títulos Disponíveis para Venda (Nota 7.a.3)	41.184.015	40.658.363
Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.a.7)	263.116	246.047
Diferencial a Receber Swap (Nota 7.c.1)	284.644	5.660
Total	42.833.243	41.395.317
Circulante	787.111	7.519.486
Não Circulante	42.046.132	33.875.831

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2) Títulos para Negociação

					31.12.202	4			31.12.20	23
Títulos para Negociação		Faixa de V		Vencimento	Valor de	Valor de Mercado	Ajuste a	Nível de	Valor de Mercado	Ajuste a
	Sem Vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Final	Custo	(Contábil)	Mercado	Mensuração a Valor Justo	(Contábil)	Mercado
Títulos de Renda Fixa	-	45.043	660.447		717.248	705.490	(11.758)		434.824	825
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	552.173	2029 a 2030	551.030	552.173	1.143	Nível 1	416.575	134
Letras do Tesouro Nacional	-	45.043	-	2025	46.040	45.043	(997)	Nível 1] -	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	108.274	2035 a 2060	120.178	108.274	(11.904)	Nível 1	18.249	691
Cotas de Fundo de Investimento		-	381.166		381.166	381.166	-		_	-
Vinci Crédito FIC FI Infra (Nota 7.a.4)	-	_	381.166	2099	381.166	381.166	-	Nível 1	-	_
Títulos de Renda Variável	380	-	-		7.118	380	(6.738)		19.933	5.824
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	380	-	-	Sem Vencimento	7.118	380	(6.738)	Nível 1	339	(6.249)
Ações de Companhias Abertas	_	_	_	Sem Vencimento	_	_	_	Nível 1	19.594	12.073
Títulos Dados em Garantia (1)	14.432	_	_		6.904	14.432	7.528		30.490	18.785
Ações de Companhias Abertas	14.432	-	-	Sem Vencimento	6.904	14.432	7.528	Nível 1	30.490	18.785
Total da Categoria	14.812	45.043	1.041.613		1.112.436	1.101.468	(10.968)		485.247	25.434
Crédito Tributário (Nota 19.c)							8.838			2.841
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota							(2.2.2)			
19.d)						_	(3.902)		_	(14.286)
Total do Ajuste a Valor de Mercado							(6.032)			13.989

⁽¹⁾ Composição: Garantias em Processos Judiciais R\$ 14.432 (R\$ 30.490 em 31.12.2023).

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.3) Títulos Disponíveis para Venda

					3′	1.12.2024					31.12	2.2023
Títulos Disponíveis para Venda	Sem Vencimento	Fa 0 a 30 dias	aixa de Vencime 31 a 180 dias	ento 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Vencimento Final	Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Nível de Mensuração a Valor Justo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado
Títulos de Renda Fixa	-	-	179.580	256.504	39.506.135		40.976.824	39.942.219	(1.034.605)		39.460.411	(325.636)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.296	-	35.504.680	2025 a 2030	35.466.231	35.534.976	68.745	Nível 1	33.699.145	10.934
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.746.840	2050 a 2055	3.600.065	2.746.840	(853.225)	Nível 1	3.350.778	(85.288)
Letras Financeiras	-	-	149.284	256.504	1.188.356	2025 a 2026	1.606.463	1.594.144	(12.319)	Nível 3	2.325.400	(34.683)
Debêntures	-	-	-	-	62.474	2035	300.288	62.474	(237.814)	Nível 3	84.079	(216.512)
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	3.785	2027	3.777	3.785	8	Nível 2	1.009	(87)
Cotas de Fundos de Investimentos	6.098	-	59.702	13.822	293.157		372.779	372.779	-		395.290	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	541	-	-	-	-	Sem vencimento	541	541		Nível 1	517	-
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	-	-	-	-	-	Sem vencimento	-	-	-	Nível 1	2	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	18.869	-	-	2025	18.869	18.869	-	Nível 1	19.428	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	13.822	-	2025	13.822	13.822	-	Nível 1	13.895	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	-	-	-	16.635	2026	16.635	16.635	-	Nível 1	16.965	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	-	424	2033	424	424	-	Nível 1	188	-
FIP Brasil Agronegócio	-	-	-	-	6.549	2026	6.549	6.549	-	Nível 1	7.839	-
Nordeste III FIP	-	-	40.833	-	-	2025	40.833	40.833	-	Nível 1	34.525	-
FIP Anjo	-	-	-	-	9.448	2029	9.448	9.448	-	Nível 1	8.438	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	-	19.831	2030	19.831	19.831	-	Nível 1	13.087	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	-	240.270	2037	240.270	240.270		Nível 1	187.291	-
Vinci Crédito FIC FI Infra (Nota 7.a.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Nível 1	88.112	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado	5.557	_	_	_		Sem vencimento	5.557	5.557		Nível 1	5.003	_
Títulos Dados em Garantia (1)	-	_	5.284	_	863.733		867.150	869.017	1.867		802.662	465
Letras Financeiras do Tesouro	-	_	5.284	_	863.733	2025 a 2028	867.150	869.017	1.867	Nível 1	798.036	496
Letras Financeiras	- 1	_	-	-	-	-	-	-	-	Nível 3	4.626	(31)
Total da Categoria	6.098	-	244.566	270.326	40.663.025		42.216.753	41.184.015	(1.032.738)		40.658.363	(325.171)
Crédito Tributário (Nota 19.c)									496.715			175.453
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 19.d)									(31.983)			(29.126)
Total do Ajuste a Valor de Mercado (2)									(568.006)			(178.844)

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 818.937 (736.606 em 31.12.2023); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 0 (R\$ 1.121 em 31.12.2023); Garantias em Processos Judiciais R\$ 5.284 (R\$ 24.643 em 31.12.2023); e Demais Garantias R\$ 44.796 (R\$ 40.292 em 31.12.2023); e

⁽²⁾ Registrado em "Outros Resultados Abrangentes".

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.4) Em junho de 2024, o Banco efetuou a reclassificação da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para "Títulos para Negociação" do saldo de R\$ 90.400 aplicado no Vinci Crédito FIC FI Infra, em virtude da intenção em negociar essas cotas.

a.5) Perdas Permanentes com TVM

a.5.1) Para Negociação

Especificação	Custo Total	Perdas	Custo Líquido			
	Custo Iotai	Permanentes	31.12.2024	31.12.2023		
Ações	6.931	-	6.931	19.225		
Total 31.12.2024	6.931	-	6.931			
Total 31.12.2023	23.132	(3.907)		19.225		

a.5.2) Disponíveis para Venda

Famasifiaas	Cueto Tetal	Perdas	Custo Líquido		
Especificação	Custo Total	Permanentes	31.12.2024	31.12.2023	
Debêntures	717.932	(417.644)	300.288	300.591	
Títulos Públicos Federais Outros	39.825	(39.825)		-	
Letras Financeiras	1.607.985	(1.522)	1.606.463	2.360.083	
Total 31.12.2024	2.365.742	(458.991)	1.906.751		
Total 31.12.2023	3.121.041	(460.368)		2.660.674	

a.6) Movimentação dos Títulos Mensurados a Valor Justo

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures	Letras Financeiras Bloqueadas	
Saldo em 31.12.2023	2.325.400	84.079	4.626	
Compras/ Bloqueio judicial	600.000	-		
Vendas/Desbloqueio Judicial	(1.607.681)	-	(4.679)	
Amortização	1	(3.339)	-	
Rendas	255.416	3.003	22	
Valorização	103	-	-	
Perdas Permanentes e (Reversões) (1)	(1.458)	33	-	
Ajustes a Mercado (2)	22.364	(21.302)	31	
Saldo em 31.12.2024	1.594.144	62.474	•	

⁽¹⁾Reconhecidas no Resultado; e

a.7) Títulos Mantidos até o Vencimento

	31.12.2024				31.12.2023		
Títulos Mantidos até o Vencimento	Faixa de Vencimento Acima de 360 dias	Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado	Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado	
Títulos de Renda Fixa	263.116		263.116	263.116	246.047	246.047	
Notas do Tesouro							
Nacional NTN - P	263.116	2030	263.116	263.116	246.047	246.047	
Total da Categoria	263.116		263.116	263.116	246.047	246.047	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

- a.7.1) Não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
- **a.7.2)** A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Resultado com TVM

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Aplicações no Mercado Aberto	200.126	350.658	451.530
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	31.662	115.140	297.541
Títulos de Renda Fixa	2.302.936	4.499.312	4.811.394
Títulos de Renda Variável	-	182	314
Total	2.534.724	4.965.292	5.560.779

c) IFD

c.1) Classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Composição em 31.12.2024									
	Valor	Valor de	e Mercado	Valor d	la Curva	Ajuste a Mercado			
Especificação	Nocional	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo		
Posição Ativa					_				
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.082.247	206.266	-	215.687	-	-	9.421		
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	78.378	-	69.702	-	8.676	-		
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	2.500	10.775	-	-	13.275		
Posição Passiva									
Total	1.707.629	284.644	2.500	296.164	-	8.676	22.696		

Composição em 31.12.2023								
Especificação	Valor	Valor de	e Mercado	Valor o	la Curva			
	Nocional	Diferencial	Diferencial a	Diferencial	Diferencial	Ajuste a Mercado		
	Nocional	a Receber	Pagar	a Receber	a Pagar	Negativo		
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.082.247	-	99.181	-	75.026	24.155		
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	-	8.751	5.660	-	14.411		
Posição Passiva								
Total	1.396.629	-	107.932	5.660	75.026	38.566		

Especificação	31.12.2024	31.12.2023	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	
3 a 12 meses	206.266	-	
1 a 3 anos	-	99.181	
5 a 15 anos	78.378	8.751	
Total	284.644	107.932	

Especificação	31.12.2024					
	Valor d	Valor da Curva		Mercado	Airrete e Velevele	
IFD utilizados como Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ajuste a Valor de Mercado	
Swap - Moeda Estrangeira - Posição Ativa - US\$	1.313.631	1.097.944	1.304.210	1.097.944	(9.421)	
Item Objeto de <i>Hedg</i> e ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de	Mercado	Ajuste a Valor de Mercado	
Captação de recursos no exterior		1.312.190		1.304.210	(7.980)	
Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 19.d.c)					11.205	

⁽¹⁾ Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de Hedge.

IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ajuste a Valor de Mercado
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	391.252	321.550	382.022	303.644	8.676
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	323.659	312.883	313.202	315.702	(13.275)
Item Objeto de Hedge (1)	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	712.144		695.224		(16.920)

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificação	31.12.2023					
	Valor d	Valor da Curva		Mercado	Airrete e Velen de	
IFD utilizados como Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ajuste a Valor de Mercado	
Swap - Moeda Estrangeira - Posição Ativa - US\$	1.023.527	1.098.553	999.372	1.098.553	(24.155)	
Item Objeto de <i>Hedge</i> ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado	
Captação de recursos no exterior		1.025.794		999.372	(26.422)	
Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 19.d.c)					11.890	

⁽¹⁾ Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de Hedge.

IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ajuste a Valor de Mercado
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	324.198	318.538	378.319	387.070	(14.411)
Item Objeto de <i>Hedge</i> (1)	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior		323.376		378.319	54.943

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captações no Exterior junto ao Banco Europeu de Investimento-BEI e à Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores dos principais captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o Item Objeto de Hedge também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado de cada Item Objeto de *Hedge* (registrado como parte do valor contábil da captação) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessas operações, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante todo o prazo das operações estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade das operações.

As operações com IFD destinadas a cada item objeto de *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) dos Itens Objeto de *Hedge* e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

c.2) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com IFD

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Swap Simples – Fluxo Não Constante	-	111.666
Total	-	111.666

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Swap	160.591	295.892	(190.886)
Total	160.591	295.892	(190.886)

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 8 - Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

		31.12.2024		31.12.2023			
Especificação	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	
Recolhimentos Obrigatórios - Poupanca	247.968		247.968	222.769	_	222.769	
Reservas Compulsórias - Recursos à	247.900		247.900	222.709		222.109	
Vista	406.013	-	406.013	246.465	-	246.465	
Sistema Financeiro da Habitação							
(SFH)	13.824	(1.596)	12.228	87.115	(4.532)	82.583	
Banco Central - Conta de Pagamento							
Instantâneo	340.747	-	340.747	339.617	-	339.617	
Total	1.008.552	(1.596)	1.006.956	895.966	(4.532)	891.434	
Circulante	994.728	-	994.728	808.851	-	808.851	
Não Circulante	13.824	(1.596)	12.228	87.115	(4.532)	82.583	

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.697	16.459	15.703
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	428	3.393	6.177
Desvalorização de Créditos Vinculados	-	2.937	699
Total	9.125	22.789	22.579

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito a) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

~	31.12.	2024	31.12.2023		
Especificação	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão	
Operações de Crédito	16.637.881	(571.265)	12.753.527	(706.829)	
Circulante	8.627.131	(329.175)	6.539.740	(391.025)	
Não Circulante	8.010.750	(242.090)	6.213.787	(315.804)	
Outras Rubricas com Características de Crédito	515.142	(17.292)	446.589	(7.251)	
Circulante	511.123	(13.404)	442.422	(4.089)	
Não Circulante	4.019	(3.888)	4.167	(3.162)	
Total	17.153.023	(588.557)	13.200.116	(714.080)	

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamentos a Depositantes	230	1.144
Empréstimos	9.598.439	6.780.370
Títulos Descontados	7.855	3.923
Financiamentos	1.974.698	1.988.811
Financiamentos a Exportações	14.355	28.719
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	70.350	47.509
Financiamentos Agroindustriais	83	78
Financiamentos Rurais	1.264.036	1.033.259
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.707.835	2.869.714
Subtotal de Operações de Crédito	16.637.881	12.753.527
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	19.876	12.428
Devedores por Compra de Valores e Bens	91	5.349
Títulos e Créditos a Receber	56.501	46.073
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (nota 10.a) (1)	438.674	382.739
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	515.142	446.589
Total	17.153.023	13.200.116

⁽¹⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Empréstimos e Títulos Descontados	954.228	1.716.635	2.002.711
Financiamentos	309.165	602.904	530.947
Financiamentos Agroindustriais	23	25	25
Financiamentos Rurais	79.727	157.224	141.795
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	176.091	360.918	442.045
Total	1.519.234	2.837.706	3.117.523

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal (1)

Tipo	01 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima de	Total em	Total em
Cliente/Atividade	dias	dias	dias	dias	dias	360 dias	31.12.2024	31.12.2023
Rural	5.615	28.753	10.793	452.278	698.051	58.193	1.253.683	1.032.786
Indústria	62.333	95.689	89.871	257.449	443.020	3.750.648	4.699.010	3.398.168
Governo	-	-	41.308	-	41.308	185.857	268.473	274.920
Outros Serviços	160.485	173.034	124.554	370.094	903.278	2.048.417	3.779.862	2.886.965
Comércio	883.279	737.119	647.961	1.443.865	954.681	1.802.429	6.469.334	4.852.460
Pessoas Físicas	20.793	9.399	5.953	10.658	9.104	16.917	72.824	68.556
Total 31.12.2024	1.132.505	1.043.994	920.440	2.534.344	3.049.442	7.862.461	16.543.186	
Total 31.12.2023	1.062.844	744.311	700.841	1.870.768	2.140.634	5.994.457		12.513.855

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas										
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023		
Rural	32	32	32	95	404	300	895	112		
Indústria	1.127	1.094	910	2.585	4.840	27.039	37.595	46.416		
Outros Serviços	5.778	5.625	4.090	9.732	15.965	45.415	86.605	55.363		
Comércio	23.166	17.386	13.509	27.058	37.101	78.911	197.131	275.402		
Pessoas Físicas	50	37	34	282	648	717	1.768	1.633		
Total 31.12.2024	30.153	24.174	18.575	39.752	58.958	152.382	323.994			
Total 31.12.2023	42.445	23.272	17.906	32.421	39.364	223.518		378.926		

Parcelas Vencidas											
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023		
Rural	-	25	32	437	240	8.807	-	9.541	438		
Indústria	461	621	1.022	741	1.784	1.875	21	6.525	10.421		
Outros Serviços	2.387	4.365	5.804	57.264	13.117	14.975	6	97.918	45.920		
Comércio	6.767	19.474	20.684	24.950	38.695	54.969	24	165.563	243.820		
Pessoas Físicas	18	329	433	399	1.486	3.621	10	6.296	6.736		
Total 31.12.2024	9.633	24.814	27.975	83.791	55.322	84.247	61	285.843			
Total 31.12.2023	15.603	28.538	36.505	32.203	87.798	105.001	1.687		307.335		

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Composição das Operações por Níveis de Risco

	31.12.2024					31.12	.2023	
Nível de Risco	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Total da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Total da Provisão
AA	7.439.936	-	7.439.936	-	5.260.602		5.260.602	-
Α	4.693.857	-	4.693.857	(23.469)	3.662.394	-	3.662.394	(18.312)
В	3.797.564	49.805	3.847.369	(46.711)	2.875.545	60.129	2.935.674	(68.705)
С	196.731	55.281	252.012	(7.560)	277.030	53.696	330.726	(9.922)
D	130.712	132.882	263.594	(26.359)	202.164	45.778	247.942	(24.794)
Е	113.204	50.353	163.557	(49.067)	87.668	43.510	131.178	(39.353)
F	46.724	37.231	83.955	(41.978)	37.131	72.835	109.966	(54.984)
G	24.953	26.145	51.098	(35.768)	37.306	41.442	78.748	(55.124)
Н	99.505	258.140	357.645	(357.645)	74.015	368.871	442.886	(442.886)
Total	16.543.186	609.837	17.153.023	(588.557)	12.513.855	686.261	13.200.116	(714.080)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações e respectivas provisões, por nível de risco, das contratações de crédito no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia, cujo risco de crédito seja assumido de forma parcial ou integral pela União Federal ou por fundos garantidores por ela constituídos, conforme artigo 2º, § 2º, da Resolução CMN nº 4.855 de 24.09.2020.

	31.12.	2024	31.12.2023		
Nível de Risco	Total da Carteira	Total da Provisão	Total da Carteira	Total da Provisão	
AA	7.512	-	3.193	-	
A	36.901	(185)	9.227	(46)	
В	5.870	(59)	441	(4)	
С	913	(27)	742	(22)	
D	336	(34)	709	(71)	
Е	551	(165)	426	(128)	
F	296	(148)	327	(164)	
G	114	(79)	327	(228)	
Н	98	(98)	362	(362)	
Total	52.591	(795)	15.754	(1.025)	

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	714.080	679.799
(+) Constituição	437.653	560.507
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(563.176)	(526.226)
(=) Provisão Líquida para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	588.557	714.080
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	19.937	26.336
(+) Constituição de Provisão	787	393
(-) Reversão de Provisão	(1.277)	(6.792)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de		
Crédito (Nota 11.b)	19.447	19.937
(=) Saldo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	608.004	734.017

f) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	2° Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
(+) Despesas de Provisão para Perdas Esperadas			
Associadas ao Risco de Crédito	170.965	422.348	548.774
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	14.281	15.305	11.733
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com			
Características de Concessão de Crédito	185.246	437.653	560.507
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem			
Características de Concessão de Crédito	441	441	193
(-) Reversões de Provisões sem Características de Crédito	(642)	(931)	(6.592)
(=) Despesa Líquida de Provisão para Perdas Esperadas			
Associadas ao Risco de Crédito	185.045	437.163	554.108

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Concentração de Crédito

Egnacificação	31.12	.2024	31.12.2023			
Especificação	Saldo % da Carteira Saldo % d	% da Carteira				
10 Maiores devedores	1.891.490	4.658	1.818.223	13,77		
50 maiores devedores	4.981.894	43.112	4.457.455	33,77		
100 maiores devedores	6.7009.064	57.427	5.846.815	44,29		

h) No exercício de 2024, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 360.918 (R\$ 442.046 em 31.12.2023). As renegociações totalizaram R\$ 464.158 (R\$ 1.121.919 em 31.12.2023).

NOTA 10 - Outros Créditos

Especificação	Circulante	Não Circulante	31.12.2024	31.12.2023
Carteira de Câmbio (Nota 10.a)	523.700	-	523.700	388.853
Rendas a Receber	48.062	-	48.062	35.418
Títulos de Créditos a Receber	52.500	4.001	56.501	46.073
Total	624.262	4.001	628.263	470.344

a) Carteira de Câmbio

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Ativo - Outros Créditos	523.700	388.853
Câmbio Comprado a Liquidar	503.819	375.453
Direitos sobre Vendas de Câmbio	4	985
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	-	(13)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	19.877	12.428
Ativo Circulante	523.700	388.853
Passivo – Outras Obrigações (Nota 17.b)	-	983
Obrigações por Compras de Câmbio	438.674	382.739
Câmbio Vendido a Liquidar	-	981
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(438.674)	(382.739)
Outros Valores	-	2
Passivo Circulante	-	983

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2° Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Rendas de Câmbio	100.869	182.692	49.376
Despesas de Câmbio	(634)	(1.463)	(1.266)
Total	100.235	181.229	48.110

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 11 - Outros Ativos

Especificação	Circulante	Não Circulante	31.12.2024	31.12.2023
a) Outros Ativos	1.274.298	669.413	1.943.711	1.819.196
Devedores por Depósitos em Garantia	-	649.765	649.765	666.085
Impostos e Contribuições a Compensar	754.212	-	754.212	674.775
Opções por Incentivos Fiscais	-	19.630	19.630	20.160
Adiantamentos e Antecipações Salariais	25.346	-	25.346	18.755
Pagamentos a Ressarcir	5.397	-	5.397	20.829
Valores a Receber Bônus Rebate	28.621	-	28.621	31.730
Devedores Diversos no País	183.947	-	183.947	161.765
Outros Valores	276.775	18	276.793	225.097
b) Provisão para Outros Créditos de Liquidação				
Duvidosa sem Características de Concessão				
de Crédito (Nota 9.d)	-	(19.447)	(19.447)	(19.937)
Total	1.274.298	649.966	1.924.264	1.799.259

NOTA 12 - Outros Valores e Bens

Especificação	Circulante	Não Circulante	31.12.2024	31.12.2023
a) Outros Valores e Bens	4.515	9.641	14.156	16.511
Material em Estoque	3.838	-	3.838	5.650
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda -				
Próprios	-	-	-	228
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda -				
Recebidos	677	9.641	10.318	10.633
b) Provisões para Desvalorizações	(5)	(65)	(70)	(65)
c) Despesas Antecipadas	79.807	-	79.807	45.513
Total	84.317	9.576	93.893	61.959

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 13 - Investimentos, Imobilizado e Intangível

a) Investimentos

	31.12.2023		01.01 a 31.12.2024	4	31.12.2024			
Especificação		Movimentações						
_opeooayae	Saldo Contábil	Adições	Baixas	Provisão	Custo	Provisão	Saldo Contábil	
Bens Artísticos e Valiosos	1.261	14	-	-	1.275	-	1.275	
Total	1.261	14	-	-	1.275	-	1.275	

b) Imobilizado

	31.12.2023		01.01 a 31.12.2024	ļ	31.12.2024			
Especificação			Movimentações			Dannadaasa		
	Saldo Contábil	Adições	Baixas	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	
Edificações	101.849	18.682	64	(2.314)	306.774	(188.493)	118.281	
Sistema de Processamento de Dados	138.846	7.496	(2.427)	(13.521)	246.399	(116.005)	130.394	
Móveis e Equipamentos de Uso	32.866	8.098	(1.757)	(3.964)	97.726	(62.483)	35.243	
Terrenos	16.595	-	164	-	16.759	-	16.759	
Instalações	5.175	213	(82)	(106)	17.975	(12.775)	5.200	
Equipamentos de Comunicação	154	32	(2)	(17)	373	(206)	167	
Equipamentos de Segurança	18.114	1.821	(193)	(423)	19.567	(248)	19.319	
Equipamentos de Transporte	17	-	-	-	14.328	(14.311)	17	
Total	313.616	36.342	(4.233)	(20.345)	719.901	(394.521)	325.380	

c) Intangível

Especificação	31.12.2023		01.01 a 31.12.2024	31.12.2024				
			Movimentações			Amortização		
_opeoougue	Saldo Contábil	Adições	Baixas	Amortização	Custo	Acumulada	Saldo Contábil	
Licença de Software	59.216	49.518	-	(6.721)	110.013	(8.000)	102.013	
Atualização de Software	3.327	-	-	(357)	3.446	(476)	2.970	
Desenvolvimento de Software	10.199	65.922	-	(3.909)	76.789	(4.577)	72.212	
Total	72.742	115.440	-	(10.987)	190.248	(13.053)	177.195	

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 14 - Depósitos e Outras Captações

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023
Depósitos à Vista	3.729.296	-	-	-	-	-	3.729.296	2.909.392
Depósitos de Poupança	1.239.282	-	-	-	-	-	1.239.282	1.124.660
Depósitos Interfinanceiros	785.524	786.584	-	-	-	-	1.572.108	1.228.507
Depósitos a Prazo	590.964	606.093	5.807.636	2.257.171	853.074	467.209	10.582.147	9.802.570
Depósitos a Prazo	325.584	606.093	2.711.113	2.014.481	610.383	467.209	6.734.863	6.383.912
Depósitos Judiciais com Remuneração	199.287	-	-	-	-	-	199.287	187.181
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	3.096.523	242.690	242.691	-	3.581.904	3.174.540
Outros	66.093	-	-	-	-	-	66.093	56.937
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	146.457	-	-	-	-	146.457	10.906
Letras Financeiras – encargos	-	12.286	-	-	-	-	12.286	10.906
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito (LCA) (1)	-	134.171	-	-	-	-	134.171	_
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.e.1 e 16.e.2)	-	-	-	-	-	790.489	790.489	957.156
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.e.3)	-	-	-	-	-	3.639.532	3.639.532	3.366.428
Total em 31.12.2024	6.345.066	1.539.134	5.807.636	2.257.171	853.074	4.897.230	21.699.311	
Total em 31.12.2023	5.307.077	1.411.320	5.432.468	1.976.018	703.974	4.568.762		19.399.619

⁽¹⁾ Título com prazo médio de 266 dias, sendo a taxa de atualização média de 90% do CDI a.a. pro rata até o vencimento.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Carteira Própria	4.326.291	3.426.188
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.326.291	3.426.188
Total	4.326.291	3.426.188
Circulante	4.326.291	3.371.410
Não Circulante	-	54.778

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Despesas de Captação	(674.545)	(1.262.224)	(1.396.493)
Depósitos a Prazo	(373.486)	(684.757)	(810.646)
Depósitos de Poupança	(41.370)	(78.700)	(77.674)
Depósitos Judiciais	(6.553)	(12.727)	(22.642)
Depósitos Interfinanceiros	(61.551)	(120.236)	(118.996)
Depósitos Especiais	(180.813)	(348.961)	(354.183)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(3.830)	(3.830)	-
Outros Depósitos	(6.942)	(13.013)	(12.352)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(244.660)	(468.160)	(493.689)
Carteira Própria	(194.850)	(369.817)	(376.049)
Letras Financeiras	(49.810)	(98.343)	(117.640)
Total	(919.205)	(1.730.384)	(1.890.182)

NOTA 15 - Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023
Empréstimos no								
Exterior	125.801	387.388	-	-	-	-	513.189	436.432
Repasses do País	18.397	55.091	160.264	160.220	259.214	56.580	709.766	648.871
Repasses do Exterior	44.500	1.349.047	206.998	176.998	469.825	1	2.247.368	1.636.541
Total em 31.12.2024	188.698	1.791.526	367.262	337.218	729.039	56.580	3.470.323	
Total em 31.12.2023	159.866	414.243	1.242.397	244.549	607.428	53.361		2.721.844

b) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2024	31.12.2023
Tesouro Nacional	IGP -DI + 2,00	769	724
BNDES		531.446	579.426
	Pré 6,96 a 9,85		
Programa de Operações Conjuntas (POC)	TLP + 1,30		
	TJLP + 0,90 a 1,00	528.421	579.426
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	sem remuneração	3.025	-
FINIABAF	SELIC + 0,95 a 1,13		
FINAME	TLP + 1,13 a 1,34	73.123	-
Finep	TR + 1,20	1.656	-
Fundatur	Selic		
Fungetur	INPC	102.772	68.721
Total		709.766	648.871
Circulante		158.496	62.158
Não Circulante		551.270	586.713

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	513.189	436.432
Total (Circulante)		513.189	436.432

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2024	31.12.2023
BID – Prodetur II	USD + SOFR + 1,25	247.934	258.850
BEI -Banco Europeu de Investimento (1)	USD + 3,857	1.304.210	999.372
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento (2)	EUR + 5,44 EUR + 4,41	695.224	378.319
Total		2.247.368	1.636.541
Circulante		1.393.547	75.519
Não Circulante		853.821	1.561.022

A captação foi realizada em maio de 2022 com vencimento em maio de 2025, não possui amortizações, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros é semestral; e

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Despesas de Obrigações por Repasses	(345.417)	(640.914)	(275.231)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(22.821)	(48.125)	(64.004)
Tesouro Nacional	(36)	(47)	(10)
BNDES	(22.517)	(47.810)	(63.904)
Finame	(260)	(260)	(90)
Finep	(8)	(8)	-
Despesas de Repasses do Exterior	(322.596)	(592.789)	(211.227)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(82.695)	(160.192)	(27.642)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(2.079)	(4.675)	(2.106)
Total	(430.191)	(805.781)	(304.979)

NOTA 16 - Outros Instrumentos Financeiros

a) Outros Instrumentos Financeiros

Especificação	Circulante	Não Circulante	31.12.2024	31.12.2023
a) Fundos Financeiros e de				
Desenvolvimento	1.439.757	14.109.751	15.549.508	16.893.749
FNE	1.151.029	13.460.463	14.611.492	15.943.573
FDNE	102.411	417.751	520.162	536.854
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	17.194	36.109	53.303	59.853
Finep/Fundeci	-	86.311	86.311	63.778
Projeto Piloto de Apoio à Reforma				
Agrária	63.692	-	63.692	57.614
Programa Nacional de Crédito Fundiário	84.312	93.047	177.359	207.351
Banco da Terra	7.131	11.175	18.306	15.041
Outros	13.988	4.895	18.883	9.685
b) Instrumentos de Dívidas Elegíveis a				
Capital	-	790.489	790.489	957.156
c) Dívidas Subordinadas Elegíveis a				
Capital	-	3.639.532	3.639.532	3.366.428
Total	1.439.757	18.539.772	19.979.529	21.217.333

Captações realizadas em junho de 2023 e dezembro de 2024 com vencimento em abril de 2035, possuem amortizações semestrais, estando na carência de principal até outubro de 2027.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Despesas com Outros Instrumentos Financeiros

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(897.662)	(1.822.771)	(2.429.521)
FNE	(872.621)	(1.767.246)	(2.384.483)
FDNE	(5.735)	(16.235)	(11.574)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(4.735)	(9.907)	(3.019)
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	(3.255)	(6.261)	(6.626)
Programa Nacional de Crédito Fundiário	(9.496)	(19.452)	(19.535)
Banco da Terra	(1.615)	(3.182)	(3.811)
Outros	(205)	(488)	(473)
b) Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	-	-	(32.658)
c) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(133.925)	(273.104)	(265.848)
Total	(1.031.587)	(2.095.875)	(2.728.028)

c) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 158.569.745 (R\$ 140.362.040 em 31.12.2023), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE".

As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 14.605.746 (R\$ 15.935.744 em 31.12.2023), registrados no título "Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" são remunerados pela variação da taxa Selic. No exercício de 2024, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 1.767.246 (R\$ 2.384.483 em 2023).

No exercício de 2024, a receita de *del credere* foi de R\$ 3.621.784 (R\$ 3.173.813 em 2023). O *del credere* do Banco, para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, inclusive as com base no Artigo 9°-A da Lei n° 7.827, corresponde a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o Banco, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a.

No exercício de 2024, a taxa de administração foi de R\$ 1.806.218 (R\$ 1.561.787 em 2023), calculada à base de 1,5% a.a., sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.

No exercício de 2024, a remuneração paga ao Banco em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 15.406 (R\$ 17.444 em 2023) calculada à taxa de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano.

No exercício de 2024, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 3.939.401 (R\$ 2.871.475 em 2023).

d) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orcamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

d.1) Receita com Del Credere e Despesa de Provisão

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Receita de Del Credere	5.743	10.993	8.682
Despesa de Provisão (Líquida)	(34)	(65)	(58)

d.2) Saldos das Operações Contratadas

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
FDNE – Debêntures	7.179.911	6.649.546
FDNE - Repasse	464.715	507.144

e) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 25.g.ii)

e.1) PR Nível I - Capital Principal

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2024	31.12.2023
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016		166.667
Total (Circulante)					166.667

e.2) PR Nível I - Capital Complementar

Em junho de 2019, o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R\$ 801.040).

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2024	31.12.2023
Letras Financeiras (1)	790.489	117% da Selic	06.2019	790.489	790.489
Não Circulante				790.489	790.489

⁽¹⁾ Juros pagos semestralmente.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e.3) PR Nível II

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, de20.07.2009 e 01.03.2010, respectivamente, sem vencimento.

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	3.639.532	3.366.428
Recursos disponíveis	900.862	1.156.347
Recursos aplicados	2.738.670	2.210.081
Total	3.639.532	3.366.428

NOTA 17 - Outras Obrigações

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	6.931	4.525
Recursos do Proagro	12	220
Recebimentos de Tributos Federais	32	113
IOF a Recolher	6.797	4.110
Outros Tributos e Assemelhados	90	82
b) Carteira de Câmbio (Nota 10.a)	-	983
c) Sociais e Estatutárias	568.667	403.006
Remuneração do Capital a Pagar	315.823	273.288
Participações nos Lucros	252.844	129.718
d) Fiscais Previdenciárias	1.592.673	1.469.949
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 19.a.2)	1.410.446	1.306.750
Imposto de Renda	766.502	716.455
Contribuição Social	643.944	590.295
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	182.227	163.199
e) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (1)	58	1.400.000
f) Diversas	1.212.770	1.063.721
Provisão para Pagamentos a Efetuar	677.328	614.828
Despesa de Pessoal	306.182	276.306
Outros Valores	371.146	305.864
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal	-	32.658
Outros Valores	535.442	448.893
Total (Circulante)	3.381.099	4.342.184

⁽¹⁾ Após a integralização de R\$ 1.451.827 ao capital, em 05.08.2024, restou saldo de R\$ 54, o qual permanece sendo atualizado pela Selic *pro rata*. Em 31.12.2024, essa atualização perfaz o valor de R\$ 4.

NOTA 18 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros em maio de 2020, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco.

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ao longo dos exercícios	(46.398)	(36.398)
(=) Saldo Final a Apropriar	153.602	163.602
Circulante	10.000	163.602
Não Circulante	143.602	-

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 19 - Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de		de Renda	Contribuição Social		
Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.262.595	3.423.411	4.262.595	3.423.411	
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(250.604)	(126.819)	(250.604)	(126.819)	
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	4.011.991	3.296.592	4.011.991	3.296.592	
Adições/Exclusões Permanentes	(645.472)	(604.425)	(647.892)	(606.545)	
Adições/Exclusões Temporárias	(144.377)	261.429	(144.377)	261.429	
Resultado Tributável	3.222.142	2.953.596	3.219.722	2.951.476	
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(805.512)	(738.375)	(643.944)	(590.295)	
Deduções (Incentivos Fiscais)	39.010	21.920	-	-	
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	29	27	23	22	
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais e Reserva de Reavaliação	(766.473)	(716.428)	(643.921)	(590.273)	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferido s – Decorrentes de Créditos Recuperados e TVM	(2.147)	(38.815)	(1.718)	(31.052)	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(768.620)	(755.243)	(645.639)	(621.325)	
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	33.271	-	28.464	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social ajustada	(768.620)	(721.972)	(645.639)	(592.861)	
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	(141.759)	64.744	(113.407)	51.796	
Total de IRPJ/CSLL	(910.379)	(657.228)	(759.046)	(541.065)	
Alíquota Efetiva (%)	22,69	19,94	18,92	16,41	
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	766.473	716.428	643.921	590.273	
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	29	27	23	22	
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	766.502	716.455	643.944	590.295	
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(429.318)	(385.432)	(265.298)	(234.113)	
Valor dos Tributos a Recolher do Período	337.184	331.023	378.646	356.182	

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL

Especificação	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	4.262.595	3.423.411
- Participações Estatutárias nos Lucros	(250.604)	(126.819)
II) Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	4.011.991	3.296.592
III) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(1.805.396)	(1.483.466)
IV) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	135.971	223.439
- Juros sobre Capital Próprio	251.109	224.961
- Outras Rendas / FNE/Del Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	66.873	60.521
- Diferenças Temporárias - Provisões Atuariais	(207.738)	(52.291)
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis/Outros Ajustes	(13.619)	2.312
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	(9.063)	10.278
- Ajuste a Valor de Mercado	36.435	(31.209)
- Incentivos Fiscais	39.062	21.969
- Adições Permanentes, Líquidas	(27.088)	(13.102)
V) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.669.425)	(1.260.027)
VI) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	(255.166)	116.540
VII) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(1.414.259)	(1.376.567)
VIII) Despesas Tributárias antes dos Ajustes (V + VI)	(1.669.425)	(1.260.027)
IX) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	61.734
X) Despesas Tributárias Ajustadas (VII + VIII)	(1.669.425)	(1.198.293)
XI) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	41,61%	36,35%

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Ativos Fiscais Diferidos

Especificação	31.12.2024		31.12.2023		31.12.2024	31.12.2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	To	otal	
Efeito no Resultado							
a) Provisões (PCLD)							
Saldo Inicial	837.771	670.235	829.081	663.285	1.508.006	1.492.366	
Constituição	358.865	287.098	350.302	280.243	645.963	630.545	
Realização/Reversão	(368.303)	(294.648)	(341.612)	(273.293)	(662.951)	(614.905)	
Saldo Final	828.333	662.685	837.771	670.235	1.491.018	1.508.006	
b) Rendas a Apropriar - Operações sem processo Judicial							
Saldo Inicial	900	720	96	76	1.620	172	
Constituição	444	355	2.307	1.847	799	4.154	
Realização/Reversão	(838)	(670)	(1.503)	(1.203)	(1.508)	(2.706)	
Saldo Final	506	405	900	720	911	1.620	
c) Provisões – Operações Alongadas	555	100	000	, 20	011	1.020	
Saldo Inicial	205	163	508	407	368	915	
Constituição	5	5	12	10	10	22	
Realização/Reversão	(107)	(85)	(315)	(254)	(192)	(569)	
Saldo Final	103	83	205	163	186	368	
d) Provisões Atuariais	100	00	200	100	100	000	
Saldo Inicial	363.898	291.119	371.053	296.843	655.017	667.896	
Constituição	70.029	56.023	69.914	55.932	126.052	125.846	
Realização/Reversão	(165.899)	(132.719)	(77.069)	(61.656)	(298.618)	(138.725)	
Saldo Final	268.028	214.423	363.898	291.119	482.451	655.017	
e) Provisão para Programa de Incentivo ao	200.020	214.425	303.030	291.119	402.431	033.017	
Desligamento							
Saldo Inicial	-	-	1.417	1.134	-	2.551	
Constituição	-	-	-	-	-	-	
Realização/Reversão	-	-	(1.417)	(1.134)	-	(2.551)	
Saldo Final	-	-	-	-	-	-	
f) Provisões Contingenciais							
Saldo Inicial	297.636	238.109	231.702	185.362	535.745	417.064	
Constituição	123.814	99.052	190.564	152.452	222.866	343.016	
Realização/Reversão	(159.418)	(127.535)	(124.630)	(99.705)	(286.953)	(224.335)	
Saldo Final	262.032	209.626	297.636	238.109	471.658	535.745	
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)							
Saldo Inicial	6.039	4.831	9.424	7.539	10.870	16.963	
Constituição	6.448	5.159	10.583	8.466	11.607	19.049	
Realização/Reversão	(10.132)	(8.106)	(13.968)	(11.174)	(18.238)	(25.142)	
Saldo Final	2.355	1.884	6.039	4.831	4.239	10.870	
h) TVM							
Saldo Inicial	1.578	1.263	1.651	1.322	2.841	2.973	
Constituição	3.670	2.936	(73)	(59)	6.606	(132)	
Realização/Reversão	(338)	(271)	-	-	(609)	-	
Saldo Final (Nota 7.a.2)	4.910	3.928	1.578	1.263	8.838	2.841	
,	Efeito no Pa	trimônio Líq	uido				
i) TVM						- U	
Saldo Inicial	97.474	77.979	168.974	135.180	175.453	304.154	
Constituição	494.650	395.719	694.089	555.270	890.369	1.249.359	
Realização/Reversão	(316.171)	(252.936)	(765.589)	(612.471)	(569.107)	(1.378.060)	
Saldo Final (Nota 7.a.3)	275.953	220.762	97.474	77.979	496.715	175.453	
j) Ajustes de Avaliação Atuarial	0.000		J1.11 T		.55.7 15	0. 100	
Saldo Inicial	332.809	266.248	296.969	237.576	599.057	534.545	
Constituição	260.851	208.681	185.739	148.591	469.532	334.330	
Realização/Reversão	(440.610)	(352.489)	(149.899)	(119.919)	(793.099)	(269.818)	
Saldo Final	153.050	122.440	332.809	266.248	275.490	599.057	
Caldo I IIIai	100.000	122.770	002.003	200.240	£1 J.430	000.001	

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Ennosificação	Imposto	de Renda	Contribuição Social		
Especificação	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Total das Diferenças Temporárias	8.685.829	8.026.852	8.685.829	8.026.852	
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.171.457	2.006.713	1.737.166	1.605.370	
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.512.052	1.833.219	1.209.662	1.466.594	
 Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM 	283.218	105.091	226.574	84.073	
5.Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) (1)	1.795.270	1.938.310	1.436.236	1.550.667	
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) (2)	376.187	68.403	300.930	54.703	

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos", no Ativo Não Circulante; e

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 31.12.2024, estão a seguir demonstrados:

	IRP	J	CS	LL	Total		
Exercício (1)	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente ⁽²⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽²⁾	
2025	273.717	254.090	218.993	203.289	492.710	457.379	
2026	196.095	174.117	156.876	139.293	352.971	313.410	
2027	197.366	170.031	157.893	136.025	355.259	306.056	
2028	183.136	151.118	146.509	120.894	329.645	272.012	
2029	135.879	99.834	108.704	79.867	244.583	179.701	
2030	116.337	77.420	93.069	61.936	209.406	139.356	
2031	107.490	67.419	85.992	53.935	193.482	121.354	
2032	100.558	59.090	80.446	47.272	181.004	106.362	
2033	30.478	25.232	24.382	20.186	54.860	45.418	
2034	25.806	21.814	20.645	17.451	46.451	39.265	
Acima de 2034	428.408	428.408	342.727	342.727	771.135	771.135	
Total	1.795.270	1.528.573	1.436.236	1.222.875	3.231.506	2.751.448	

⁽¹⁾ O cronograma de realização da PCLD, para as operações em atraso, obedeceu ao disposto a seguir: (a) para o segundo semestre de 2024 e exercício de 2025 – Lei nº 9.430; (b) a partir do exercício de 2026 – Lei nº 14.467; e (2) Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2024.

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, conforme estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente. Os créditos que não foram ativados decorrem de (a) PCLD, em relação aos reembolsos superiores a 10 anos, em respeito ao inc. I, do art. 4.º, da Res. CMN nº 4.842; (b) provisão atuarial, cujo fluxo de contribuições está inferior à provisão contábil, não sendo assim possível constituir o crédito tributário sobre toda a provisão, pois se limita ao fluxo, conforme premissa definida no Estudo Técnico e (c) Ajuste a valor de mercado, em relação às captações junto à Agência Francesa de Desenvolvimento e aos Swaps contratados, visto que os vencimentos das obrigações são superiores a 10 anos.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Passivos Fiscais Diferidos

	31.12	.2024	31.12	.2023	31.12.2024	31.12.2023
Especificação	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	То	tal
	Efeito	no Resultado)			
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	5.060	4.048	-	-	9.108	-
Realização/Reversão	(2.891)	(2.313)	-	-	(5.204)	-
Saldo Final	2.169	1.735	-	-	3.904	-
b) Decorrentes de Créditos Recuperados (1)						
Saldo Inicial	210.977	168.782	170.969	136.776	379.759	307.745
Constituição	7.209	5.767	40.688	32.550	12.976	73.238
Realização/Reversão	(1.081)	(865)	(680)	(544)	(1.946)	(1.224)
Saldo Final	217.105	173.684	210.977	168.782	390.789	379.759
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	6.606	5.284	6.551	5.241	11.890	11.792
Constituição	26.735	21.388	27.168	21.734	48.123	48.902
Realização/Reversão	(27.116)	(21.692)	(27.113)	(21.691)	(48.808)	(48.804)
Saldo Final	6.225	4.980	6.606	5.284	11.205	11.890
d) TVM						
Saldo Inicial	7.937	6.349	9.184	7.347	14.286	16.531
Constituição	1.688	1.350	5.090	4.072	3.038	9.162
Realização/Reversão	(7.457)	(5.965)	(6.337)	(5.070)	(13.422)	(11.407)
Saldo Final	2.168	1.734	7.937	6.349	3.902	14.286
	Efeito no P	atrimônio Líq	Juido			
e) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	849	679	877	701	1.528	1.578
Constituição	-	-	-		-	-
Realização/Reversão	(29)	(23)	(28)	(22)	(52)	(50)
Saldo Final	820	656	849	679	1.476	1.528
f) TVM						
Saldo Inicial	16.181	12.945	13	11	29.126	24
Constituição	270.497	216.398	199.613	159.690	486.895	359.303
Realização/Reversão	(268.910)	(215.128)	(183.445)	(146.756)	(484.038)	(330.201)
Saldo Final (Nota 7.a.3)	17.768	14.215	16.181	12.945	31.983	29.126

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996;

Os valores totais dos Passivos Fiscais Diferidos previstos para baixa, na posição de 31.12.2024, estão a seguir demonstrados:

	IRP	IRPJ		LL	Total		
Exercício	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	
2025	64.818	57.802	51.855	46.241	116.673	104.043	
2026	43.065	34.780	34.452	27.824	77.517	62.604	
2027	27.705	20.071	22.164	16.057	49.869	36.128	
2028	29.102	20.944	23.281	16.756	52.383	37.700	
2029	26.877	19.304	21.501	15.443	48.378	34.747	
2030	20.012	13.325	16.010	10.660	36.022	23.985	
2031	10.381	5.228	8.305	4.182	18.686	9.410	
2032	5.584	2.568	4.467	2.055	10.051	4.623	
2033	3.217	1.351	2.573	1.081	5.790	2.432	
2034	3.397	1.303	2.718	1.042	6.115	2.345	
Acima de 2034	12.097	8.395	9.678	6.716	21.775	15.111	
Total	246.255	185.071	197.004	148.057	443.259	333.128	

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Selic médias, para um período de 5 anos, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2024, sendo replicada a última taxa para os demais anos.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 20 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

- a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente. Contudo, existem três processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável: o primeiro, de R\$ 29.319 que trata de uma ação judicial para cobrança de indenização securitária, o segundo, R\$ 7.534, referente à ação indenizatória, e o terceiro que trata de cobrança judicial em razão de descumprimento de obrigação contratual, no importe de R\$ 146.
- b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

	31.12.2	31.12.2023		
Especificação	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais	8.536.600	36.596	7.370.887	25.052
Provável (Nota 20 f.i)	36.596	36.596	25.052	25.052
Possível	8.500.004	-	7.345.835	-
b.2) Trabalhistas	535.499	405.488	632.951	490.319
Provável (Nota 20 f.ii)	405.488	405.488	490.319	490.319
Possível	130.011	-	142.632	-
b.3) Causas Cíveis	4.186.504	606.697	3.480.048	671.940
Provável (Nota 20 f.iii)	606.697	606.697	671.940	671.940
Possível	3.579.807	-	2.808.108	-
b.4) Outras Contingências (Nota 20 f.iv)	353.521	16.113	276.477	4.052
i) Operações Securitizadas	415	415	819	819
ii) Outras	353.106	15.698	275.658	3.233
Provável	15.698	15.698	3.233	3.233
Possível	337.408	-	272.425	-

- **c)** O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- **d)** A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 06 (seis) ações, originarias de autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas Municipais visando à cobrança de tributos, quatro delas visam desconstituir auto de infração e duas tratam sobre a anulação do débito fiscal. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem R\$ 7.949.683 em 31.12.2024 (R\$ 6.746.540 em 31.12.2023).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo administrativo relacionado ao pedido de pagamento de multa/custos financeiros, para o qual a estimativa de valor perfaz R\$ 287.234 em 31.12.2024 (R\$ 253.009 em 31.12.2023).

Cível

Processo no qual a parte adversa busca ressarcimento de natureza material, com os pedidos de pagamento de indenização e de honorários advocatícios, argumentando possível privação de lucros e danos patrimoniais. A estimativa de valor perfaz R\$ 1.171.603 em 31.12.2024 (R\$ 992.192 em 31.12.2023).

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ação rescisória em que se discute reforma de decisão e com o pedido de pagamento de juros de mora. A estimativa de valor perfaz R\$ 163.124 em 31.12.2024 (R\$ 3.278 em 31.12.2023).

Ação indenizatória que visa pagamento de lucro cessante, pagamento de honorários advocatícios, multa e danos emergentes, alegando suposta ausência de prestação de assistência técnica. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2024, R\$ 148.323, sendo R\$ 137.260 classificado como risco possível e R\$ 11.063 como risco provável (R\$ 125.609 classificado como risco possível, em 31.12.2023).

Ação declaratória cumulada com repetição de indébito que tem como pedidos os pagamentos de repetição de indébito e de multas e honorários advocatícios, baseados em suposta não liberação de recursos. A estimativa de valor perfaz R\$ 134.656 em 31.12.2024 (R\$ 114.036, em 31.12.2023).

e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Demandas Trabalhistas	347.650	236.476
Demandas Fiscais	69.872	57.406
Demandas Cíveis	181.617	330.402
Outras Demandas	336	668
Contragarantia Operações Repasses BID	66.093	56.937
Total	665.568	681.889

Movimentação das Provisões

f) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especifica			31.12.2024	2.2024 31.12.2023						
ção	Saldo inicial	Constitui- ção	Reversão	Pagamento	Saldo Final	Saldo inicial	Constitui- ção	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 20.b.1)	25.052	11.951	(310)	(97)	36.596	27.206	17.091	(16.770)	(2.475)	25.052
ii) Trabalhista s (Nota 20.b.2)	490.319	246.054	(108.273)	(222.612)	405.488	420.180	213.597	(60.038)	(83.420)	490.319
iii) Cíveis (Nota 20.b.3)	671.940	223.131	(85.917)	(202.457)	606.697	383.598	528.994	(105.010)	(135.642)	671.940
iv) Outras (Nota 20.b.4)	4.052	14.142	(2.033)	(48)	16.113	97.858	2.793	(70.543)	(26.056)	4.052
Total	1.191.363	495.278	(196.533)	(425.214)	1.064.894	928.842	762.475	(252.361)	(247.593)	1.191.363

g) Garantias Financeiras Prestadas

g.1) Composição do Saldo e da Provisão de Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	31.12	.2024	31.12.2023		
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	
Setor Público	64.487.907	(3.563.480)	56.517.789	(3.326.756)	
FNE	64.243.822	(3.562.596)	56.352.364	(3.325.937)	
FDNE	176.782	(884)	163.798	(819)	
Proagro	67.303	-	1.627	-	

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g.2) Movimentação das Provisões de Garantias Financeiras Prestadas

31.12.2024						31.12.2023				
Especificação	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
FNE	3.325.937	810.211	(668)	(572.884)	3.562.596	3.089.280	991.403	(209.006)	(545.740)	3.325.937
FDNE	819	65	-	-	884	1.355	138	(674)	-	819
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.326.756	810.276	(668)	(572.884)	3.563.480	3.090.635	991.541	(209.680)	(545.740)	3.326.756
Circulante			1.248.077					1.150.875		
Não Circulante					2.315.403	3			2.175.881	

g.3) Composição dos saldos dos financiamentos do FNE com risco para o Banco e das provisões contabilizadas em "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas" do Banco

Nível de Risco	Saldos em 31.12.2024	Provisão em 31.12.2024 (1)	Saldos em 31.12.2023	Provisão em 31.12.2023 ⁽¹⁾
AA	69.381.945	-	60.000.660	-
Α	39.759.207	(99.466)	34.502.388	(86.313)
В	8.693.407	(45.303)	8.130.325	(53.319)
С	1.686.130	(25.329)	1.502.533	(22.562)
D	970.436	(48.547)	976.887	(48.865)
E	1.029.689	(154.591)	763.179	(114.497)
F	541.225	(135.714)	780.047	(195.120)
G	566.253	(199.071)	681.594	(238.730)
Н	5.702.504	(2.854.575)	5.122.048	(2.566.531)
Total	128.330.796	(3.562.596)	112.459.661	(3.325.937)

⁽¹⁾ Em 31.12.2024, inclui R\$ 5.947 referentes à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R\$ 9.329 em 31.12.2023).

- **g.3.1)** a provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- g.3.2) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- g.3.3) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- g.3.4) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada.

NOTA 21 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 11.648.938 (R\$ 8.772.600 em 31.12.2023), é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificação	31.12	.2024	31.12	.2023
Acionistas	Quantidade das Ações ⁽¹⁾ % do Capital		Quantidade das Ações (1)	% do Capital
União Federal	60.219.687	61,01	47.896.165	55,45
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	30.205.568	30,60	30.205.568	34,97
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,29	6.206.000	7,19
Outros	2.068.494	2,10	2.063.731	2,39
Total	98.699.749	100,00	86.371.464	100,00

⁽¹⁾ Em unidades

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.03.2024, foi aprovado o aumento do capital social em R\$1.424.511, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional no valor de R\$ 1.120.648 e Reserva para Equalização de Dividendos Complementares no valor de R\$ 303.863, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 8.772.600 para R\$ 10.197.111, representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 5 de agosto de 2024 deliberou sobre o aumento do Capital Social do Banco no importe de R\$ 1.451.827, passando de R\$ 10.197.111 para R\$ 11.648.938, correspondente à integralização de 12.328.285 novas ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, emitidas conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 07.05.2024. Esse aumento de Capital foi devidamente homologado pelo Banco Central.

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.102 (R\$ 13.167 em 31.12.2023) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 4.872, de 27.11.2020. No exercício de 2024, houve transferência de R\$ 65 (R\$ 60 no exercício de 2023) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado.

c) Dividendo do 1º semestre de 2024

Conforme Estatuto do Banco "Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei."

Por meio de reunião realizada em 09.08.2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de Dividendos sobre o resultado apurado no 1º semestre de 2024, e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 243.041. O pagamento iniciou-se em 02.09.2024.

d) Dividendo do 2º semestre de 2024

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração a distribuição de Dividendos e pagamento sob a forma de JCP, no valor bruto de R\$ 314.980 (líquido de IR: R\$ 314.119), correspondente a 25,07% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, apurado no 2º semestre.

No exercício de 2024, a distribuição de Dividendos sob a forma de JCP totaliza R\$ 558.021 (R\$ 499.914 em 2023), que representa R\$ 25,07% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 251.109 (R\$ 224.961 em 31.12.2023).

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP

Especificação	01.01. a	01.01. a
Especificação	31.12.2024	31.12.2023
1. Lucro Líquido do Exercício	2.342.566	2.098.299
2. Reserva Legal Constituída	(117.128)	(104.915)
3. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	65	60
4. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	2.225.503	1.993.444
5. Dividendos sob a forma de JCP, no Exercício (Vr. Bruto)	558.021	499.914
6. Dividendos sob a forma de JCP, no Exercício (Vr. Líquido)	556.405	498.363
7. Dividendos sob a forma de JCP referentes ao 1º semestre de 2024 (JCP antecipados e atualizados		
do exercício de 2023) (Vr. Bruto)	(243.041)	(227.404)
8. Valor Complementar do JCP do Exercício de 2023	-	272.510
9. JCP Propostos no 2º semestre de 2024 (Vr. Bruto)	314.980	-
10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre de 2024	(861)	-
11. JCP Propostos no 2º semestre de 2024 (Vr. Líquido imputado ao Dividendo)	314.119	-
12. JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP		
(item 6/ item 4) 1º sem: R\$ 2,8051634915 e 2º sem: R\$ 3,1825702628 por ação (Em 31.12.2023 R\$		
5,7699934109 por ação)	25,00%	25,00%
13. JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 5/item 4) (1° sem: R\$		
2,8139060242 e 2º sem R\$ 3,1912903051 por ação) (Em 31.12.2023 R\$ 5,7879528991 por ação)	25,07%	25,08%

f) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no Exercício de 2024: R\$ 117.128 (R\$ 104.915 no exercício de 2023).

g) Reservas Estatutárias

Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no Exercício de 2024: R\$ 1.250.611 (R\$ 1.120.148 no exercício de 2023);

Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no Exercício de 2024: R\$ 416.871 (R\$ 373.383 no exercício de 2023).

NOTA 22 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.967.940	3.738.767	3.104.878
Administração de Fundos de Investimentos	66.058	121.984	98.848
Administração de Fundos e Programas	1.450.415	2.775.978	2.273.675
Prestação de Serviços	451.467	840.805	732.355
b) Rendas de Tarifas Bancárias	61.154	122.426	122.584
c) Despesas de Pessoal	(1.521.882)	(2.916.922)	(2.687.828)
Proventos	(874.603)	(1.680.119)	(1.549.484)
Encargos Sociais	(323.710)	(614.564)	(557.029)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(88.583)	(172.243)	(172.443)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(93.723)	(187.448)	(181.711)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(9.370)	(18.745)	(16.836)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de			
Estagiário	(131.893)	(243.803)	(210.325)
d) Outras Despesas Administrativas	(1.243.574)	(2.369.026)	(1.996.761)
Processamento de Dados	(238.151)	(458.394)	(369.265)
Propaganda e Publicidade	(28.166)	(53.892)	(32.152)
Serviços de Terceiros (1)	(602.338)	(1.198.733)	(1.028.229)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(49.079)	(99.105)	(96.756)
Viagens	(13.639)	(26.068)	(21.955)
Comunicações	(6.846)	(14.271)	(15.127)
Depreciação e Amortização	(16.649)	(31.329)	(20.733)
Manutenção e Conservação de Bens	(32.389)	(62.650)	(60.033)
Vigilância, Segurança e Transporte	(58.044)	(119.139)	(109.505)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(19.027)	(28.576)	(14.521)
Serviços do Sistema Financeiro	(23.337)	(47.596)	(51.225)

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Total	440.239	725.802	31.661
Outros Valores	(14.869)	(79.960)	(46.920)
Atualização Monetária do IECP	-	(857)	(3.611)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(85.566)	(172.015)	(149.297)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9°-A	(48.359)	(101.089)	(116.549)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)	-	-	(32.658)
Encargos de Operações de Crédito	(1.217)	(3.435)	(4.634)
Descontos Concedidos em Renegociações	(16.268)	(20.864)	(11.273)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	-	(134)	(4.119)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(28.141)	(28.284)	(85.131)
Variação Cambial (Operação de Câmbio)	(5.927)	(11.755)	(1.119)
j) Outras Despesas Operacionais	(200.347)	(418.393)	(455.311)
i) Provisão para Contingências Passivas	(169.019)	(299.172)	(511.378)
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(271.999)	(809.608)	(781.861)
Outros Valores	31.366	68.591	69.652
Ajuste a Valor Justo de Item Objeto de Hedge	76.482	114.534	59.112
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	37.194	49.737	28.360
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	52.875	329.732	224.008
Variação Cambial	-	-	12
Correção Monetária	288	288	94
Juros e Comissões	905	905	83
Reversão de Provisões Operacionais	2.353	4.916	9.455
Recuperação de Encargos e Despesas	7.476	26.835	16.420
Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	592	592	3.505
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	38.986	39.026	172.331
Del Credere de Fundos Administrados	5.743	10.993	9.151
g) Outras Receitas Operacionais	254.260	646.149	592.183
f) FNE Del Credere	1.868.688	3.621.784	3.173.813
Outros Valores	(1.206)	(2.334)	(2.187)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(31.064)	(58.656)	(52.732)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(272.712)	(529.213)	(473.739)
e) Despesas Tributárias	(304.982)	(590.203)	(528.658)
Fundeci	(30.000)	(30.000)	(30.000)
Outros Valores	(57.918)	(73.643)	(43.674)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.993)	(6.453)	(7.223)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.727)	(4.135)	(3.481)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(24.195)	(45.463)	(36.277
Seguros	(3.932)	(7.962)	(6.699
Serviços Técnicos Especializados	(35.144)	(61.617)	(49.906)

⁽¹⁾ Contém despesas no exercício de 2024, no valor de R\$ 553.853 (R\$ 494.364 no exercício de 2023) para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural.

NOTA 23 - Remuneração a Funcionários e Administradores

a) Empregados

Remuneração Bruta (Mensal)	31.12.2024	31.12.2023
Máxima	67.377,01	64.389,34
Mínima	2.654,77	2.536,95
Média	16.865,09	16.395,77

Outras Informações	31.12.2024	31.12.2023
Quantidade de empregados	7.104	6.682
Benefícios – média de valores	5.922,17	5.581,97

b) Administradores

Remuneração Diretoria Executiva (Mensal)	31.12.2024	31.12.2023
Máxima	91.247,64	82.254,36
Mínima	62.985,69	43.995,55
Média	70.988,78	63.232,79

c) Conselhos

Remuneração média dos Conselhos (Mensal)	31.12.2024	31.12.2023
Conselho de Administração	4.985,27	4.930,42
Conselho Fiscal	6.291,16	4.930,42

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores constantes das tabelas "a", "b" e "c" estão expressos em Reais

d) Participação nos Lucros

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 248.496 (R\$ 124.978 no exercício de 2023), composta pelo equivalente a 10,61% do lucro líquido do exercício (5,96% no exercício de 2023).

A despesa de PLR, do exercício, totaliza R\$ 250.604 (R\$ 126.819 no exercício de 2023), sendo R\$ 248.496 (R\$ 124.978 no exercício de 2023) referente aos Empregados e R\$ 2.108 (R\$ 1.841 no exercício de 2023) aos Administradores.

NOTA 24 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN n° 4.877, de 23.12.2020, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.4) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.5) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificarem questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2024, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica (plano Natural) e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2024, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2023, 1:1).

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Fanasifiasaãa	31.12.2024				Egnacificação 31.				31.12	.2023	
Especificação	BD	CVI	Natural	Seguro	BD	CVI	Natural	Seguro			
Ativos	998	5.728	5.845	4.581	1.007	5.532	5.851	4.595			
Assistidos	5.023	503	5.247	3.397	5.084	485	5.283	3.468			
Total	6.021	6.231	11.092	7.978	6.091	6.017	11.134	8.063			

f) Premissas utilizadas

Fonosificação		31.	12.2024			31.12.2023				
Especificação	BD	CVI	Natural	Seguro	BD	CVI	Natural	Seguro		
Premissas Biométricas (1)										
Tábuas de Mortalidade (2)	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014		
Tábuas de Mortalidade	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000		
Inválidos (3)	Disabled	Disabled	Disabled	Disabled	Disabled	Disabled	Disabled	Dis		
Tábua de Entrada em	Light		Light		Light		Light			
Invalidez (4)	Forte	Muller	Forte	Muller	Forte	Muller	Forte	Muller		
Premissas Financeiras (%)										
Taxa real de desconto (5)	7,62	7,44	7,44	7,44	5,34	5,49	5,49	5,47		
Taxa de inflação anual (6)	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00		
Premissas Econômicas (%)										
		PCR e				PCR e				
		hipótese				hipótese				
Crescimento salarial (7)		s de				s de				
Crescimento salariai V		progress				progress				
		o de				o de				
	4,03	função	4,03	4,03	4,03	função	4,03	4,03		
Accessore and discuss because (8)				Ativos: 4,03				Ativos: 4,03		
Aumento médio dos benefícios (8)	3,00	3,00	2,00	Aposentados: 3,00	3,00	3,00	2,00	Aposentados : 3,00		
Fator capacidade	98,66	98,66	,	98,66	98,66	98,66	· -	98,66		
Evolução dos custos médicos	-									
em decorrência do										
envelhecimento (Aging Factor)	N/A	N/A	3,46	N/A	N/A	N/A	3,67	N/A		
Método Atuarial	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC		

⁽¹⁾ As premissas biométricas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais; (2) BD e Natural: RP 2000 - Proj. 2023 (Escala AA) segmentada por sexo, desagravada em 20% e CV I e Seguro: RP 2014 Proj. 2023

⁽Escala MP-2021) segmentada por sexo;

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Valores Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

		31.12.2024		31.12.2023
PLANO BD	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(5.003.866)	4.118.836	(885.030)	(852.727)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(412.431)	338.614	(73.817)	(81.055)
1 - Custo do Serviço Corrente	(6.823)	-	(6.823)	(5.292)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	60	60	48
3 - Receita ou Despesa de Juros	(405.608)	338.554	(67.054)	(75.811)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	810.131	(501.106)	309.025	(44.813)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	810.131	(501.106)	309.025	(44.813)
4.1 - Alteração de premissas biométricas - tábuas	-	•	•	(2.149)
4.2 - Alterações de premissas financeiras – taxa	806.265		806.265	(335.985)
de desconto	000.203	-	000.203	(333.963)
4.3 - Experiência do plano (1)	3.866	(501.106)	(497.240)	293.321
Outros (5+6+7)	461.131	(361.358)	99.773	93.565
5 - Benefícios Pagos	560.924	(560.924)	•	•
6 - Contribuições da Patrocinadora (2)	-	99.773	99.773	93.565
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(99.793)	99.793	•	ı
Valor Final do Período	(4.145.035)	3.594.986	(550.049)	(885.030)
Relativa aos participantes assistidos	(3.638.813)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(506.222)	-		-
Circulante	-	-	(102.405)	(89.179)
Não circulante	-	-	(447.644)	(795.851)

Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); e

⁽³⁾ Segmentada por sexo;

⁽⁴⁾ Light Forte desagravada em 96% e Muller suavizada em 82%;

⁽⁵⁾ Taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877. Para o plano BD é utilizado o método de interpolação;

⁽⁶⁾ A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano;

plano; (7) Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições). Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e de funcões do Banco.

⁽⁸⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR); e no caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

⁽²⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31	1.12.2024		31.12.2023
Plano CV I	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Efeito do teto do Ativo	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(63.872)	136.642	(72.770)	•	-
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(6.005)	14.014	(6.297)	1.712	1.352
1 - Custo do Serviço Corrente	(383)	-	•	(383)	(396)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	2.095	•	2.095	1.748
3 - Receita ou Despesa de Juros	(5.622)	11.919	(6.297)	-	-
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	15.039	(15.778)	(3.059)	(3.798)	(3.092)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	15.039	(15.778)	(3.059)	(3.798)	(3.092)
4.1 - Alterações de premissas biométricas - tábuas	-	-	-	-	(4.985)
4.2 - Alterações de premissas financeiras – taxa de desconto	17.636	-	-	17.636	(6.708)
4.3 - Experiência do plano (1)	(2.597)	(15.778)	(3.059)	(21.434)	8.601
Outros (5+6+7)	(2.644)	4.730	•	2.086	1.740
5 - Benefícios Pagos	1.987	(1.987)	ı	•	-
6 - Contribuições da Patrocinadora	ı	2.086	ı	2.086	1.740
7 - Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	(4.631)	4.631	-	•	-
Valor Final do Período	(57.482)	139.608	(82.126)	-	-
Relativa aos participantes assistidos	(50.196)	-	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(7.286)	-	-	-	-

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); para o efeito do teto do Ativo: efeito na restrição do Ativo.

		31.12.2024		31.12.2023
Plano Natural	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(2.068.575)	236.391	(1.832.184)	(1.654.768)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(209.045)	21.500	(187.545)	(181.759)
1 - Custo do Serviço Corrente	(30.057)	-	(30.057)	(31.102)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	1.121	1.121	1.261
3 - Receita ou Despesa de Juros	(178.988)	20.379	(158.609)	(151.918)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	293.382	66.968	360.350	(81.499)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	293.382	66.968	360.350	(81.499)
4.1 - Alterações de premissas biométricas – tábuas	-	-	-	195.427
4.2 - Alterações de premissas financeiras - taxa de desconto	(520.865)	-	(520.865)	(308.116)
4.3 - Experiência do plano (1)	814.247	66.968	881.215	31.190
Outros (5+6+7+8+9)	152.607	(60.683)	91.924	85.842
5 - Benefícios Pagos (2)	171.673	(171.673)	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora (3)	-	97.759	97.759	91.422
7 - Devolução das Contribuições da Patrocinadora	-	(5.835)	(5.835)	(5.580)
8 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(34.966)	34.966	-	-
9 - Despesas Administrativas	15.900	(15.900)	-	-
Valor Final do Período	(1.831.631)	264.176	(1.567.455)	(1.832.184)
Relativa aos participantes assistidos	(1.302.797)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(528.834)	-	-	-
Circulante	-	-	(74.408)	(80.399)
Não circulante	-	-	(1.493.047)	(1.751.785)

Para o valor presente da obrigação: inclusive a alteração do HCCTR para 2%; para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo);

⁽²⁾ Líquidos das coparticipações pagas pelos participantes; e

⁽³⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31.12.2024		31.12.2023
Seguro de vida	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(245.141)	-	(245.141)	(223.916)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(22.997)	4.243	(18.754)	(16.843)
1 - Custo do Serviço Corrente	(1.826)	-	(1.826)	(1.313)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	•	4.243	4.243	4.948
3 - Receita ou Despesa de Juros	(21.171)	-	(21.171)	(20.478)
Valores Projetados para Reconhecimento no				
Patrimônio Líquido	53.465	-	53.465	(11.980)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	53.465	-	53.465	(11.980)
4.1 - Alterações de premissas biométricas – tábuas	•	-	-	(7.829)
4.2 - Alterações de premissas financeiras - taxa de				
desconto	44.034	-	44.034	(19.241)
4.3 - Experiência do plano	9.431	-	9.431	15.090
Outros (5+6+7)	10.699	(4.243)	6.456	7.598
5 - Benefícios Pagos	14.427	(14.427)	-	•
6 - Contribuições da Patrocinadora	-	6.456	6.456	7.598
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(3.728)	3.728	-	-
Valor Final do Período	(203.974)	-	(203.974)	(245.141)
Relativa aos participantes assistidos	(165.618)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(66.539)	-	-	-
Subsídio cruzado	28.183	-		-
Circulante			(6.215)	(6.719)
Não circulante		-	(197.759)	(238.422)

g.1) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 31.12.2024			01.01 a 31.12.2023				
	BD	CVI	Natural	Seguro	BD	CVI	Natural	Seguro
Custo do Serviço Corrente Líquido	(6.763)	1.712	(28.936)	2.417	(5.244)	1.352	(29.841)	3.635
2. Juros Líquidos	(67.054)	-	(158.609)	(21.171)	(75.811)	-	(151.918)	(20.478)
3. Valores Reconhecidos no Resultado (1+2) (1)	(73.817)	1.712	(187.545)	(18.754)	(81.055)	1.352	(181.759)	(16.843)
4. Despesas Administrativas	(2.968)	-	-	-	(5.760)	-	-	-
5. Contribuições Parte CD	1	(95.850)	-	-	-	(85.898)	-	-
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco		392	97	9		270	48	7
8. Valor apropriado em Despesas	(76.785)	(95.458)	(187.448)	(18.745)	(86.815)	(85.628)	(181.711)	(16.836)

⁽¹⁾ Para CV I: Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

g.2) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

P		31.12.2024			31.12.2023			
Especificação	BD	CVI	Natural	Seguro	BD	CVI	Natural	Seguro
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio								
Líquido	309.025	(3.798)	360.350	53.465	(44.813)	(3.092)	(81.499)	(11.980)
Diferença de projeção das								
contribuições (1)	-	-	-	(4)	8	(1.957)	-	(28)
Valores Reconhecidos no								
Patrimônio Líquido	309.025	(3.798)	360.350	53.461	(44.805)	(5.049)	(81.499)	(12.008)

⁽¹⁾ Decorrente das projeções das contribuições patronais do mês de dezembro/24 e dezembro/23.

h) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. As metas dos planos a serem alcançadas em seus investimentos são representadas por:

Plano	BD	CVI
Meta	INPC + 5,25% a.a	IPCA + 5,00% a.a

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade dos planos, bem como, proposta de alocação definida nas referidas políticas de investimentos dos planos. A proposta de alocação de recursos para os Planos BD e CV I é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do Plano Natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Carteira de Investimento (% de		31.12.2024			31.12.2023	
alocação)	BD	CVI	Natural	BD	CVI	Natural
Renda Fixa	90,72	87,83	85,92	91,32	88,44	88,35
Renda Variável	0,77	0,07	12,47	0,72	1,96	9,85
Imobiliários	4,87	-	1,61	0,76	-	1,80
Investimentos no Exterior	-	0,43	-	5,28	-	-
Operações com Participantes	2,48	7,05	-	1,92	5,43	-
Instrumentos Estruturados	1,16	4,62		-	4,17	-

i) Análise de Sensibilidade do Valor Presente da Obrigação

Faraitiana		Valor Presente da	a Obrigação	
Especificação	çao BD CVI		Natural	Seguro
Taxa de desconto				
Acréscimo de 1,00%	(252.088)	(7.677)	(165.786)	(30.044)
Decréscimo de 1,00%	305.160	9.421	263.781	38.365
Tábua de Mortalidade				
Agravamento (-10%)	(180.262)	(1.447)	(43.569)	13.339
Desagravamento (+10%)	154.109	1.531	106.654	(14.184)
Inflação Médica				
Acréscimo de 1,00%	-	-	304.144	-
Decréscimo de 1,00%	-	-	(201.444)	-

j) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

j.1) Contribuições Esperadas para o próximo exercício

Especificação	Plano BD (1)	Plano CV I (2)	Natural (3)	Seguro
Contribuições da Patrocinadora	98.132	1.877	92.177	6.215
2. Contribuições dos Participantes Ativos	17	1.824	1.155	4.370
3. Contribuições dos Participantes Assistidos	98.116	-	33.716	3.840

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo;

j.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	BD	CVI	Natural	Seguro
1. Até 1 ano	(481.467)	3.028	104.311	5.630
2. Acima de 1 ano até 2 anos	(462.257)	2.915	109.001	6.710
3. Acima de 2 anos até 3 anos	(443.612)	2.811	113.685	7.719
4. Acima de 3 anos até 4 anos	(426.687)	2.716	118.676	8.686
5. Acima de 4 anos e até 10 anos	(2.160.406)	14.622	793.190	72.217
Duration	6.90	13.15	14.92	18.31

k) Estimativa de Despesas para o exercício de 2025

Especificação	BD	CVI	Natural	Seguro
Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.356)	1.418	(16.464)	2.851
2. Juros Líquidos	(54.356)	-	(162.178)	(21.655)
Valores a Reconhecer no Resultado	(57.712)	1.418	(178,642)	(18.804)

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 25 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Nesse contexto, a gestão de riscos no Banco tem por fundamento a sua Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, documentos aprovados pelo Conselho de Administração e cuja construção considera o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital do Banco. Na RAS, são definidos os riscos relevantes em função do impacto potencial no alcance dos objetivos estratégicos do Banco. Na Política Corporativa estão consolidadas as orientações e diretrizes a serem adotadas na gestão continua e integrada desses riscos

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas do Banco.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual

A atuação dessa estrutura é pautada na política de integridade e ética do Banco e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais do Banco. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Por fim, conclui-se, com razoável segurança, que a estrutura implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e com o dimensionamento adequado da exposição a riscos do Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal https://bnb.gov.br/.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de uma meta interna de Capital situada acima dos requerimentos mínimos regulatórios, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR) e do Adicional de Capital Principal (ACP). Essa meta é revisada anualmente na elaboração do planejamento de capital.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557. Nesse sentido, com o intuito de aumentar a aderência do Plano de Capital ao planejamento empresarial, optou-se por, desde a versão elaborada em 2018, estender o seu horizonte para cinco anos, ultrapassando em dois anos o mínimo definido na citada Resolução.

No plano elaborado para o período de 2025 a 2029, aprovado em dezembro de 2024, não se vislumbraram indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional — incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégico, reputacional, de capital, de conformidade, socioambiental, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: https://www.bnb.gov.br/web/guest/relatorios-de-gestao-de-riscos e não fazem parte destas Demonstrações Financeiras Individuais.

b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de: perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do saldo de exposições ao risco de crédito por atividade:

Fanacifiacaão	Expos	ição
Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	319.477	328.957
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	17.728.164	15.658.661
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	1.050.346	571.254
Alojamento e Alimentação	1.652.710	1.349.423
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	363.039	304.977
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.985.959	1.124.150
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	1.042.799	1.025.879
Atividades Imobiliárias	994.282	858.316
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	415.360	331.035
Comércio: Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	12.341.269	10.922.287
Construção	2.188.062	1.781.281
Educação	599.004	499.904
Eletricidade e Gás	26.322.713	22.981.320
Indústrias de Transformação	7.491.754	6.703.089
Indústrias Extrativas	255.203	191.191
Informação e Comunicação	675.067	393.925
Organismo Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	239	199
Outras Atividades de Serviços	765.015	397.129
Saúde Humana e Serviços Sociais	1.377.729	1.222.462
Serviços Domésticos	26.086	25.206
Transporte, Armazenagem e Correio	3.979.350	3.045.636
Total	81.573.627	69.716.281

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências, ou ainda, por decisão do comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 7.676.974 (R\$ 6.182.914 em 31.12.2023). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 11.905.371 (R\$ 8.279.854 em 31.12.2023).

c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, bem como pela possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A área de gestão de riscos utiliza modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar a capacidade do Banco honrar seus compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez à administração do Banco por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

	Especificação	31.12.2024(%)	31.12.2023(%)
	Na data-base	935,12	589,31
Índice de Liquidez	Média dos últimos 12 meses	960,25	830,31
maice de Liquidez	Máximo dos últimos 12 meses	1184,87	973,55
	Mínimo dos últimos 12 meses	594,69	516,25

d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) Value at Risk (VaR) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- b) Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔΕVE) da carteira bancária;
- c) Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- d) Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- e) Relatório de exposição cambial;
- f) Análise de sensibilidade;
- g) Testes de estresse;
- h) Testes de aderência (backtesting); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Riscos da Carteira de Negociação

- O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:
- i) títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação, conforme definido na Resolução BCB nº 111, de 06.07.2021;
- ii) operações destinadas à proteção *(hedge)* contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação;	• > 3% do PR nível I	Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis
 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔΕVΕ) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 	• > 6% do PR nível I	pela exposição; Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de
 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔΝΙΙ) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 	• > 6% do PR nível I	Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.
3% (três por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.	• > 2% do PR nível I	

Em 31.12.2024, a Carteira de Negociação do Banco tem exposições relativas à variação de preços de ações e à variação de taxa de cupom de índice de preço, apresentando uma exposição marcada a mercado no valor de R\$ 721.867 (R\$ 494.910 em 31.12.2023) e risco da carteira de R\$ 42.919 (R\$ 16.603 em 31.12.2023).

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- a) \(\Delta \text{VE} \) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- b) ΔNII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na posição de 31.12.2024, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado de R\$ 22.020.801 (R\$ 23.610.848 em 31.12.2023), apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 287.761 (R\$ 471.338 em 31.12.2023) e R\$ 646.192 (R\$ 463.673 em 31.12.2023), respectivamente.

Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

- a) estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (holding period) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
- estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 121, de 03.06.2022, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/	Risco de variação em:	Cenário (Variação de	-	Cenário 2 (Variação de 50%)	
Fator de Risco	raose de variação em	Perda	% PL	Perda	% PL
Carteira de Negociação					
Ações	Taxas de juros prefixadas em reais	3.718	0,03	-	0,00
IPCA	Taxas de cupom de IPCA	23.370	0,17	(26.492)	0,19
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	10.994	0,08	(2.077)	0,01
Carteira Bancária					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(47.282)	0,34	(83.077)	0,60
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(6.404)	0,05	(13.387)	0,10
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(30.521)	0,22	(61.042)	0,44
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	(37.244)	0,27	(58.022)	0,42
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	(10.779)	0,08	(22.893)	0,16
TLP	Taxas de cupom de TLP	(2.609)	0,02	(5.278)	0,04
TR	Taxas de cupom de TR	(156.331)	1,12	(337.274)	2,42

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a mercado a partir de taxas coletadas na B3. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaramse variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cená (Variação	
Operação Risco	1 manceno	Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda	
Derivativos para Hedge Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Dólar x DI	1.304.210	1.305.911	(1.701)	1.312.330	(8.120)	
	Passivo em ME	(1.277.582)	(1.290.759)	13.177	(1.304.210)	26.628	
		Exposição Líquida	26.628	15.152	11.475	8.120	18.508

Natureza da Tipo de Operação Risco	•	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)			nário 3 ão de 50%)
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda	
	Variação da	Swap Euro x IPCA	695.224	569.493	125.732	473.854	221.371
Derivativos para Hedge	vativos para taxa Hedge referencial	Passivo em ME	(619.346)	(535.826)	(83.520)	(469.522)	(149.824)
B3 S.A	Exposição Líquida	75.878	33.666	42.212	4.332	71.546	

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicandose choques de 25% e 50% no cupom cambial utilizado no cenário 1.

e) Risco Operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo CMN, seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios do Banco, tendo como referência maior as normas do Bacen. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de identificação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação de riscos e a metodologia de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment* (RCSA), a qual permite mensurar os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como desenvolver a Matriz de Riscos dos processos.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial comprada, no montante de R\$ 44.334 (R\$ 6.109 em 31.12.2023 – posição vendida) conforme a seguir:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023	Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	2.033	2.989	Relações Interdependências	35.886	44.672
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.667	70.484	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	30.510	30.835
Operações de Crédito	249.107	256.800	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.247.368	1.636.541
Outros Créditos	594.046	435.390	Outras Obrigações	513.189	437.415
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exceto Derivativos	871.853	765.663	Total de Passivos em		
Operações de <i>Swap</i>	1.999.434	1.377.691	Moedas Estrangeiras	2.826.953	2.149.463
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.871.287	2.143.354	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.826.953	2.149.463

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

g) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política Corporativa de Gestão de Riscos apresenta as seguintes definições para os riscos social, ambiental e climático (RSAC):

- risco social é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- risco ambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais:
- risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e
- risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

As diretrizes específicas para a gestão dos RSAC envolvem, principalmente, observância à legislação e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco (PRSAC).

h) Limites Operacionais - Acordo de Basileia

Em 31.12.2024, o Banco apresentou os índices de capital regulatório, bem como os ativos ponderados e respectivas margens conforme tabela "i" a seguir. Não se registrou, no período avaliado, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência (PR)	15.704.975	12.502.412
Nível I	14.563.673	11.132.849
Capital Principal	13.773.184	10.342.360
Capital Complementar	790.489	790.489
Nível II	1.141.302	1.369.563
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	109.509.705	97.698.874
Parcela RWACPAD	90.321.500	81.195.837
Parcela RWACAM	170.251	35.947
Parcela RWAJUR	506.734	86.961
Parcela RWACOM	1.239	2.895
Parcela RWAACS	29.747	100.215
Parcela RWACVA	268.845	68.415
Parcela RWADRC	12.297	-
Parcela RWAOPAD	18.199.092	16.208.604
Margem sobre o PR Requerido	6.944.199	4.686.502
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	768.361	524.743
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	6.175.838	4.161.759
Margem sobre o PR Nível I Requerido	7.993.090	5.270.917
Margem sobre o Capital Principal Requerido	8.845.247	5.945.911
Adicional de Capital Requerido - ACP (2,5%)	2.737.743	2.442.472
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	4.206.456	2.244.030
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	12,58%	10,59%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	13,30%	11,40%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	14,34%	12,80%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	13,18%	11,99%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito;
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial:
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros;
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias;
- RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações;
- RWACVA: parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte;
- RWADRC: parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação;
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional; e
- IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Detalhamento do PR - (Basileia III)

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência (PR)	15.704.975	12.502.412
Patrimônio de Referência Nível I	14.563.673	11.132.849
Capital Principal	13.773.184	10.342.360
Capital Social	11.648.938	8.772.600
Reservas de Lucros	3.193.949	2.833.850
Reservas de Reavaliação	13.102	13.167
Sobras ou Lucros Acumulados	3.117	13.079
Outros Resultados Abrangentes	(904.716)	(911.026)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal	-	166.667
Ajustes Prudenciais	(181.206)	(545.977)
Ativos Intangíveis	(177.195)	(72.742)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	-	(463.434)
Diferença a Menor – Ajustes Resolução CMN nº 4.277, de 31.10.2013	(4.011)	(9.801)
Capital Complementar	790.489	790.489
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489	790.489
Patrimônio de Referência Nível II	1.141.302	1.369.563
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.141.302	1.369.563

O saldo remanescente de R\$ 166.667 do Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, que integrava o Patrimônio de Referência na posição de 31.12.2023, teve sua recompra efetivada em março de 2024 e deixou de compor o Patrimônio de Referência.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R\$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar. Essas letras atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022 que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil. No período, não houve nova recompra, permanecendo o mesmo valor de R\$ 10.551 apresentado em 31.12.2023.

As Letras Financeiras Subordinadas, citadas anteriormente, têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Art. 31 da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, estão sendo excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. O CMN determinou, em sua Resolução 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
PR Nível I	14.563.673	11.132.849
Exposição Total	143.987.464	132.405.191
Razão de Alavancagem (%)	10,11	8,41

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN n° 4.957, de 21.10.2021, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	15.704.975	12.502.412
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	7.852.487	6.251.206
Situação	326.655	314.877
Margem	7.525.832	5.936.329
Índice de imobilização	2,08%	2,52%

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 26 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

a.1) Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2024					
Especificação	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração (2)	Outras partes relacionadas	Total		
Ativos						
Carteira de Crédito	-	188	2.475	2.663		
Passivos						
Depósitos a Vista	2.326	39	82	2.447		
Depósitos de Poupança	-	6	12	18		
Depósitos a Prazo	-	1.039	1.727	2.766		
Obrigações por Repasses do País (Nota 15.b)	709.766	-	-	709.766		
Outros Instrumentos Financeiros (Nota 16.a) (3)	19.189.040			19.189.040		
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de						
Vida)	-	-	2.321.478	2.321.478		

	31.12.2023					
Especificação	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração (2)	Outras partes relacionadas	Total		
Ativos						
Carteira de Crédito	-	223	3.026	3.249		
Passivos						
Depósitos a Vista	938	17	105	1.060		
Depósitos de Poupança	-	5	12	17		
Depósitos a Prazo	-	2.144	1.646	3.790		
Obrigações por Repasses do País (Nota 15.b)	648.871	-	-	648.871		
Outros Instrumentos Financeiros (Nota 16.a) (3)	20.426.844	-	-	20.426.844		
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de						
Vida)	-	-	2.962.355	2.962.355		

⁽¹⁾ Tesouro Nacional, BNDES e Fundos e Programas (Finame, Fungetur, FNE, FDNE, FMM, PNCF);

⁽²⁾ Conselho de Administração e Diretoria Executiva; e

⁽³⁾ Exceto saldo de Letras Financeiras (Nota 16.e.2).

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
Honorários	2.463	4.698	4.309
Diretoria	2.234	4.191	3.819
Conselho de Administração	137	314	296
Conselho Fiscal	92	193	194
Outros	1.222	2.258	3.054
Remuneração Variável (RVA) (1)	1.092	2.032	1.840
RVA Baseada em Ações	546	1.016	920
PLR Convertida em Pecúnia	546	1.016	920
Total dos Benefícios de Curto Prazo	4.777	8.988	9.203
Benefícios Pós-Emprego	129	202	218
Total	4.906	9.190	9.421

^{(1) 50%} da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN n° 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

NOTA 27 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	2º sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
(A) Resultado Recorrente	1.337.002	2.221.404	2.074.366
(B) Resultado Não Recorrente	(14.555)	121.162	23.933
Renegociação de operações do FNE - Lei 14.554/2023 (1)	(18.511)	167.658	15.248
Regularização de operações Pessoa Física - Programa Desenrola Brasil (2)	-	45.880	32.094
Regularização de operações MPEs - Programa Desenrola			
Pequenos Negócios (3)	-	30.131	-
Efeitos fiscais e PLR sobre itens extraordinários (4)	3.956	(122.507)	(23.409)
(C) = Lucro Líquido (A)+(B)	1.322.447	2.342.566	2.098.299

⁽f) Impacto no resultado das renegociações com base na Lei nº 14.554, de 20 de abril de 2023, que amplia prazo para renegociação extraordinária de

NOTA 28 - Impactos Contábeis Estimados da Implementação das Resoluções CMN nº 4.966 e BCB

Conforme estabelecido no Art. 78 da Resolução CMN nº 4.966, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida pela referida Resolução sobre o seu resultado e a sua posição financeira. Os impactos estimados pelo Banco estão demonstrados nos quadros e textos a seguir.

débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

(2) Impacto no resultado das regularizações de dívidas com base no Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil (Lei nº 14.690, de 03 de outubro de 2023)

⁽³⁾ Impacto no resultado das regularizações de dívidas com base no Programa Desenrola Pequenos Negócios, instituído pela Medida Provisória nº 1.213, de 22 de abril de 2024

⁽⁴⁾ Valor calculado sobre os itens 1 a 3 do Resultado Não Recorrente

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro	Saldo em 31.12.2024	Efeito Estimado	Saldo em 01.01.2025	
Ativos Financeiros	63.330.893	187.953	63.518.846	
Títulos Valores Mobiliários	42.833.243	32.254	42.865.497	
Operações de Crédito	16.637.881	(15.666)	16.622.215	
Outros Créditos	628.263	4.164	632.427	
Ativos Fiscais Diferidos	3.231.506	167.201	3.398.707	
Passivos Financeiros	5.156.153	372.752	5.528.905	
Garantias Financeiras	3.563.480	134.026	3.697.506	
FNE	3.562.596	131.062	3.693.658	
FDNE	884	2.964	3.848	
Outras Provisões	-	220.996	220.996	
Compromisso de Crédito	-	5.083	5.083	
Créditos a Liberar	-	215.913	215.913	
Outras Obrigações/ Fiscais e Previdenciárias	1.592.673	17.730	1.610.403	
Total do Efeitos Estimado no Patrimônio Líquido	-	(184.799)	-	

b) Perdas dos Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro	Saldo em 31.12.2024	Efeito Estimado	Saldo em 01.01.2025	
Ativos Financeiros	625.156	(20.063)	605.093	
Títulos Valores Mobiliários	36.598	(32.254)	4.344	
Perda Permanente	36.598	(36.598)	-	
Provisão para Perdas Esperadas	-	4.344	4.344	
Operações de Crédito	571.265	16.355	587.620	
Outros Créditos	17.293	(4.164)	13.129	
Passivos Financeiros	3.563.480	355.022	3.918.502	
Garantias Financeiras	3.563.480	134.026	3.697.506	
FNE	3.562.596	131.062	3.693.658	
FDNE	884	2.964	3.848	
Outras Provisões	-	220.996	220.996	
Compromisso de Crédito	-	5.083	5.083	
Créditos a Liberar	-	215.913	215.913	
Total	4.188.636	334.959	4.523.595	

c) Ativo Problemático e Stop Accrual

Considerando que a Resolução CMN nº 4.966 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou quando houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, o Banco estimou impacto negativo de R\$ 13.309.

Ademais, tendo em vista que a Resolução CMN nº 4.966 modificou o prazo de stop accrual estipulado pela Resolução CMN nº 2.682 (60 dias de atraso no pagamento de principal e encargos) para 90 dias, o Banco estimou impacto positivo de R\$ 689, referente a créditos inadimplidos mas não caracterizados como ativos problemáticos.

d)Tributos Correntes e Diferidos

De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.467, alterada pela Lei nº 15.078, as perdas apuradas em 01.01.2025, relativas aos créditos que se encontram inadimplidos em 31.12.2024 (não deduzidas e não recuperadas) serão excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Importante informar que não houve qualquer alteração na Resolução CMN nº 4.842, que regulamenta a constituição/manutenção/realização dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD).

Exercícios findos em 31.12.2024 e 2023 e Semestre findo em 31.12.2024 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a alteração introduzida pela Lei nº 14.467, a estimativa de impacto no cronograma de realização dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD), afetará o estudo desses AFD no tocante aos prazos de realização, conforme quadro abaixo:

Ano	Ativo F	Diferença	
Allo	Lei Nº 9.430	Lei nº 14.467	Diferença
2025	484.096	316.828	167.268
2026	249.294	195.477	53.817
2027	140.829	177.963	(37.134)
2028	160.225	169.450	(9.225)
2029	292.771	163.735	129.036
2030	54.878	156.132	(101.254)
2031	44.045	145.299	(101.254)
2032	36.945	138.199	(101.254)
2033	16.280	16.280	-
2034	11.656	11.656	-
Total	1.491.019	1.491.019	-

e) Patrimônio Líquido

Em face das informações constantes das alíneas anteriores, o impacto negativo estimado no Patrimônio Líquido foi de R\$ 334.270, o qual, líquido dos R\$ 149.471 de efeitos tributários positivos, resulta em R\$ 184.799 negativos, conforme tabela a seguir. Esses valores serão reconhecidos contabilmente em janeiro de 2025, em contrapartida às rubricas que representam os instrumentos financeiros afetados:

Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2024	Efeito Estimado	Saldo em 01.01.2025
Antes dos Ajustes Estimados	13.951.273	(184.799)	-
Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros	36.598	36.598	73.196
Perda dos Instrumentos Financeiros	4.152.038	(370.868)	3.781.170
Provisão para Perdas Esperadas Assoc. a Risco de Crédito (1)	588.558	(62.258)	526.300
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.563.480	(309.299)	3.254.181
Stop Accrual	-	689	689
(Efeitos Tributários)	-	149.471	149.471
Após os Ajustes Estimados	-	(184.799)	13.766.474

⁽¹⁾ Dos R\$ 62.258 de efeito negativo estimado, R\$ 48.949 correspondem aos Estágios 1 e 2 e R\$ 13.309, ao Estágio 3 (Ativos Problemáticos).

NOTA 29 - Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras Individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais do Banco foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 14 de fevereiro de 2025.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente



Aos Administradores e Acionistas Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





	Como	0	assunto	foi	conduzido	em
Porque é um PAA	nossa auditoria					

Provisões para perdas esperadas associadas crédito ao (Notas 3(h) e 9)

associadas ao risco de crédito envolve julgamento entre outros, a realização do entendimento e testes por parte da administração, e são constituídas sobre os controles internos relevantes na apuração levando-se em consideração as regulamentares do Conselho Nacional (CMN) Brasil (BACEN), notadamente a Resolução principais processos: (i) aprovação da política de CMN nº 2.682.

e vincendas).

como foco em nossa auditoria.

A estimativa das provisões para perdas esperadas Nossos procedimentos de auditoria consideraram, normas e reconhecimento das provisões para perdas Monetário esperadas associadas ao risco de crédito, e do Banco Central do contemplando substancialmente os seguintes crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor Adicionalmente, a estimativa realizada pela recuperável das operações; (v) processamento e administração está fundamentada nas análises das contabilização das provisões; (vi) reconciliação operações de crédito em aberto (vencidas dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Dessa forma, continuamos a tratar esse assunto Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, modelos e premissas adotadas complementares, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

> Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria divulgadas demonstrações financeiras.

Ambiente de Tecnologia da Informação

número de transações processadas diariamente internos relacionados à gestão do ambiente de

O Banco tem um ambiente de negócios altamente Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos dependente da tecnologia requerendo uma nossa avaliação do desenho e realizamos testes infraestrutura complexa para suportar o elevado quanto a efetividade operacional dos controles



	Como	0	assunto	foi	conduzido	em
Porque é um PAA	nossa auditoria					

em seus diversos sistemas.

como foco em nossa auditoria.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, Os procedimentos executados envolveram a associados aos processos e controles que suportam combinação de testes de controles sobre o processamento dos sistemas de tecnologia, processos-chaves relacionados à segurança da considerando os sistemas legados e os ambientes informação, desenvolvimento e manutenção de de tecnologia existentes, podem, eventualmente, sistemas e operação processamento incorreto informações críticas, inclusive aquelas utilizadas negócios do Banco. na elaboração das demonstrações financeiras. Por

essa razão, continuamos a tratar esse assunto

Tecnologia da Informação.

de computadores de relacionados com a infraestrutura que suporta os

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,



inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 14 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2025

O CONSELHO FISCAL

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo semestre de 2024

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por quatro membros independentes, sendo um deles membro independente integrante do próprio Conselho.

O Comitê de Auditoria tem suas atribuições determinadas pela Lei n° 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto n° 8.945/2016, pela Resolução CMN n° 4.910/2021, pela Resolução n° 23/2021, da Comissão de Valores Mobiliários, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

Em síntese, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos, das auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras.

Quando necessário, o Coaud emite recomendações para o aprimoramento da governança, de políticas, de processos e de controles internos para as diversas unidades do Banco, Diretoria Executiva e/ou Auditoria Externa.

No endereço eletrônico do Comitê de Auditoria na internet (https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/participacao-social/comite-de-auditoria), encontram-se disponíveis o Regimento Interno do Comitê, as atas ou extratos de atas das reuniões, bem como demais informações do Colegiado.

2. Atividades Exercidas pelo Comitê de Auditoria

Durante o 2º semestre de 2024, o Coaud realizou 56 reuniões distribuídas ao longo de 36 dias de encontros de trabalho, destacando-se as reuniões realizadas com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com os demais comitês de assessoramento ao Consad (Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital - CSRC e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - Corel), com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco, a exemplo dos responsáveis pelas áreas de Controles Internos e *Compliance*, Riscos, Segurança, Tecnologia da Informação, Contabilidade, Controladoria, além das reuniões periódicas com a Auditoria Interna e com os Auditores Externos.

Nessas ocasiões, o Coaud abordou assuntos que constam no seu plano de trabalho, além daqueles de maior relevância relacionados a cada unidade.

O relatório semestral de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

Relativamente ao desempenho de suas atribuições e cumprimento do planejamento anual, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

2.1. Sistema de Controles Internos

Na avaliação do Comitê de Auditoria, o Sistema de Controles Internos, não obstante a existência de oportunidades de melhoria, está bem formalizado e estruturado e é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Referido Sistema oferece segurança razoável aos Administradores de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais e à proteção dos ativos do Banco do Nordeste estão sendo atingidos.

2.1.1. Exposição a Risco

Quanto ao tratamento das exposições a riscos, além das agendas sobre o tema junto ao CSRC, o Coaud reuniu-se com a Diretoria de Controle e Risco e as superintendências a ela vinculadas, além de outras áreas do Banco, visando discutir as ações relacionadas ao aprimoramento da Gestão Integrada de Riscos, abordando, também, gerenciamento da segurança da informação, declaração de apetite por riscos (RAS), segurança cibernética, nova regulamentação contábil conforme a Resolução CMN N° 4.966/2021, além do monitoramento dos riscos considerando os três níveis (linhas) de defesa.

2.2. Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria possui estrutura compatível com suas responsabilidades institucionais; os recursos materiais e humanos foram considerados suficientes para o exercício das atividades e implementação do seu plano anual de trabalho (PAINT). O Comitê de Auditoria avalia que a Auditoria Interna se mostrou efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Foram sugeridas melhorias no tocante ao aperfeiçoamento do conhecimento da equipe de auditores em relação aos negócios atuais e potenciais do Banco, inclusive nas tecnologias disponíveis e necessárias para a atividade empresarial de uma instituição do porte e atuação abrangente como o BNB.

O Comitê de Auditoria, com base em suas observações, em especial a interação com a Auditoria Interna registra que, no segundo semestre de 2024, não foram identificadas ocorrências de erro ou fraude passíveis de comunicação ao Banco Central do Brasil, na forma do art. 13 da Resolução CMN N° 4.910/2021.

2.2.1. Transações com Partes Relacionadas

O Comitê reuniu-se com a Superintendência de Auditoria para avaliar e discutir o resultado do trabalho realizado no semestre, bem como analisou as informações do Relatório de Transações - janeiro a junho/2024 elaborado pela Administração do Banco; ambos os trabalhos apontaram que as transações financeiras realizadas com partes relacionadas apresentam condições compatíveis com as de mercado e sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes.

2.3 Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria manteve com os auditores externos um canal regular de comunicação, por meio do qual foram examinados, discutidos e acompanhados o planejamento, os resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, além dos principais assuntos de auditoria, e a conformidade com as normas aplicáveis.

Nos encontros de trabalho realizados com os Auditores Independentes, o Coaud foi informado da não ocorrência de qualquer divergência relevante entre esses profissionais e a Administração do Banco do Nordeste em relação às Demonstrações Financeiras ou qualquer outro tema relevante, em especial no que se refere a metodologias e julgamentos aprovados pela Administração com impacto em saldos de rubricas contábeis.

2.4 Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria acompanhou regularmente o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, por meio de instrumentos avaliativos diversificados, tendo examinado as principais metodologias e práticas contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste.

O Comitê realizou revisões e discutiu com as áreas responsáveis o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive as notas explicativas. Em reunião com os auditores independentes tomou conhecimento e discutiu os principais elementos do relatório e respectivo parecer, sem ressalvas, todos referentes à data base de 31 de dezembro de 2024.

Ao longo do semestre, o Coaud se reuniu com os auditores independentes para discussão e esclarecimentos relacionados, entre outros, às Demonstrações Financeiras, às condições de independência e à conformidade com as normas aplicáveis à atividade, não tendo sido reportada a existência de quaisquer divergências relevantes relacionadas às Demonstrações Financeiras.

2.5 Outros Temas e Atividades Realizados no Semestre

Durante o segundo semestre de 2024 o Coaud realizou, no âmbito de suas reuniões, o acompanhamento de temas relevantes ao aprimoramento da governança corporativa, dos negócios e estratégia do Banco. Analisou os documentos pautados para as reuniões do Conselho de Administração, fez apontamentos sobre a execução dos principais projetos estratégicos e emitiu pareceres no intuito de auxiliar os Conselheiros no processo decisório e no exercício de suas responsabilidades de supervisão.

2.5.1 Recomendações do Comitê de Auditoria

Em decorrência de seus trabalhos, o Comitê de Auditoria emitiu recomendações no semestre, as quais são/foram objeto de acompanhamento. Ressalta-se que no período não houve recomendações não acatadas pela Diretoria Executiva.

3. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

- a) O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco do Nordeste e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- A Auditoria Interna mostrou-se efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Sua estrutura e recursos foram considerados adequados para o exercício das funções e manutenção dos projetos de melhoria em curso.
- c) A empresa de auditoria independente PwC atuou com independência e contribuiu para assegurar a integridade das demonstrações financeiras do Banco do Nordeste.
- d) Os mecanismos de controle e formalização das transações com Partes Relacionadas e sua divulgação apresentam-se em conformidade com a legislação vigente.
- e) As Demonstrações Financeiras do 2° semestre de 2024, posição 31/12/2024, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste.
- f) As exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração, foram acompanhadas pelo Coaud e são objeto de monitoramento contínuo pelo CSRC.

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2025.

O COMITÊ DE AUDITORIA



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE



Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Lei nº7.827, de 27.09.1989) Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31.12.2024	31.12.2023		Notas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		41.617.539	41.350.423	PASSIVO CIRCULANTE		7.406	4.714
DISPONIBILIDADES	4.c.1	1.755.828	284.531				
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.c.1	12.849.918	15.651.213	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.b	158.569.745	140.362.040
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA		30	19	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO		151.739.860	136.063.724
VALORES DE RISCO DO BANCO DO NORDESTE A RECEBER		200	111	Em Exercícios Anteriores		136.063.724	122.536.692
CRÉDITOS VINCULADOS		11.164	119	No Exercício Corrente		15.676.136	13.527.032
DEVEDORES POR REPASSES	5.b	53.122	35.015	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		4.298.065	1.794.364
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.c.2 e 6	26.941.713	25.371.670	RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.531.820	2.503.952
Financiamentos		10.018.835	9.794.187				
Financiamentos a Exportação		232.541	167.404				
Financiamentos Agroindustriais		261.299	242.221				
Financiamentos Rurais		14.543.221	13.771.795				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		2.332.667	1.857.047				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.d	(446.850)	(460.984)				
OUTROS CRÉDITOS	4.c.5	5.546	7.717				
OUTROS VALORES E BENS	4.c.6	18	28				
NÃO CIRCULANTE		116.959.612	99.016.331				
CRÉDITOS VINCULADOS		56.140	1.507				
DEVEDORES POR REPASSES		3.834.321	3.549.140				
Devedores por Repasses-Bco.do Nordeste-Lei Nº 7.827-Art. 9-A	5.a	3.639.532	3.366.428				
Devedores por Repasses-Outras Instituições	5.b	194.789	182.712				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.c.2 e 6	113.069.100	95.465.619				
Financiamentos		28.553.118	25.271.931				
Financiamentos a Exportação		203.288	158.721				
Financiamentos Agroindustriais		1.242.576	746.860				
Financiamentos Rurais		32.312.887	26.358.143				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		50.757.231	42.929.964				
OUTROS VALORES E BENS	4.c.6	51	65				
TOTAL DO ATIVO		158.577.151	140.366.754	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		158.577.151	140,366,754

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Banco do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE Nordeste Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.



Demonstrações Financeiras **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores em R\$ Mil)

	Notas	2°	01.01 a	01.01 a
	Notas	Sem/2024	31.12.2024	31.12.2023
RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.556.609	3.487.344	2.333.533
Receitas de Operações de Crédito		4.619.526	9.091.344	7.504.572
Despesas com Del Credere		(1.873.755)	(3.631.372)	(3.153.012)
Despesas com PCLD	6.d	(414.885)	(898.278)	(920.871)
Atualização Monetária Negativa		(1.355)	(1.505)	(4.169)
Receitas com Recuperações de Créditos Baixados		98.196	504.530	276.955
Despesas com Rebates e Bônus de Adimplência	6.f	(869.574)	(1.556.256)	(1.366.185)
Despesas com Rebates e Descontos - Leis de Renegociação		(1.549)	(21.113)	(3.757)
RESULTADO SOBRE DISPONIBILIDADES		865.123	1.751.840	2.367.039
Receitas com Remuneração das Disponibilidades	4.b.1	872.621	1.767.246	2.384.483
Taxa de Administração sobre Disponibilidades	4.b.4	(7.498)	(15.406)	(17.444)
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.414.251)	(2.704.503)	(2.196.474)
Taxa de Administração	4.b.4	(931.719)	(1.806.218)	(1.561.787)
PRONAF – Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance	4.b.4	(482.532)	(898.285)	(634.687)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(83)	(2.867)	(146)
Ajustes Decorrentes de Alienação de Bens		-	(139)	(8)
Despesas de Auditoria		(13)	(26)	(21)
Outras Receitas		-	-	2.257
Destinação de Recursos à Sudene - Art. 2º Lei 7.827/1989		(75)	(2.696)	(2.373)
Destinação c/Ops. FNE horadas-BNB Remissão Lei 12249		-	-	(1)
Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		5	(6)	-
LUCRO		1.007.393	2.531.820	2.503.952

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Banço do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.



Demonstrações Financeiras DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2022	122.536.692	1.794.421	124.331.113
Transferência da União no Exercício	13.527.032	-	13.527.032
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(57)	(57)
Lucro do Exercício	-	2.503.952	2.503.952
SALDOS EM 31.12.2023	136.063.724	4.298.316	140.362.040
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	13.527.032	2.503.895	16.030.927
SALDOS EM 31.12.2023	136.063.724	4.298.316	140.362.040
Transferência da União no Exercício	15.676.136	-	15.676.136
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(251)	(251)
Lucro do Exercício	-	2.531.820	2.531.820
SALDOS EM 31.12.2024	151.739.860	6.829.885	158.569.745
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	15.676.136	2.531.569	18.207.705
SALDOS EM 30.06.2024	144.413.768	5.822.690	150.236.458
Transferência da União no Semestre	7.326.092	-	7.326.092
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(198)	(198)
Lucro do 2º Semestre	-	1.007.393	1.007.393
SALDOS EM 31.12.2024	151.739.860	6.829.885	158.569.745
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	7.326.092	1.007.195	8.333.287

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.



Demonstrações Financeiras DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2024	01.01 a 31.12.2024	01.01 a 31.12.2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro	1.007.393	2.531.820	2.503.952
Ajustes			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	414.880	898.284	920.871
Reversão para Desvalorização de Títulos	(2)	(2)	(5)
Reversão de Provisões de Operações de Crédito	-	(9)	(5)
Provisão para Pagamentos a Efetuar	73	2.692	2.369
Lucro Ajustado	1.422.344	3.432.785	3.427.182
Créditos Vinculados	(67.184)	(65.678)	2.427
Devedores por Repasses	(155.782)	(303.289)	(354.748)
Operações de Crédito	(11.375.037)	(20.071.804)	(18.806.872)
Valores a Receber -CEF-Equaliz Bônus Adimp. Profrota	152	(11)	17
Valores de Risco do Banco do Nordeste a Receber	(54)	(89)	(112)
Outros Créditos	(103)	2.171	(54)
Outros Valores e Bens	21	32	29
Ajustes de Exercícios Anteriores	(197)	(251)	(57)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(10.175.840)	(17.006.134)	(15.732.188)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União	7.326.092	15.676.136	13.527.032
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.326.092	15.676.136	13.527.032
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.849.748)	(1.329.998)	(2.205.156)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do Período	17.455.494	15.935.744	18.140.900
No fim do Período	14.605.746	14.605.746	15.935.744
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.849.748)	(1.329.998)	(2.205.156)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 - Histórico Nota 6 - Operações de Financiamento e de Repar Provisão para Perdas	
Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 - Patrimônio Líquido
Nota 3 - Administração	Nota 8 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 4 - Políticas Contábeis	Nota 9 - Fiscalização
Nota 5 - Repasses ao Banco e a Outras Instituições	Nota 10 - Aprovação das Demonstrações Financeiras

NOTA 1 - Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo159, inciso I, alínea "c"), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco" ou "BNB"), mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

NOTA 3 - Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, e a ceder créditos a empresas especializadas na cobrança de créditos inadimplidos operações enquadradas mas não renegociadas, nos termos definidos nos artigos 15-B a 15-H da Lei nº 7.827.

NOTA 4 - Políticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria, valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício social do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do FNE é o Real.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Apropriação de Receitas e Despesas

b.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

Discriminação	2º Semestre de 2024	31.12.2024	31.12.2023
Receita com Remuneração das Disponibilidades	872.621	1.767.246	2.384.483

b.2) O Artigo 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com a redação dada pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, estabelece que os encargos financeiros e o bônus de adimplência incidentes sobre as operações de crédito rural com recursos do FNE serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio de proposta do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com o plano regional de desenvolvimento. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

O Artigo 1º-A da Lei nº 10.177, com a redação dada pela Lei nº 14.227 de 20.10.2021, estabelece que os encargos financeiros e os bônus de adimplência incidentes sobre os financiamentos de operações de crédito não rural com recursos do FNE serão definidos pelo CMN, mediante proposta do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os planos regionais de desenvolvimento. Os encargos financeiros e os bônus de adimplência poderão ser diferenciados ou favorecidos em função da finalidade do crédito, do porte do beneficiário, do setor de atividade e da localização do empreendimento.

Aos encargos financeiros das operações não rurais será aplicado redutor tomando por base o Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), resultante da razão entre o rendimento familiar per capita da região de abrangência do Fundo e o rendimento familiar per capita do País, calculados pelo IBGE.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

- b.3) Para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, a Lei nº 14.227, em seu Anexo II, estabeleceu novas taxas de *del credere*, sendo, nas operações com risco integral do Banco, em percentuais que variam de 6,0% ao ano, para micro/pequeno/pequeno-médio, a 4,5% ao ano, para empreendedores de grande porte; nas operações com risco compartilhado, as taxas de *del credere* variam de 3,0% ao ano, para micro/pequeno/pequeno-médio empreendedor, a 2,25% ao ano, para empreendedores de grande porte.
- b.4) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 Grupo B, Semiárido Seca-2012 Outros Grupos, Seca-2012–Custeio Grupo B, Seca-2012-Custeio Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C,

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, de 04.04.2023, à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação e à destinação de recursos previstos no § 6º do Artigo 20 da Lei nº 7.827.

De acordo com o que dispõem as Leis nºs 13.682 e 14.227, a taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, e corresponde a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio).

Em conformidade com as disposições da Lei nº 14.227, de 01.01.2022, o Banco faz jus à remuneração no percentual de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126.

O montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração ao Banco sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Integração e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Fazenda.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

Discriminação das Despesas do FNE	2º Semestre de 2024	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de Administração	931.719	1.806.218	1.561.787
Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades	7.498	15.406	17.444
Remuneração sobre Saldos PRONAF	297.747	537.599	378.455
Remuneração sobre Desembolsos PRONAF	126.893	250.857	159.703
Prêmio de Desempenho	57.892	109.829	96.529
Total	1.421.749	2.719.909	2.213.918

c) Ativo Circulante e Não Circulante

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

c.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco são remuneradas com base na taxa Selic, divulgada pelo Bacen.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Disponibilidades	1.755.828	284.531
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	12.849.918	15.651.213
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	14.605.746	15.935.744

- **c.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificado por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- **c.3)** Para a constituição e baixa da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são observados os critérios definidos na Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, conforme abaixo:
 - i) constituída pelo total das parcelas do principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco integral do Fundo;
 - ii) constituída pelo percentual equivalente ao risco assumido pelo Fundo, sobre o total das parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias, no caso das operações de risco compartilhado;
 - iii) baixadas como prejuízo do Fundo as parcelas de principal e encargos, de risco do Fundo, vencidas há mais de 360 (trezentos e sessenta) dias; e
 - iv) registradas em contas de compensação do Fundo os valores apurados como prejuízo, na forma estabelecida no inciso anterior, até que sejam esgotados todos os procedimentos para sua cobrança.
- **c.4)** Segue quadro demonstrativo de descontos/dispensas e rebates, conforme as Leis nºs. 12.249, 12.844 e 13.340:

Especificação	2º Semestre de 2024	31.12.2024	31.12.2023
Despesas c/Outras Operações-BNB-Rebate	1.536	1.536	1.415
Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB	13	19.577	2.342
Descontos Concedidos em Renegociações	56.366	66.719	61.527
Total	57.915	87.832	65.284

c.5) São registrados na rubrica "Outros Créditos" os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3.

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito	5.546	7.717
Total de Outros Créditos	5.546	7.717

c.6) Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Títulos de Cobertura do Proagro	3	3
Títulos da Dívida Agrária	72	99
(Provisão para Desvalorização de Títulos)	(6)	(9)
Total de Outros Valores e Bens	69	93

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827 e alterações posteriores.

NOTA 5 - Repasses ao Banco e a Outras Instituições

a) O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, mediante Instrumentos de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Recursos Disponíveis	900.862	1.156.347
Recursos Aplicados	2.738.670	2.210.081
Total de Repasses ao Banco (nota 6)	3.639.532	3.366.428

- **a.1)** Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados pela taxa extramercado, na forma da legislação e dos Instrumentos de Dívida Subordinada firmados.
- **a.2)** Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.
- a.3) Segue quadro discriminando as remunerações sobre os recursos disponíveis e aplicados:

Especificação	2º Semestre de 2024	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração Recursos Disponíveis	48.359	101.089	116.550
Remuneração Recursos Aplicados	85.566	172.015	149.298
Total	133.925	273.104	265.848

b) O saldo devedor dos repasses realizados a Outras Instituições, com base no Artigo 9º da Lei nº 7.827, está assim representado:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Circulante	53.122	35.015
Ativo Não Circulante	194.789	182.712
Total (Nota 6)	247.911	217.727

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos		31.12.2024		31.12.2023			
rmanciamentos	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo	
Financiamentos	37.722.053	849.900	38.571.953	34.307.728	758.390	35.066.118	
Financiamentos à Exportação	430.589	5.240	435.829	317.232	8.893	326.125	
Financiamentos de Infraestrutura e							
Desenvolvimento	53.071.794	18.104	53.089.898	44.776.835	10.176	44.787.011	
Financiamentos Agroindustriais	1.437.715	66.160	1.503.875	929.561	59.520	989.081	
Financiamentos Rurais	45.945.612	910.496	46.856.108	39.265.256	864.682	40.129.938	
Subtotal	138.607.763	1.849.900	140.457.663	119.596.612	1.701.661	121.298.273	
Repasses ao BNB (nota 5)	3.639.532	-	3.639.532	3.366.428	-	3.366.428	
Repasses a Outras Instituições							
(Nota 5)	247.911	-	247.911	217.727	-	217.727	
Total da Carteira	142.495.206	1.849.900	144.345.106	123.180.767	1.701.661	124.882.428	
Provisão	(506)	(446.344)	(446.850)	(812)	(460.172)	(460.984)	
Total Líquido (1)	142.494.700	1.403.556	143.898.256	123.179.955	1.241.489	124.421.444	

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	;	31.12.2024		31.12.2023			
rinaliciamentos	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo	
Financiamentos	78.269	339	78.608	44.564	152	44.716	
Financiamentos Rurais	14.143	2.091	16.234	18.196	3.263	21.459	
Subtotal	92.412	2.430	94.842	62.760	3.415	66.175	
Repasses ao BNB	3.639.532	-	3.639.532	3.366.428	-	3.366.428	
Repasses a Outras Instituições	62.006	-	62.006	128.281	-	128.281	
Total da Carteira	3.793.950	2.430	3.796.380	3.557.469	3.415	3.560.884	
Total Líquido (1)	3.793.950	2.430	3.796.380	3.557.469	3.415	3.560.884	

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos		31.12.2024		31.12.2023			
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo	
Financiamentos	37.618.220	848.323	38.466.543	34.220.968	754.859	34.975.827	
Financiamentos à Exportação	430.589	5.240	435.829	317.232	8.893	326.125	
Financiamentos de							
Infraestrutura e				44.776.835	10.176	44.787.011	
Desenvolvimento	53.071.794	18.104	53.089.898				
Financiamentos Agroindustriais	1.429.557	65.708	1.495.265	918.630	59.069	977.699	
Financiamentos Rurais	34.076.915	609.498	34.686.413	30.843.461	483.363	31.326.824	
Total da Carteira	126.627.075	1.546.873	128.173.948	111.077.126	1.316.360	112.393.486	
Provisão	(457)	(326.228)	(326.685)	(662)	(295.370)	(296.032)	
Total Líquido (1)	126.626.618	1.220.645	127.847.263	111.076.464	1.020.990	112.097.454	

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos		31.12.2024		31.12.2023			
rinanciamentos	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo	
Financiamentos	25.564	1.238	26.802	42.196	3.379	45.575	
Financiamentos Agroindustriais	8.158	452	8.610	10.931	451	11.382	
Financiamentos Rurais	11.854.554	298.907	12.153.461	8.403.599	378.056	8.781.655	
Subtotal	11.888.276	300.597	12.188.873	8.456.726	381.886	8.838.612	
Repasses a Outras Instituições	185.905	-	185.905	89.446	-	89.446	
Total da Carteira	12.074.181	300.597	12.374.778	8.546.172	381.886	8.928.058	
Provisão	(49)	(120.116)	(120.165)	(150)	(164.802)	(164.952)	
Total Líquido (1)	12.074.132	180.481	12.254.613	8.546.022	217.084	8.763.106	

⁽¹)Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	1 a 14 dias	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023
Rural	106.952	677.430	1.016.510	718.843	4.015.434	6.738.408	30.733.446	44.007.023	37.136.610
Industria	10.039	1298.864	280.381	307.776	852.245	1.744.069	40.279.041	43.772.415	37.383.411
Governo		10.442	10.442	10.442	31.738	73.369	1.596.955	1.733.388	2.137.892
Outros Serviços	9.216	470.412	280.609	274.007	841.542	1.795.633	30.554.352	34.225.771	27.905.595
Comércio	14.231	1.469.459	222.674	220.441	672.336	1.253.487	6.050.721	9.903.349	9.809.439
Intermediários Financeiros	-	3	3	3	10	10	1	29	68
Total	140.438	2.926.610	1.810.619	1.531.512	6.413.305	11.604.976	109.214.515	133.641.974	114.373.015

⁽¹⁾ incluem os créditos vencidos até 14 dias

b.2) Parcelas Vincendas

Tipo Cliente/Atividade	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023
Rural	20.875	23.291	25.522	105.155	368.882	1.996.132	2.539.857	2.757.012
Industria	26.984	26.039	25.336	71.456	131.627	738.636	1.020.078	1.184.751
Outros Serviços	17.968	19.871	15.998	46.285	91.115	718.485	909.722	806.649
Comércio	31.844	22.307	21.330	59.967	99.791	401.332	636.571	577.907
Total	97.671	91.508	88.186	282.863	691.415	3.854.585	5.106.228	5.326.319

b.3) Parcelas Vencidas

Tipo Cliente/Atividade	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2024	Total em 31.12.2023
Rural	72.022	233.168	69.327	159.721	338.296	252	872.786	842.141
Industria	20.730	29.406	26.154	79.178	160.986	27	316.481	347.278
Outros Serviços	17.701	18.697	16.645	57.435	97.371	224	208.073	171.192
Comércio	27.511	28.620	26.704	78.208	151.078	-	312.121	238.327
Total	137.964	309.891	138.830	374.542	747.731	503	1.709.461	1.598.938

- c) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º da Lei nº 13.001, de 20.06.2014:
 - nas operações concedidos ao amparo do FIES, contratadas a partir de 01.10.2022, o risco é assumido integralmente pelo Banco;
 - nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
 - nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
 - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados no período de 26.05.2003 até 02.12.2021, o Banco do Nordeste detém 100% do risco; nas operações de repasses contratadas com base na Portaria MIDR nº 3.025, de 02.12.2021 (atual Portaria MIDR nº 3.055, de 28.09.2023) o risco das operações será integralmente assumido pelas instituições beneficiárias dos repasses; nas operações de que trata o artigo

31 da Lei nº 11.775, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e

• nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco.

d) A movimentação do saldo da provisão é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	460.984	434.892
. Risco Integral do FNE	164.952	151.850
. Risco Compartilhado	296.032	283.042
(+) Constituição de Provisão Líquida	898.278	920.871
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	898.278	920.871
. Risco Integral do FNE	298.198	368.634
. Provisão por Atraso/Renegociações	298.206	368.634
. Ajustes de Provisão por Deságio	-	-
. Provisão de Operações Irregulares	(8)	-
. Risco Compartilhado	600.080	552.237
. Provisão por Atraso/Renegociações	602.767	556.350
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(2.687)	(4.113)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	912.412	894.779
. Risco Integral do FNE	342.985	355.532
. Risco Compartilhado	569.427	539.247
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	446.850	460.984
. Risco Integral do FNE	120.165	164.952
. Risco Compartilhado	326.685	296.032

- e) Em 31.12.2024, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 4.721 (R\$ 7.416 em 31.12.2023), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3.
- f) Os bônus de adimplência e rebates foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, e as operações de repasses ao Banco com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, e renegociações de operações de crédito, conforme discriminado no quadro a seguir:

Especificação	2º Semestre de 2024	31.12.2024	31.12.2023
Descontos Concedidos em Renegociações	56.366	66.719	61.527
Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE	802.683	1.468.708	1.292.778
Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições	572	924	1.009
Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9°-A Lei n° 7.827	6.014	11.222	8.890
Bônus Adimplência Op. Crediamigo (PNMPO)	3.939	8.683	1.981
Total	869.574	1.556.256	1.366.185

g) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- g.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo FNE, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- g.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do artigo 5º da Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, observado o disposto na alínea g.1 precedente.
- g.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 572.795 (R\$ 545.629 no exercício de 2023), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2023– Risco Compartilhado	569.339	539.135
Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3/2023 – Risco Integral do Banco	3.456	6.494
Total	572.795	545.629

NOTA 7 - Patrimônio Líquido

- a) O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:
- **a.1)** transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decendialmente;
- a.2) retornos e resultados de suas aplicações; e
- **a.3)** resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.
- **b)** No período, o ajuste líquido negativo de R\$ 251 (R\$ 57 em 31.12.2023), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito

Especificação	31.12.2024	31.12.2023
Transferências da União no Exercício	15.676.136	13.527.032
Transferências da União em Exercícios Anteriores	136.063.724	122.536.692
Resultados de Exercícios Anteriores	4.298.065	1.794.364
Resultado do Exercício	2.531.820	2.503.952
Total do Patrimônio Líquido	158.569.745	140.362.040

NOTA 8- Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial MIDR/MF nº 3, as informações contábeis relativas ao FNE são registradas de forma a refletir as respectivas apurações mensais dos resultados na classe do ativo, especificamente no subgrupo investimento do grupo ativo não circulante no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

NOTA 9 - Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do FNE foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco, por meio de reunião realizada em 14 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Fortaleza (CE), 14 de fevereiro de 2025

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras do FNE

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas nas notas explicativas nº 2 e 4 às demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e 4 que descrevem que as demonstrações financeiras, foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal, especificamente para os Fundos Constitucionais e, dessa forma, podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 4 às demonstrações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para



Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos
 procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de
 expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 4 de fevereiro de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado nesta data, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2024.

Fortaleza, 14 de fevereiro de 2025

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Marcello Froldi Negro (Presidente) – Adauto Modesto Júnior – Luiz Alberto da Silva Júnior – Olavo Rebelo de Carvalho Filho – Paulo Henrique Saraiva Câmara – Romildo Carneiro Rolim – Sávia Gavazza dos Santos

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Luiz Abel Amorim de Andrade (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Fernanda Peixoto Souto (Presidente) – José Laédio Medeiros – Mário José Dehon São Thiago Santiago

COMITÊ DE AUDITORIA: João Andrade Vieira da Silva (Coordenador) – Décio José Padilha da Cruz – Marcelo Andrade Bezerra Barros – Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Membros)

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias - CRC-CE 007949/O-7